



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

MARÇO/2018



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da INTCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 161/2017 e da Portaria-TCU nº 65/2018.

Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional (Dplan)

Divisão de Planejamento e Monitoramento (Dipla) - coordenação e elaboração

Rio de Janeiro, 03/2018

LISTA DE QUADROS

DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CONTEÚDOS GERAIS – E-CONTAS

Quadro I - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual.....	11
Quadro II - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	19
Quadro III - Macroprocessos Finalísticos.....	22
Quadro IV – Programa Temático.....	56
Quadro V - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UJ – OFSS.....	58
Quadro VI - Programação das Despesas por Grupos.....	72
Quadro VII - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	73
Quadro VIII – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	74
Quadro IX - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total.....	75
Quadro X – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação - Créditos Originários.....	76
Quadro XI - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação.....	77
Quadro XII - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – Total.....	78
Quadro XIII - Despesas executadas diretamente pela UJ - Créditos Originários.....	80
Quadro XIV - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação.....	82
Quadro XV - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios...	83
Quadro XVI - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	83
Quadro XVII - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	84
Quadro XVIII - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	84
Quadro XIX - Concessão de suprimento de fundos.....	85
Quadro XX - Utilização de suprimento de fundos.....	85
Quadro XXI - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	86
Quadro XXII - Sistema de Controles Internos Avaliados.....	97
Quadro XXIII - Força de Trabalho da UPC.....	99
Quadro XXIV - Distribuição da Lotação Efetiva.....	99
Quadro XXV - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	100
Quadro XXVI - Despesas do pessoal – R\$.....	104
Quadro XXVII - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	113
Quadro XXVIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	117
Quadro XXIX - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	120
Quadro XXX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	123
Quadro XXXI - Custos com Locação e Manutenção de Imóveis Locados de Terceiros.....	125
Quadro XXXII - Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	147
Quadro XXXIII - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.....	156

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	10
2.1 Identificação da UJ.....	10
2.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	10
2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão.....	12
2.4 Breve histórico do órgão	13
2.5 Ambiente de atuação	13
2.6 Organograma.....	17
2.7 Macroprocessos Finalísticos.....	21
2.7.1 Avaliação da Conformidade (Diretoria de Avaliação da Conformidade - DCONF).....	23
2.7.2 Acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade (Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE) ..	29
2.7.3 Garantia Metrológica (Diretoria de Metrologia Legal - DIMEL e Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I - CORED).....	32
2.7.4 Articulação Internacional (Coordenação-Geral de Articulação Internacional - CAINTE).....	38
2.7.5 Inovação e Tecnologia (Diretoria de Inovação e Tecnologia - DITEC).....	43
2.7.6 Pesquisa, Desenvolvimento e Rastreabilidade em Metrologia (Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - DIMCI).....	44
2.7.7 Metrologia Aplicada às Ciências da Vida (Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida - DIMAV).....	50
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL ..	51
3.1 Planejamento Organizacional.....	51
3.1.1 Objetivos do exercício.....	52
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	52
3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	54
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	55
3.3 Desempenho Orçamentário	55
3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	55
3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	71
3.3.3 Informações sobre a execução das despesas.....	71
3.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	83
3.3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	84
3.3 Desempenho Operacional	87
3.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho (Contrato de Gestão).....	87
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	91
4.1 Descrição das estruturas de governança	91
4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados.....	93
4.3 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico.....	93
4.4 Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão	93
4.5 Modelo de governança da entidade em relação às empresas do conglomerado	94
4.6 Atuação da unidade de auditoria interna	95
4.7 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	96
4.8 Gestão de riscos e controles internos	97

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	99
5.1 Gestão de Pessoas	99
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	99
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal.....	104
5.1.3 Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal.....	105
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários.....	113
5.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura	116
5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	117
5.3 Gestão da Tecnologia da Informação.....	127
5.3.1 Principais aspectos da gestão de TI.....	127
5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	147
5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	147
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	147
6.1 Canais de acesso ao cidadão	147
6.2 Carta de Serviços ao Cidadão	149
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	149
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	150
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	150
7.1 Desempenho financeiro do exercício	150
7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	151
7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	155
7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº4.320/64 e notas explicativas	156
8. DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	156
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	156
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	156
8.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	156
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993	157
9. ANEXOS (DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE, BALANÇOS E OUTROS).....	158
9.1 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Anexo I	158
9.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas - Anexo II.....	158
9.3 Declarações de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Anexo III.....	158
a) sobre a informações de execução física e financeira das ações da LOA; e.....	158
b) sobre as informações para o monitoramento do PPA.....	158
9.4 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial - Anexo IV.....	158
9.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI - Anexo V	158
9.6 Balanços Financeiros - Anexo VI	158
9.7 Nota Explicativa (Imobilizado) - Anexo VII.....	158

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo principal prestar contas aos órgãos de controle da União e à sociedade, destacando as prioridades, principais ações e resultados por macroprocesso finalístico do Inmetro. Complementarmente, objetiva fornecer dados de gestão, contábeis e orçamentários, indicadores de desempenho e declarações de integridade.

O Relatório Anual da Gestão apresentar-se-á conforme a ordem proposta no e-Contas, constante do sítio do Tribunal de Contas da União - TCU.

Antes de realçar as principais realizações, vale lembrar que as restrições orçamentárias causaram severas dificuldades financeiras, exigindo uma inteligência de gestão mais eficiente e eficaz, a fim de preservar a consecução das atividades primordiais.

Principais realizações

Em 2017, o governo, por meio do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e visando continuidade nas ações de apoio a reforma do Estado, forneceu cooperação técnica ao processo de inovação, fortalecimento e modernização da indústria nacional, contribuindo também para a melhoria permanente dos serviços concedidos ao cidadão.

As ações do Instituto foram estruturadas em cinco eixos: Econômico; Gestão Pública; Infraestrutura; o Brasil e o Mundo; e Social e Cidadania.

i) Econômico

O Inmetro, com o objetivo de aumentar a eficácia no controle das relações de consumo, na promoção da justa concorrência e da proteção ao cidadão mesmo frente à crise e contingenciamentos, conseguiu assegurar razoável consecução das atividades de metrologia legal em todo território nacional. Foram verificados mais de 22 milhões de instrumentos de medição, tais como balanças, bombas de combustíveis e medidores de pressão arterial. Além disso, 22 mil estabelecimentos foram visitados pelo Inmetro para a realização de 700 mil exames da indicação quantitativa de produtos pré-medidos, em especial os que compõem a cesta básica. Para garantir mais segurança nas estradas foram realizadas 1,4 milhões de verificações de cronotacógrafos e 270 mil fiscalizações em veículos nas rodovias, nas empresas de transportes, nos portos e nas escolas.

Na seara dos produtos e serviços regulamentados, cerca de 60.000 empresas foram fiscalizadas para verificar a adequação à regulamentação estabelecida pelo Instituto. Com essas ações, foi possível retirar do mercado 1.786.372 produtos irregulares, contra 858.000 em 2016, representando um aumento de 108%. O aumento foi obtido mantendo praticamente estável os custos operacionais do processo de fiscalização.

Destaca-se que o Inmetro promoveu mudanças na sua vigilância de mercado, utilizando estratégias de inteligência nas ações de fiscalização, como, por exemplo, investigação de denúncias fundamentadas e de acidentes de consumo envolvendo objetos regulados pelo Instituto.

Em 2017, foram iniciadas 75 investigações, dentre as quais 50 implicaram em ações imediatas de fiscalização no varejo, nas fábricas e importadores, com confirmação de irregularidades em 73% dos casos. O modelo tradicional de fiscalização adotado pelo Inmetro até então confirmava irregularidades em apenas 4,29% das ações empreendidas.

Em parceria com o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET), conduzido pela Petrobrás, o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) atingiu o recorde de 1.058 modelos inscritos, de 35 marcas, com praticamente toda a indústria automobilística tendo aderido ao programa. Essa iniciativa confirma o PBEV como a principal referência nacional na área de eficiência energética e consumo para veículos leves.

No contexto da metrologia legal, o Inmetro desenvolveu um projeto de certificação digital que tem como objetivo dotar instrumentos de medição de maior nível de segurança. Inicialmente, as ações foram dedicadas ao combate das atuais fraudes eletrônicas em bombas de combustível. Para tanto, foi criado o Programa Nacional de Combate a Fraudes em Bombas Medidoras de Combustíveis Líquidos com vistas a especializar agentes e tornar mais precisas e efetivas as ações de fiscalização.

i) Gestão Pública

Em continuidade ao esforço do governo em implementar medidas de combate à corrupção, o Inmetro tem atuado no desenvolvimento de um programa de acreditação de organismos de certificação de Sistemas de Gestão de Antissuborno, voltado não somente às empresas que possuam e/ou tenham interesse em estabelecer alguma relação comercial com o setor público, mas também àquelas que desejam utilizar procedimentos e mecanismos associados ao combate a esse tipo de questão. Em 2017, o Instituto desenvolveu um programa de acreditação de sistemas de gestão antissuborno, amparado na norma ABNT NBR ISSO 37001:2017. O programa de acreditação está disponível desde setembro, com organismos já em processo de acreditação. Em paralelo, prosseguem as discussões com a Controladoria Geral da União - CGU para o delineamento de um programa de integridade acreditado, apropriado para atender plenamente os requisitos do Decreto nº 8420/2015, voltado para empresas que prestam serviços para o governo.

No que tange às ações relacionadas ao tema de simplificação administrativa, o Inmetro tem concentrado esforços com o objetivo de, no curto prazo, desburocratizar e reduzir entraves ao setor produtivo brasileiro. Como exemplo, destacamos o processo de avaliação de modelo, que se dá quando um novo instrumento de medição é inserido no contexto comercial brasileiro advindo de um aperfeiçoamento ou inovação tecnológica. O impacto das ações em implementação contribuíram para redução dos prazos para os fabricantes (de 189 para 169 dias), disponibilização no mercado de maior variedade de instrumentos de medição, além de diferentes tecnologias e precisão.

ii) Infraestrutura

Com vistas a contribuir para melhoria da infraestrutura relacionada à distribuição de energia elétrica, o Inmetro desenvolveu dois projetos que exercem forte impacto na qualidade de energia e na otimização do setor elétrico, trazendo redução de custos para este setor: (i) um gerador de sinais de alta estabilidade para o sistema de padronização primária de tensão alternada (Josephson AC) e (ii) um novo comparador de impedâncias baseado em um comparador de corrente para o sistema de padronização primária de resistência elétrica (Hall quântico) e para impedância de baixos valores. Em 2018 prevê-se que os serviços para a indústria, decorrentes de ambos desenvolvimentos, estejam disponíveis gerando, além de melhoria na qualidade de produtos de diversos setores, melhoria na segurança energética.

Com o objetivo de atrair mais investimentos, o Inmetro atendeu à solicitação da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) da Presidência da República e desenvolveu um programa de “Inspeção Acreditada de Empreendimentos de Infraestrutura”. O lançamento do Programa será realizado ainda este ano.

iii) O Brasil e o Mundo

A fim de apoiar a expansão do comércio exterior brasileiro, o Inmetro deferiu 190.815 licenças de importação de produtos sob sua regulamentação. A anuência de licenças de importação é o mecanismo de controle pré-mercado empregado para evitar a entrada de produtos importados irregulares no país. Além disso, o Instituto concluiu 27.149 registros de objetos entre novas concessões, manutenções e renovações. Vale destacar que os registros consistem em atos pelos quais o Inmetro autoriza a comercialização de um produto ou serviço e a utilização do selo de identificação da conformidade.

O Inmetro, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Técnica de Ilmenau/Alemanha (TU-Ilmenau), desenvolveu e patenteou novo Padrão Primário no Range do Baixíssimo Torque. A invenção busca reduzir a incerteza, promover a confiabilidade nos processos e, conseqüentemente, representa ganho de eficiência em montagens presentes em diversas aplicações industriais como hardware, equipamentos odontológicos, próteses, relógios e outros.

iv) Social e Cidadania

Em continuidade às ações de cooperação para o fortalecimento da inteligência no combate ao crime organizado, o Inmetro disponibilizou para Polícia Federal os materiais de referência certificados (MRC) de cocaína base livre, flunitrazepan (“boa noite cinderela”) e diazepam. O Instituto segue com estudos para desenvolvimento de padrões com o intuito de garantir a qualidade e aumentar a confiança nas análises realizadas nas áreas de bioquímica, biotecnologia, saúde, e toxicologia ocupacional.

Outros materiais de referência encontram-se em processo de certificação: de pólvora (para estudo de autoria de disparo) e de outros compostos que poderão constar da relação de substâncias de teste obrigatório para determinadas categorias profissionais como motoristas profissionais e pilotos da aviação civil.

Ademais, foi desenvolvido novo programa para acreditação de laboratórios de ensaio na área forense. O programa englobou escopos como identificação de perfis genéticos, ensaios toxicológicos relativos a drogas ilícitas, dentre outros.

Provendo meios para ampliar acesso da sociedade à educação infantil, o Inmetro, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Caminho da Escola criado em 2009, inspecionou, em 2017, 1.771 ônibus escolares. Esse programa foi criado com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

Cooperando para melhoria das condições socioeconômicas dos cidadãos, o Inmetro, em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), está desenvolvendo ações a fim de estabelecer um ambiente de testes e demonstrações para Cidades Inteligentes no campus do Inmetro de Xerém, a ser inaugurado em 2018. Neste ambiente, produtos desenvolvidos no Brasil serão testados e avaliados, promovendo a adoção de novas soluções tecnológicas aos municípios.

Cooperando com as iniciativas de promoção e prevenção da saúde, o Inmetro desenvolveu Material de Referência Certificado (MRC) para glicose, colesterol e creatinina em soro humano. Com isso, os

laboratórios de análises clínicas e produtores de kits de diagnóstico passaram a ter uma ferramenta para avaliar a qualidade dos seus resultados de medição, agregando confiabilidade aos resultados destes exames no Brasil, com impactos diretos sobre a saúde do cidadão.

Para 2018 está prevista a disponibilização de MRC de ácido benzoico em suco de laranja, o que trará uma ferramenta para avaliar a qualidade dos resultados de medição em bebidas, consumidos por significativa parcela da população brasileira.

Paralelamente, resultados pioneiros foram alcançados, em nível nacional, nos ensaios para simulação e avaliação do desgaste de próteses ortopédicas articulares com: i) próteses de quadril com componente femoral de cerâmica e ii) próteses de joelho com componente femoral de aço inoxidável. Os primeiros ensaios nacionais para desgaste em próteses de joelho foram realizados com sucesso, representando um grande passo para a regulamentação desse tipo de produto no Brasil, aumentando a qualidade dos produtos nacionais e importados.

O Inmetro atua para manter e expandir o reconhecimento internacional de sua capacidade de medição e calibração nos fóruns de metrologia direcionados a análises de células, ácidos nucleicos, proteínas e moléculas orgânicas. O Instituto, ao longo de 2017, teve participações de intercomparações para quantificação de vitaminas, presença de transgênicos em alimentos e atividade de enzimas de relevância médica. Para 2018, está prevista a sua participação em estudos para detecção de RNA para diagnóstico precoce de câncer, quantificação de hormônios peptídicos, identificação humana e detecção de bactérias patogênicas em água e alimentos.

A fim de colaborar para melhoria dos serviços oferecidos ao cidadão por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o Inmetro desenvolveu, ao longo de 2017, projetos de pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Ministério da Saúde (MS) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) visando à capacitação para realização no País de ensaios eletroacústicos de próteses auditivas. Com esse intuito, foram implementados ensaios descritos em normas internacionais pertinentes ao tema e prevê-se que, em 2018, outras partes da normativa sejam implementadas e os serviços estejam disponíveis para a indústria, impactando na qualidade nas próteses auditivas utilizadas pelos pacientes que as necessitam.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

2.1 Identificação da UJ

Quadro I - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)		Código SIORG: 003162
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia		
Denominação Abreviada: Inmetro		
Código SIORG: 240	Código LOA: 28202	Código SIAFI: 183023
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Especial	CNPJ: 00.662.270/0003-20	
Principal Atividade: Ciência e Tecnologia		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(021) 2563-2800	
Endereço Eletrônico: presi@inmetro.gov.br		
Página na Internet: http://www.inmetro.gov.br		
Endereço Postal: Rua Santa Alexandrina, 416 - CEP: 20261-232 - Rio Comprido - Rio de Janeiro - RJ		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
183025	Superintendência Regional do Inmetro – GO	
183035	Superintendência Regional do Inmetro – PR	
183039	Superintendência Regional do Inmetro – RS	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
18205	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
183025	18205	
183035	18205	
183039	18205	

2.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO - é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, que atua como Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), colegiado interministerial que é o órgão executivo central do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO).

Objetivando integrar uma estrutura sistêmica articulada, o SINMETRO, o CONMETRO e o INMETRO foram criados pela Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, cabendo a este último substituir o então Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM) e ampliar significativamente o seu raio de atuação a serviço da sociedade brasileira.

No âmbito de sua ampla missão institucional, o INMETRO objetiva fortalecer as empresas nacionais, aumentando sua produtividade por meio da adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços.

Sua missão é “prover confiança à sociedade brasileira nas medições e nos produtos, por meio da metrologia e da avaliação da conformidade, promovendo a harmonização das relações de consumo, a inovação e a competitividade do País”.

Finalidades do INMETRO:

- Elaborar e expedir regulamentos técnicos nas áreas determinadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO;
- Elaborar e expedir regulamentos técnicos sobre o controle metrológico legal e instrumentos de medição;
- Exercer o poder de polícia administrativa na área de metrologia legal, que poderá ser delegado a órgãos ou entidades de direito público;
- Exercer poder de polícia administrativa, expedindo regulamentos técnicos nas áreas de avaliação da conformidade de produtos, insumos e serviços, desde que não constituam objeto da competência de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, quanto a: a) segurança; b) proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal; c) proteção do meio ambiente; e d) prevenção de práticas enganosas de comércio;
- Executar, coordenar e supervisionar as atividades de metrologia legal e de avaliação da conformidade compulsória por ele regulamentadas ou exercidas por delegação;
- Atuar como órgão acreditador oficial de organismos de avaliação da conformidade;
- Registrar objetos sujeitos a avaliação da conformidade compulsória;
- Planejar e executar atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins;
- Prestar serviços de transferência tecnológica e de cooperação técnica voltados à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em metrologia, avaliação da conformidade e áreas afins;
- Prestar serviços voltados à inovação nas empresas nacionais;
- Produzir e alienar materiais de referência, padrões metrológicos e produtos relacionados;
- Realizar contribuições a entidades estrangeiras congêneres, cujos interesses estejam amparados em acordos firmados entre si ou entre os respectivos países, como uma única ação;
- Designar entidades públicas ou privadas para a execução de atividades técnicas nas áreas de metrologia e de avaliação da conformidade, no âmbito de sua competência regulamentadora;
- Atuar como órgão oficial de monitoramento da conformidade aos princípios das boas práticas de laboratório;
- Conceder bolsas de pesquisa científica e tecnológica para o desenvolvimento de tecnologia de produto ou de tecnologia de processo, de caráter contínuo, diretamente ou por intermédio de parceria com instituições públicas ou privadas;
- Estabelecer parcerias com entidades de ensino para a formação e especialização profissional nas áreas de sua atuação, inclusive para programas de residência técnica;
- Anuir no processo de importação de produtos, por ele regulamentados, que estejam sujeitos a regime de licenciamento não automático ou a outras medidas de controle administrativo prévio ao despacho para consumo; e
- Representar o País em foros regionais, nacionais e internacionais sobre avaliação da conformidade.

Cabe ressaltar que o INMETRO reúne funções que nos seus congêneres estrangeiros estão distribuídas em organizações distintas e específicas, sejam elas públicas ou privadas. Sua concepção

organizacional íntegra, de forma única e inovadora, áreas de conhecimento interdependentes (metrologia, avaliação da conformidade, acreditação, regulamentação), trazendo benefícios para a infraestrutura tecnológica do País.

A participação do INMETRO na formulação de políticas públicas processa-se em três instâncias de suma importância: sociedade, setor empresarial e governo. Nas três instâncias, os comitês assessores do CONMETRO (nos quais o INMETRO, como secretaria-executiva, atua como formulador e articulador) são fóruns de proposição e debate de programas, diretrizes e resoluções no contexto da metrologia e da qualidade. Todas as propostas dos comitês são submetidas à aprovação das reuniões plenárias do CONMETRO.

A política pública de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços referencia-se ao Contrato de Gestão – CG, e ao Plano Plurianual - PPA.

Em consonância com a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, com os Decretos nº 2.487 e nº 2.488, de 2 de fevereiro de 1998, e com os artigos 25 e 26 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o MDIC tem firmado, desde 1998, Contratos de Gestão (CG) com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), visando apoiar o processo de supervisão ministerial, pelo qual é responsável.

No Contrato de Gestão, definiram-se as relações e compromissos entre os signatários, constituindo-se o referido contrato em instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional da Autarquia, para efeito de supervisão ministerial e de manutenção da qualificação de Agência Executiva. A contratualização de desempenho institucional é um mecanismo do “Modelo de Gestão Pública por Resultados” e promove a eficiência, a eficácia e a efetividade institucional.

O Contrato de Gestão em vigência, assinado entre o Inmetro e a União por intermédio do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC refere-se ao período de 2016 a 2018, tendo tido como intervenientes o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

No PPA, o INMETRO está inserido no Programa 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços - com a responsabilidade de trabalhar as suas atividades finalísticas para fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio de metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão

A Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, institui o Sistema Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - SINMETRO, integrado por entidades públicas e privadas que exerçam atividades relacionadas com metrologia, normalização, avaliação da conformidade e qualidade, tendo como órgão normativo das políticas e diretrizes o Conselho Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, colegiado integrado por 9 (nove) Ministros, com representação de entidades privadas de normalização (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT), do setor produtivo (Confederação Nacional da Indústria - CNI) e dos consumidores (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec), presidido pelo Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia- INMETRO, é o órgão executivo central do SINMETRO, exercendo a Secretaria-Executiva do CONMETRO. Em 1992, pela Resolução CONMETRO nº 08/92, foi reconhecido como o organismo de acreditação oficial

brasileiro. A Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, dispõe sobre as competências do CONMETRO e do INMETRO, alterando a Lei nº 5.966/73. Aliam-se a esta legislação básica de suporte ao INMETRO outras normas legais e administrativas que a Instituição deve observar, notadamente, as Resoluções do CONMETRO.

Com a Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, o INMETRO passa a denominar-se Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e altera as suas atribuições e competências.

2.4 Breve histórico do órgão

Em 1961, foi criado o Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), centralizando a política metrológica nacional. Para a plena execução de suas competências ele adotou, em 1962, o Sistema Internacional de Unidades (SI), consolidado pela 11ª Conferência Geral de Pesos e Medidas, em 1960. Os Órgãos Estaduais, hoje conhecidos como Órgãos Delegados, receberam a incumbência de execução de atividades metrológicas, atingindo cada região do País.

Em 1973, nascia o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, o INMETRO, hoje chamado Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

2.5 Ambiente de atuação

Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

a) caracterização e o comportamento do mercado de atuação;

Considerando a natureza das suas atividades e a sua Missão, a caracterização e o comportamento do mercado de atuação estão agrupados conforme:

Caracterização do mercado de atuação		Comportamento do mercado de atuação	
Grupo	Integrantes	Sustentação Institucional	Necessidades e Expectativas do Grupo em Relação à Instituição
Setor produtivo	Indústria, comércio e prestação de serviços, Movimento Brasil Competitivo (MBC), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Confederação Nacional do Comércio (CNC).	Apoio de iniciativas, programas, produtos, eventos e da atuação em geral	Ampliação da capacitação e da prestação de serviços, apoio à inovação e à competitividade, redução de prazos, confiança, informação tecnológica, disseminação de conhecimento, proteção da concorrência justa.
Órgãos governamentais	Casa Civil da Presidência da República, Ministérios (MDIC, MP, MF, MS, MJ, MTE, MEC, MCT&I, MAPA, MTUR), Polícia Federal, Advocacia Geral da União (AGU)/Procuradoria Geral Federal (PGF), Ministério Público, Delegacia do Consumidor (DECON), Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), RBMLQ-I, empresas públicas, autoridades	Apoio orçamentário e de fomento e na participação do Contrato de Gestão, de conselhos, comitês, programas e acordos de cooperação e parceria.	Atuação estratégica planejada e alinhada com as políticas públicas, cumprimento do Contrato de Gestão, atuação como agente de inovação e indutor de aprimoramentos no setor público.

	regulamentadoras e agências reguladoras.		
Comunidade científica e tecnológica	Institutos de pesquisa tecnológica, laboratórios, organismos técnicos e instituições de ensino vinculadas à ciência e à tecnologia	Apoio científico e tecnológico e participação de conselhos, comitês, programas e acordos de cooperação e parceria.	Base de conhecimento, informação e disseminação, parceria laboratorial, projetos conjuntos, partilha de recursos, desenvolvimento de patentes, programas de mestrado e doutorado, projetos e programas em parceria.
Sociedade como um todo	Cidadãos, consumidores, Comissão Permanente dos Consumidores - CPCON, entidades de defesa do consumidor, sindicatos e associações de classe, órgãos da mídia, ONG e demais representantes	Apoio à atuação e ao nível de credibilidade (pesquisas); acompanhando ações e iniciativas (reportagens em jornais e revistas, programa Fantástico) ou exigindo selos de conformidade e marca INMETRO em produtos e serviços certificados ou com conformidade avaliada.	Proteção contra fraudes e erros nas relações de consumo, confiança nas medições, segurança dos produtos e serviços, conscientização e educação para o consumo, proteção do meio ambiente e da saúde.

b) contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação;

O Governo Federal, no esforço de estabelecer padrões de qualidade no atendimento prestado aos cidadãos pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal, instituiu a criação da Carta de Serviços ao Cidadão por meio do Decreto Presidencial nº 6.932, de 11 de agosto de 2009.

A Carta de Serviços ao Cidadão tem como objetivo ampliar o conhecimento da sociedade sobre as atividades do Inmetro e informar ao cidadão, de forma clara, os principais serviços prestados pela instituição, seus canais de acesso, horários de atendimento, prazos para obtenção do serviço e os compromissos com os padrões de atendimento estabelecidos. Cada título de serviço é acompanhado de uma breve explicação para facilitar seu entendimento.

Os produtos e serviços ofertados pelo Inmetro podem ser consultados no sítio do Instituto no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.inmetro.gov.br/cartadeservicos/>

d) ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio;

Em virtude do Inmetro ainda não ter atualizado seu Planejamento Estratégico, cujo o último ciclo foi encerrado em 2014, as ameaças e oportunidades apontadas neste relatório são as mesmas identificadas naquele período.

Vale destacar que o Inmetro tem trabalhado com o intuito de mitigar as ameaças e potencializar as oportunidades identificadas. Além disso, o Instituto buscou sem sucesso durante o ano de 2017, estabelecer um novo ciclo de planejamento estratégico.

e) informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços;

O relacionamento com os principais clientes é realizado por meio de práticas de interação, descritas a seguir:

- Realização de Painéis Setoriais visando ao atendimento personalizado aos clientes. Esta prática vem sendo realizada desde 2003 e, em 2017, foram realizados 2 painéis setoriais: vigilância de mercado no comércio eletrônico (e-commerce) e segurança de carros alegóricos;
- Identificação de demandas por análise de produtos para divulgação no Programa Fantástico, por meio da disponibilização, no sítio, da ferramenta “Indique”. Esta prática vem sendo realizada desde 2003 e, em 2017, 5 produtos/serviços estiveram sob análise do programa, a saber: i) batom, ii) contratos de serviço de empresas e seguradoras de assistência funerária, iii) furadeira elétrica, iv) serra tico-tico e v) brinquedos piratas;
- Prospecção de demandas por programas de avaliação da conformidade, prática adotada desde 2003;
- Avaliação de demanda por novos programas de Acreditação advinda dos programas de avaliação da conformidade, ampliação dos programas de Acreditação, bem como solicitações dos organismos de certificação e dos laboratórios; e
- Participação de representantes da sociedade nas comissões da regulamentação técnica, no CONMETRO e nos seus comitês assessores e no planejamento anual da regulamentação.

f) descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los;

A identificação e a classificação dos riscos organizacionais mais significativos à melhor consecução dos objetivos estratégicos, à governabilidade corporativa e ao cumprimento da Missão institucional, ocorrem:

- nas revisões do planejamento estratégico (matriz FOFA, como forças e fraquezas relevantes) e ao longo da sua execução;
- por meio do monitoramento dos ambientes externo e interno;
- nas auditorias internas e externas (como não-conformidades com requisitos de gestão);
- nas reuniões de análise crítica do Sistema de Gestão da Qualidade do INMETRO (como resultados adversos identificados); e
- nas reuniões de coordenação das UP (como problemas operacionais identificados).

A avaliação de riscos é feita por meio dos seguintes indicadores e informações qualitativas:

- índice de credibilidade na pesquisa anual junto à população;
- índice de satisfação dos serviços na pesquisa junto a clientes;
- desempenho no contrato de gestão segundo a avaliação semestral por comissão específica;
- índice de alinhamento dos regulamentos técnicos com normas internacionais;
- total de prêmios pagos por apólice de seguro;
- índice de execução orçamentária;
- patrimônio líquido;
- crescimento da receita total;
- inscrições em dívida ativa (redução da inadimplência);
- avaliação e tratamento de notícias com impacto na imagem institucional;
- recomendações de relatórios das auditorias interna e externa nos órgãos delegados;
- relatórios oriundos da supervisão do mercado, cobrindo os produtos e serviços sob controle metrológico e com conformidade avaliada; e
- relatos e informações oriundos da Assessoria Parlamentar.

Os riscos organizacionais mais significativos são classificados em riscos financeiros, riscos operacionais e riscos legais. Os tipos e as práticas de análise e de tratamento dos mesmos constam na tabela a seguir:

Classificação	Tipos	Análise e Tratamento (Principais Práticas)
Financeiros	Insuficiência de recursos orçamentários; Redução da receita própria.	Visando à avaliação dos riscos financeiros e à minimização de problemas na execução orçamentária e financeira, são realizadas reuniões periódicas, desde 2000, com os gestores da RBMLQ-I e dos Macroprocessos, responsáveis pela arrecadação. Nessas reuniões, a execução orçamentária e financeira é ajustada à realidade orçamentária. No Comitê de Acompanhamento da Execução Orçamentária e de Gestão de Custos e nos Grupos Gestores dos Planos Anuais, são avaliados o fluxo de compras, as metas de arrecadação e a gestão do fluxo de caixa do INMETRO.
Operacionais	Regulamentos aprovados sem suficiente divulgação ou discussão junto às partes interessadas ou sem a devida avaliação do impacto regulatório, em vários aspectos, como repercussão social, usos e costumes, níveis de periculosidade, estatísticas de acidentes de consumo, etc.	Painéis Setoriais, reuniões ou pesquisas específicas com setores interessados; Consultas Públicas; Análise de Impacto Regulatório (AIR); Análises de Demanda por Regulamentação Técnica Metrológica (RTM).
	Prejuízos à imagem e à credibilidade institucional.	Atuação da Assessoria de Imprensa e da Assessoria Parlamentar; Realização de pesquisas recorrentes junto aos clientes dos principais produtos e serviços oferecidos pelo Inmetro; Realização de pesquisa junto à população.
	Atuação irregular de organismos acreditados, designados ou delegados; descumprimento de contratos em geral de prestação de serviços e fornecimento de equipamentos e materiais.	Auditorias da CGCRE, da AUDIN e do SGQI; Atuação da CORED, Câmaras Setoriais da RBMLQ-I; Denúncia de convênios no Cadastro Único de Convênios; Atuação dos fiscais e gerentes de contratos; aplicação de penalidades; publicação no DOU.
	Acidentes, Saúde ocupacional e Segurança.	Atuação do SESA0, atuação da Brigada de Incêndio. Contratação de seguro para amparar a atuação do Inmetro na área de acreditação; Vigilância aos ambientes de trabalho, com 100% das áreas com risco ocupacionais avaliadas; elaboração de Planos de Atendimento a Emergências e de Protocolo de Acidentes para 100% das áreas com risco ocupacional; implementação das placas de sinalização de “Rotas de Fuga” nas instalações prediais do Inmetro; diversas iniciativas de promoção da saúde, entre elas campanhas Informativas, criação do Projeto Talentos sem Medida para aumentar a interação e a convivência da força de trabalho, com 537 participações em 2017 e criação do Programa Novos Caminhos voltado a preparar os servidores prestes a se aposentar.
	Evasão de Talentos	Plano de Carreira e Cargos e Salários Atualizados; Programa de Desenvolvimento Gerencial; Programa de Acompanhamento de Novos Servidores;

Legais	Decisões judiciais contrárias.	Atuação da Assessoria Parlamentar, atuação da PROFE. Continuação da manutenção da legislação pertinente (balizadores); Análise de processos em grau de recurso, identificação de vulnerabilidades, alteração de procedimentos.
--------	--------------------------------	--

A Instrução Normativa CGU-MP 01/2016 estabeleceu que todos os órgãos da administração pública, direta e indireta, deveriam instituir sua política de governança, gestão de riscos e controle até maio de 2017. O Inmetro constituiu um comitê para tratar do tema (Comitê de Governança, Riscos e Controles por meio da Portaria Inmetro nº 60 de 17 de março de 2017 publicada no D.O.U.) e todos os riscos até então mapeados serão reavaliados à luz da política de governança, de gestão de riscos e controle da autarquia que encontra-se em fase final de validação.

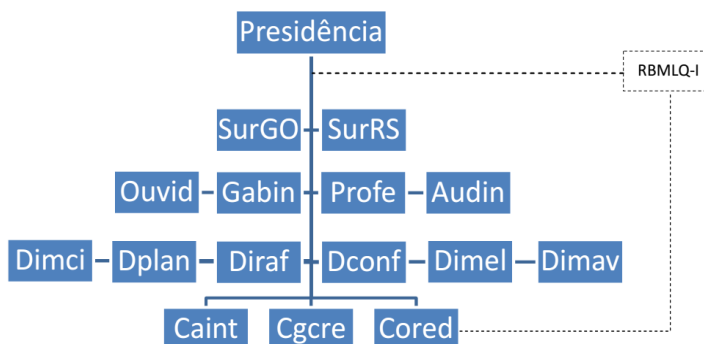
g) principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios;

Nos últimos dois anos o Inmetro, como boa parte das instituições públicas federais, vem sofrendo com cortes recorrentes em seu orçamento. Em razão disso, uma série de atividades que vinham sendo desenvolvidas pela Autarquia ficaram comprometidas devido a redução de pessoal, especialmente àquelas voltadas à pesquisa e desenvolvimento (P&D) que vinham sendo realizadas, de forma majoritária, a partir da concessão de bolsas Pronametro. Uma das diretrizes apontadas pela Administração do Inmetro a partir de 2016 foi a de fortalecer a comunicação da Autarquia com a sociedade, principalmente junto ao segmento mais jovem. Neste sentido, o Inmetro criou perfis institucionais nas redes sociais mais populares (Facebook e Twitter) e passou a atualizá-los diariamente com conteúdos informativos e interativos.

Ademais, as principais mudanças de cenários ocorridas em exercícios anteriores foram mantidas, sobretudo em razão do fato de o Inmetro ainda não ter atualizado seu Planejamento Estratégico, cujo o último ciclo foi encerrado em 2014.

2.6 Organograma

A Portaria do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) nº 02 de 04/01/2017 aprova o Regimento Interno do Inmetro, descrevendo sua estrutura organizacional e respectivas competências. A figura abaixo mostra, de forma sintética, essa estrutura. As informações completas sobre as competências podem ser obtidas diretamente no site do Inmetro, pelo endereço: <http://www.inmetro.gov.br/inmetro/pdf/regimento-interno.pdf>.



Quadro II - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Antecessor	Período de atuação do Antecessor	Titular	Cargo	Período de atuação (*)
Diretoria de Avaliação da Conformidade –DCONF	Implantar programas de avaliação da conformidade de forma assistida, alinhados às políticas do SINMETRO e às práticas internacionais, promovendo competitividade, concorrência justa e proteção do cidadão.	Annalina Camboim de Azevedo	16/08/2016 a 11/10/2017	Luiz Antonio Lourenço Marques	Diretor	11/10/2017- atual
Coordenação-Geral de Acreditação -CGCRE	Prover confiança aos produtos e serviços disponibilizados à sociedade, bem como contribuir para a competitividade da indústria nacional e sua inserção no comércio exterior, por meio do reconhecimento da competência de Organismos de Avaliação da Conformidade, com credibilidade e em consonância com as práticas internacionais.	Aldoney Freire Costa	05/03/2015 a 16/09/2016	Marcos Aurelio Lima de Oliveira	Coordenador	16/9/2016- atual
Diretoria de Metrologia Científica e Tecnologia - DIMCI (*)	Prover à sociedade serviços especializados em metrologia e desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas, visando ao aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e à disseminação das unidades de medida rastreadas ao Sistema Internacional de Unidades.	Humberto Siqueira Brandi	17/02/2004 - 27/04/2016	Humberto Siqueira Brandi	Diretor	16/8/2016– atual
Diretoria de Metrologia Legal - DIMEL	Prover a credibilidade dos resultados das medições em metrologia legal, por meio de regulamentos, meios técnicos e operações, visando relações comerciais justas, à saúde e à segurança do cidadão e à preservação do meio ambiente.	Luiz Carlos Gomes dos Santos	04/06/2007 a 16/08/2016	Raimundo Alves de Rezende	Diretor	16/8/2016 – atual
Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida - DIMAV	Atuar na área das ciências da vida, incluindo, mas não se limitando, a biotecnologia, fármacos e toxicologia, formação de recursos humanos, com vistas ao depósito de patentes no campo da biotecnologia, para oferecer material biológico certificado para fins de pesquisa e desenvolvimento e aplicação biotecnológica.	José Mauro Granjeiro	02/10/2015 a 24/08/2016	Marcello André Barcinski	Diretor	24/8/2016 - atual

(*) Diretoria de Metrologia Científica e Tecnologia - DIMCI – Adauto de Oliveira Neto atuou como Diretor Substituto em Exercício no período de 27/05/2016 a 15/08/2016

Quadro II - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas (continuação)

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Antecessor	Período de atuação do Antecessor	Titular	Cargo	Período de atuação (*)
Diretoria de Inovação e Tecnologia –DITEC (*). Divisão de Inovação Tecnológica	Apoiar a inserção competitiva da empresa brasileira, por meio do desenvolvimento tecnológico e da inovação dos produtos, processos e serviços que se diferenciam pela exatidão das medições e/ou pela atestação da sua qualidade.	Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho —	15/08/2014 a 15/03/2016	Roberto Luiz de Lima Guimarães	Chefe de Divisão	14/4/2016 – atual
Coordenação-Geral de Articulação Internacional – CAINTE	Prover aos exportadores brasileiros informações e soluções articuladas para superação de barreiras técnicas ao comércio, por meio de negociações e acordos de cooperação técnica, regionais e internacionais, visando ao acesso a mercados e à facilitação do comércio exterior.	Paulo Sérgio Ferracioli da Silva	06/11/2001 a 23/01/2006	Jorge Antonio da Paz Cruz	Coordenador	18/1/2006 – atual
Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional /Divisão de Planejamento Orçamentário - DPLAN/DIPLO	Coordenar a elaboração da proposta orçamentária, do orçamento plurianual e demais atividades relacionadas ao orçamento da Autarquia; Acompanhar e avaliar a execução orçamentária do INMETRO; Monitorar a evolução das receitas e despesas da Autarquia; e Implementar a metodologia de elaboração, execução, acompanhamento e controle orçamentário das unidades principais.			Raul Machareth Godinho	Chefe de Divisão	21/12/2007 – atual
Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional /Divisão de Planejamento - DPLAN/DIPLA	Coordenar a elaboração e implantação do planejamento estratégico do INMETRO; Assessorar as unidades organizacionais do INMETRO no aprimoramento de seus processos de planejamento tático e administrativo; Elaborar estudos no campo de atuação do INMETRO para subsidiar decisões estratégicas; coordenar e monitorar o processo de gestão de resultados, para assessorar o Presidente da Autarquia; Assessorar as unidades organizacionais do INMETRO na gestão de processos; e Assessorar as unidades organizacionais finalísticas na elaboração dos conteúdos do relatório de gestão.	Arcadio de Paula Fernandez	12/2/2008 a 10/03/2017	Rodnei Fagundes Dias	Chefe de Divisão	10/3/2017 - atual

(*) Diretoria extinta por meio do Decreto nº 8.671 de 16/02/2016.

Quadro II - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas (continuação)

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Antecessor	Período de atuação do Antecessor	Titular	Cargo	Período de atuação (*)
Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional / Divisão de Gestão Corporativa - DPLAN/DGCOR	Coordenar o processo de monitoramento do plano estratégico, do orçamento e custos do INMETRO; Coordenar os Sistemas de Informações Gerenciais do INMETRO; Coordenar a elaboração e o processo de avaliação interna do Contrato de Gestão; Coordenar a integração do planejamento institucional com as unidades administrativas do INMETRO; e Coordenar a elaboração das pesquisas de opinião do INMETRO e o tratamento dos seus resultados.	Carlos Frederico Lobo do Nascimento	31/01/2017 a 19/12/2017	Mauro dos Santos Modesto Britto	Chefe de Divisão	19/12/2017 - atual
Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional/ Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - DPLAN/COGEP	Propor e gerenciar políticas e programas para o desenvolvimento e valorização dos recursos humanos do INMETRO; Articular-se com setores responsáveis pela gestão de RH de outros órgãos públicos e privados; Realizar estudos para dimensionamento da força de trabalho do INMETRO; e Implementar o Sistema de Avaliação de Desempenho Individual do INMETRO	Natascha Constant de Almeida dos Santos Braga	18/02/2016 a 31/01/2017	Márcia Cristina Santana de Souza	Coordenadora	31/01/2017 - atual
Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional/ Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - DPLAN/CTINF	Gerenciar a política de informática; Supervisionar a infraestrutura de informática, o desenvolvimento de sistemas e o suporte e atendimento aos usuários do INMETRO; Regular a aquisição e o uso de bens e serviços de informática do INMETRO; e Interagir com organizações nacionais e internacionais para pesquisa e desenvolvimento de aplicações avançadas da Tecnologia da Informação, de interesse do INMETRO e da RBMLQ-I.	Julio Cesar Saraiva	18/05/2017 a 23/01/2018	Vago	Coordenador	Atual

2.7 Macroprocessos Finalísticos

Quadro III - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Avaliação da Conformidade	Implantar programas de avaliação da conformidade, alinhados às políticas do SINMETRO e às práticas internacionais, promovendo competitividade, concorrência justa e proteção do cidadão.	Programas de avaliação da conformidade, medidas regulatórias.	Instituições públicas ou privadas; associações e entidades de classe; fabricantes diversos; órgãos regulamentadores; governo; setores produtivos; consumidores.	Diretoria de Avaliação da Conformidade - DCONF
Acreditação	Prover confiança aos produtos e serviços disponibilizados à sociedade, bem como contribuir para a competitividade da indústria nacional e sua inserção no comércio exterior, por meio do reconhecimento da competência de Organismos de Avaliação da Conformidade, com credibilidade e em consonância com as práticas internacionais.	OAC acreditados; instalações de testes reconhecidas; novos programas de acreditação.	Laboratórios; organismos (inspeção e certificação); produtores de materiais de referência; provedores de ensaios de proficiência; instalações de teste.	Coordenação-Geral de Acreditação - CGCRE
Garantia Metrológica	Prover a credibilidade dos resultados das medições em metrologia legal, por meio de regulamentos, meios técnicos e operações, visando relações comerciais justas, a saúde e a segurança do cidadão e a preservação do meio ambiente.	Regulamentos técnicos metrológicos; portarias de aprovação de modelo; portarias de concessão de autorização; portarias de cancelamento de autorização; ofícios de manutenção de autorização; laudos de perícia metrológica; certificados de verificação; marcas de verificação; marcas de selagem; liberação de importação de instrumentos de medição e dispositivos.	Fabricantes, importadores e reparadores de instrumentos de medição regulamentados; associações; entidades de classe; parlamentares; cooperativas; órgãos governamentais; comerciantes; prestadores de serviços; usuários ou proprietários de instrumentos de medição; poder judiciário.	Diretoria de Metrologia Legal - DIMEL / Coordenação-Geral da RBMLQ-I- CORED
Tecnologia e Inovação	Apoiar a inserção competitiva da empresa brasileira, por meio do desenvolvimento tecnológico e da inovação dos produtos, processos e serviços que se diferenciam pela exatidão das medições e/ou pela atestação da sua qualidade.	Projetos tecnológicos incubados; contratos de licenciamento de tecnologia; acordos de parceria tecnológica; pedidos de depósito de patentes.	Empresas; universidades; institutos de pesquisa.	Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional - Dplan/Divisão de Inovação e Tecnologia - DITEC

Quadro III - Macroprocessos Finalísticos (continuação)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Metrologia Aplicada às Ciências da Vida	Atuar na área das ciências da vida, incluindo, mas não se limitando a, biotecnologia, fármacos e toxicologia, formação de recursos humanos, com vistas ao depósito de patentes no campo da biotecnologia, para oferecer material biológico certificado para fins de pesquisa e desenvolvimento e aplicação biotecnológica.	Artigos científicos, relatórios técnicos, pedidos de depósito de patente, relatórios técnicos de análise ou ensaio; materiais de referência certificados.	Agências de fomento; órgãos do governo; entidades de cooperação científica; empresas privadas; polícias; universidades; centros de pesquisa.	Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida – DIMAV
Pesquisa, Desenvolvimento e Rastreabilidade em Metrologia	Prover à sociedade serviços especializados em metrologia e desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas, visando ao aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e à disseminação das unidades de medida rastreadas ao Sistema Internacional de Unidades.	Instrumentos, equipamentos e artefatos calibrados; relatórios de ensaio; notas técnicas; relatórios de proficiência; materiais de referência (MR); materiais de referência certificados (MRC); publicações científicas; pedidos de depósito de patentes; métodos.	Laboratórios acreditados; empresas; laboratórios em universidades ou centros de pesquisa; organismos acreditadores/certificadores; institutos nacionais de metrologia; instituições designadas; órgãos do governo; provedores de ensaio de proficiência; produtores de MR(C)	Diretoria de Metrologia Científica e Industrial – DIMCI
Articulação Internacional	Prover aos exportadores brasileiros informações e soluções articuladas para superação de barreiras técnicas ao comércio, por meio de negociações e acordos de cooperação técnica, regionais e internacionais, visando ao acesso a mercados e à facilitação do comércio exterior.	Informações sobre regulamentos técnicos nacionais e internacionais; acordos de cooperação técnica internacional; regulamentos técnicos negociados.	Empresas interessadas em exportar; INMETRO; institutos congêneres internacionais; Estados parte do MERCOSUL, regulamentadores, MDIC, MRE.	Coordenação-Geral de Articulação Internacional – CAINT

2.7.1 Avaliação da Conformidade (Diretoria de Avaliação da Conformidade - DCONF)

O Inmetro promoveu ao longo do ano de 2017 a busca constante do aperfeiçoamento de suas atividades regulatórias por meio da regulamentação técnica, da avaliação da conformidade e do exercício do seu poder de polícia administrativa, com o objetivo da regulação do mercado abrangendo os aspectos de segurança, proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal, proteção do meio ambiente, e prevenção de práticas enganosas de comércio.

Agenda Regulatória

A **Agenda Regulatória** do Inmetro, composta pelas ações conduzidas pela Dconf e pela Diretoria de Metrologia Legal (Dimel) e disponível no endereço http://www.inmetro.gov.br/qualidade/agenda_regulatoria.asp, foi atualizada em 2017 e apresenta os objetos em estudo (**Análise de Impacto Regulatório - AIR ou Avaliação de Resultado Regulatório - ARR**) ou que estejam submetidos a alguma **medida regulatória** por parte do Instituto.

O AIR e o ARR são os principais instrumentos utilizados para subsidiar a tomada de decisão na Diretoria no que diz respeito à intervenção no mercado por meio de medidas regulatórias realizadas *ex-ante* (AIR) ou periodicamente após sua entrada em vigor (*ex-post* – ARR). Durante o ano de 2017, foram realizadas AIR para self balancing scooter (hoverboard), chumbo em tintas, relés, piscinas e motores elétricos remanufaturados. Também foram iniciadas as ARR para artigos escolares, artigos de festa, capacete para condutores e passageiros de motocicletas e similares, estabilizadores de tensão monofásicos, escadas metálicas domésticas, conexões de ferro fundido, componentes dos sistemas de compressão de GNV e GNC, extintores de incêndio, líquidos para freios hidráulicos para veículos automotores, rodas automotivas, pino-rei, quinta roda e painéis metálicas de uso doméstico.

Destaca-se em 2017 a premiação “Global Regulatory Impact Assessment Awards 2017” recebida pelo Inmetro como reconhecimento por sua experiência na condução de AIR. Durante esse período a Diretoria atuou fortemente no desenvolvimento do Guia de Orientação para a elaboração da AIR, coordenado pela Casa Civil, que visa fortalecer a disseminação de práticas voltadas à melhoria da qualidade regulatória.

Ainda em 2017 a Dconf promoveu o VIII Workshop Internacional sobre Avaliação da Conformidade e Regulamentação Técnica, objetivando discutir as temáticas de reformas regulatórias e de gerenciamento de estoque regulatório, com vistas ao aprimoramento destes processos na Diretoria.

Neste ano o Inmetro publicou 14 Portarias relativas a medidas regulatórias (novas, aperfeiçoadas ou com ajustes complementares):

Medidas Regulatórias publicadas em 2017

Portaria Inmetro/Data	Tema
N.º 20 de 15/02/2017	Regulamento Técnico da Qualidade para Luminárias para Iluminação Pública Viária.
N.º 48 de 08/03/2017	Bens de Informática - Ajustes e esclarecimentos insertos na Portaria Inmetro n.º 170/2012 e Portaria Inmetro n.º 407/2015.
N.º 58 de 17/03/2017	Equipamentos de Aquecimento Solar de Água - Prorroga prazo de adequação da Portaria Inmetro n.º 352/2012.
N.º 59 de 17/03/2017	Mamadeiras e Bicos de Mamadeira - Ajustes nos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pelas Portarias Inmetro n.º 490/2014 e n.º 312/2015.
Portaria Inmetro/Data	Tema
N.º 69 de 28/03/2017	Artigos Escolares - Ajustes e esclarecimentos dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 481/2010.
N.º 89 de 02/05/2017	Televisores - Ajustes e esclarecimentos aos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 563/2014.
N.º 91 de 04/05/2017	Sistemas e equipamentos para energia Fotovoltaica (Módulo, controlador de carga, Inversor e bateria) - Prorrogação de prazo das Portarias Inmetro n.º 271/2015 e 223/2016.
N.º 92 de 04/05/2017	Equipamentos para Consumo de Água - Ajustes e esclarecimentos aos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 344/2014 e o Regulamento Técnico da Qualidade aprovado pela Portaria Inmetro n.º 394/2014.
N.º 93 de 04/05/2017	Válvulas industriais para instalações de exploração, produção, refino e transporte de produtos de petróleo - Ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 272/2011.
N.º 137 de 22/05/2017	Inspeção de veículos rodoviários automotores com sistema de gás natural veicular (GNV) - Ajustes no Regulamento Técnico da Qualidade n.º 37 aprovado pela Portaria Inmetro n.º 49/2010.
N.º 138 de 22/05/2017	Componentes automotivos para motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos e quadriciclos - Ajustes nos Art. 4º e 5º da Portaria Inmetro n.º 123/2014.
N.º 175 de 28/06/2017	Cabos de Aço de Uso Geral – Revoga a Portaria Inmetro n.º 176/2009.
N.º 176 de 28/06/2017	Regulamentos gerais - Dar nova redação ao art. 8º da Portaria Inmetro n.º 250/2016 (Sistema de Produtos e Serviços com Conformidade Avaliada – ProdCert).
N.º 205 de 17/07/2017	Fabricação de veículos acessíveis, de características rodoviárias, destinados ao transporte coletivo de passageiros - Dar nova redação à Portaria Inmetro n.º 269/2015 (postergação de prazo).

A Dconf manteve em 2017 atividades importantes para o Inmetro e para a sociedade através dos programas de **eficiência energética (PBE)**, **sustentabilidade do manejo florestal (CERFLOR)** e **avaliação do ciclo de vida dos produtos (PBACV)**.

Destacam-se no programa do PBE:

PBE Edifica: desenvolvido em parceria com a equipe do Procel Edifica da Eletrobrás e do Centro Brasileiro de Eficiência Energética em Edificações (CB3E), o PBE Edifica está em processo de aperfeiçoamento, com o objetivo de propor um novo método para avaliar a eficiência energética de edificações baseado no consumo de energia primária. O aperfeiçoamento também buscará incluir no programa a apresentação de informações complementares, tais como a quantificação das emissões de dióxido de carbono e o potencial de economia de água potável a partir de sistemas que promovem a redução de seu consumo. A minuta de aperfeiçoamento deste programa será colocada em consulta pública até o final de janeiro de 2018.

Coletores solares: foi realizada a consulta pública da proposta de aperfeiçoamento do Regulamento Técnico da Qualidade (RTQ) e dos Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) para Equipamentos de Aquecimento Solar de Água. A previsão é que a publicação definitiva ocorra até fevereiro de 2018.

Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV): o programa fornece informações ao consumidor quanto à eficiência de consumo e emissão de gases de veículos comercializados no país. Em 2017, 1.058 modelos foram inscritos, de 35 marcas, atingindo praticamente toda a indústria automobilística, o que é um marco importante de aceitação e adesão do setor à medida regulatória.

Cerflor:

Em 2017 o programa de certificação florestal voluntário Cerflor completou 15 anos e superou a marca de 3 milhões de hectares de áreas certificadas quanto à sustentabilidade do manejo florestal. Destaca-se que o programa corresponde a 1,4% do PIB industrial e movimenta US\$ 1,8 bilhão de saldo na balança comercial. Ressalta-se ainda a realização do 1º Encontro PEFC / Cerflor de Sustentabilidade no Brasil, para promover a certificação no país. O encontro reuniu representantes do poder público e do setor privado para compartilhar experiências e discutir como a certificação florestal valoriza empresas, marcas e produtos.

PBACV:

O Inmetro participou também do II Fórum Brasileiro de Avaliação do Ciclo de Vida (BRACV), evento que incluiu grupos de discussão, palestras e workshops. Cabe destacar a implementação do Projeto “Promoção da inovação na Economia Verde por meio da inclusão da Infraestrutura de Qualidade na América Latina e Caribe” coordenado e financiado pelo PTB, Alemanha. Houve participação do Inmetro na etapa do Plano de Ação do Projeto Piloto “Desenvolvimento das Regras de Categoria de Produtos”, incluindo troca de experiências por meio de treinamento em San Jose, Costa Rica. Ocorreram ainda ações do PBACV no âmbito do Projeto “ACV de A a Z”, financiado pela Ecoinvent, além do seminário sobre o uso de técnicas de Avaliação do Ciclo de Vida nas tomadas de decisão do setor governamental, realizado na Embaixada da Suíça.

Com relação à atividade de **vigilância de mercado** de produtos regulamentados pelo Inmetro, a Dconf implementou um processo de investigação de denúncias fundamentadas e de acidentes de consumo. Foram iniciadas 75 investigações, dentre as quais 50 implicaram em ações imediatas de fiscalização no varejo, nas fábricas e importadores. Para as investigações que demandaram realização de ensaios, mais de 70% das denúncias foram confirmadas. Merece também destaque a operação realizada pela Dconf em conjunto com a Receita Federal, no Estado de São Paulo, onde mais de 40 mil brinquedos irregulares foram apreendidos.

As Figuras 1 e 2 apresentam alguns dos resultados das ações de fiscalização executadas pela RBMLQ-I durante o ano de 2017, nos quais se observou um índice de unidades de produtos irregulares no mercado de 4,45%:

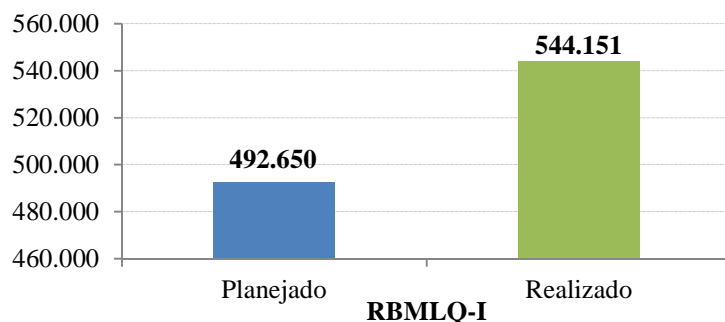


Figura 1: Número de ações de fiscalização realizadas entre janeiro e novembro de 2017.

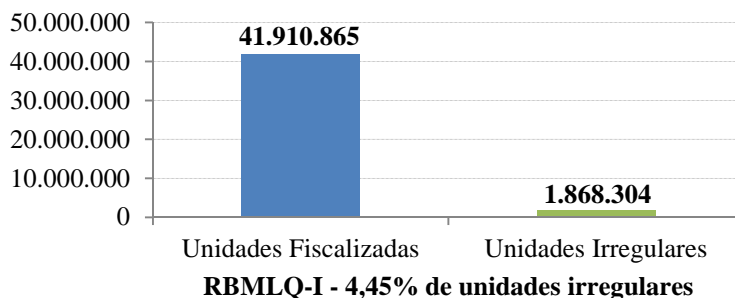


Figura 2: Número de unidades de produtos fiscalizados e irregulares encontradas em ações de fiscalização entre janeiro e novembro de 2017.

Ainda como atuação do Inmetro na vigilância de mercado, destacam-se as Operações Especiais, planejadas de modo a concentrar os esforços da fiscalização do Inmetro, sazonalmente, em produtos agrupados por similaridade ou de acordo com o aumento de suas demandas. Em 2017 foram realizadas 16.046 ações de fiscalização, nas quais 2.060.038 unidades de produtos foram fiscalizadas, e 90.664 destas unidades foram consideradas irregulares.

Operações Especiais de Fiscalização de 2017

Período	Nome	Produtos
13 a 17/fev	Boa viagem	Rodas Automotivas; Líquidos para freios hidráulicos para veículos automotores; Amortecedores da Suspensão; Buzinas ou equipamentos similares utilizados em veículos rodoviários automotores; Lâmpadas para veículos automotivos; Baterias chumbo-ácido para veículos automotores; Carregadores elétrico de baterias automotivas até 30A / 15V e 18kg.
27 a 31/mar	Páscoa	Brinquedos em produtos de Páscoa.
8 a 12/mai	Dia das mães	Produtos têxteis.
19 a 23/jun	Cozinha segura	Batedeiras elétricas residenciais; Cafeteiras elétricas / chaleiras elétricas / máquinas de cafés / máquinas de café expresso, de uso doméstico ou comercial; Esprededores elétricos de frutas de uso doméstico (potência até 300W); Grills elétricos / grelhas elétricas / churrasqueiras elétricas; Liquidificadores domésticos (até 3,6 l); Processadores de alimentos / descascadores / raladores / miniprocessadores / mixers – elétricos; Sanduicheiras elétricas; Adegas / climatizadores elétricos de bebidas, de uso doméstico ou comercial; Fornos de micro-ondas; Lavadoras de louça de uso doméstico ; Panela metálicas; Painéis de pressão.

7 a 11/ago	Mãos à obra	Capacetes de segurança p/ uso na indústria – EPI; Luvas isolantes de borracha – EPI; Peças semifaciais filtrante para partículas – EPI; Cinturões de segurança para proteção contra quedas com diferença de nível - EPI; Dispositivos trava-queda para proteção contra quedas com diferença de nível – EPI; Talabartes de segurança para proteção contra quedas com diferença de nível – EPI.
2 a 6/out	Dia das crianças	Brinquedos; Dispositivos de retenção para crianças; Berços infantis; Carrinhos para crianças.
20 a 24/Nov	Segurança elétrica	Disjuntores; Interruptores ; Plugues; Tomadas; Adaptadores de plugues e tomadas; Dispositivos elétricos de baixa tensão: Lâmpadas dicróicas, Luminárias, Lustres, Receptores para lâmpadas fluorescentes, estárteres, lâmpadas fluorescentes tubulares sem reatores integrados à base, Lâmpadas halogênas, filtros de linha, extensões enroladas, lâmpadas LED, sensores de presença, fotocélulas, transformadores de tensão.
11 a 15/dez	Papai Noel	Brinquedos; Bicicletas de uso infantil; Luminárias natalinas.

Com o intuito de aumentar a eficácia no controle de produtos regulamentados pelo Inmetro, o Instituto realiza, sistematicamente, o **registro de objeto**, cujo objetivo é analisar a conformidade de produtos à regulamentação técnica vigente e autorizar a comercialização dos mesmos no mercado nacional. Em 2017 foram realizadas 19.367 análises de processos de registro das quais 12.441 foram ações de controle e acompanhamento de empresas com registro concedido pelo Inmetro, com possibilidade de desdobramentos de ações de suspensão ou cancelamento da autorização para fabricação e comercialização. Atualmente, o Inmetro tem registro de 27.818 produtos regulamentados, os quais são fabricados ou importados por 4.844 empresas nacionais.

Adicionalmente, para evitar a entrada de produtos importados irregulares no país e também promover a justa concorrência com produtos nacionais e a segurança de consumidores, o Inmetro realiza a análise de **processos para anuência de licenças de importação** de produtos. Em 2017 foram analisados 200.398 processos de anuência de produtos regulamentados pelo Inmetro, dos quais 196.331 foram deferidos.

Para avaliar como está o índice de conformidade de produtos regulamentados, o Inmetro realiza, anualmente, um diagnóstico setorial de um conjunto de produtos regulamentados pelo Instituto através de **Programas de Verificação da Conformidade (PVC)**. O PVC tem o objetivo de identificar oportunidades de melhoria nos regulamentos, avaliar a implementação dos Programas de Avaliação da Conformidade, monitorar organismos, laboratórios e empresas no cumprimento das bases legais e normativas e, inclusive, fornecer insumos para as ações de fiscalização. Em 2017, concluíram-se quatro programas para: Colchões de Espuma, Fósforos de Segurança, Fios e Cabos Elétricos, e Extintores de Incêndio de pó ABC 4kg, cujos índices de conformidade encontrados no mercado estão ilustrados na figura 3. Esses programas totalizaram 221 modelos analisados, sendo 70% conformes e 30% não conformes, para os quais foram realizadas propostas de encaminhamentos objetivando ações corretivas e a melhoria dos produtos no mercado.

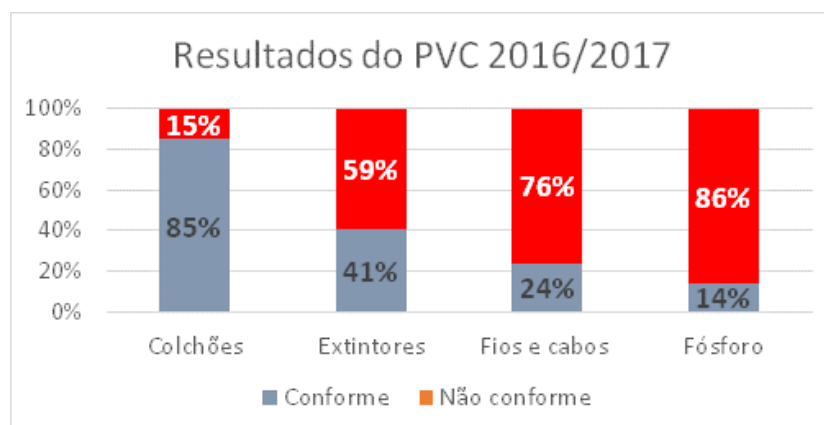


Figura 3: Índice de conformidade de produtos analisados nos quatro PVC realizados em 2017

Objetivando identificar os perigos no uso de objetos regulamentados, o Inmetro implementou o **Processo de Análise de Perigo (AP)**, que faz uso da base de dados do Sistema Inmetro de Monitoramento de Acidentes de Consumo (SINMAC) para definir os produtos a serem analisados. Em 2017 foram concluídos os AP de mordedores e escada metálica e, para 2018, está previsto a análise de balanço de brinquedo, minicarrinho, carrinho de bebê e carrinho de brinquedo.

Em 2017 também foi iniciada a implementação, pela Dconf, de um **laboratório multifuncional** para análise de produtos regulamentados ou sujeitos a regulamentação, o qual já dispõe de espaço físico e equipamentos. O laboratório será capaz de realizar ensaios de produtos de consumo, além de investigar e diagnosticar riscos associados à segurança destes produtos, tornando-se ferramenta estratégica para as atividades de fiscalização de objetos regulamentados ou de estudo de requisitos de produtos a serem regulamentados pelo Instituto.

O Inmetro também atua na análise de risco e desempenho de produtos que não são regulamentados pelo Instituto, em especial na avaliação da segurança, saúde e proteção ao meio ambiente, através do **Programa de Análise de Produtos (PAP)**. Em 2017 os seguintes produtos foram analisados: batom, contratos de serviço de empresas e seguradoras de assistência funerária, furadeira elétrica, serra tico-tico e brinquedos piratas. O indicador de conformidade encontra-se ilustrado na figura 4.

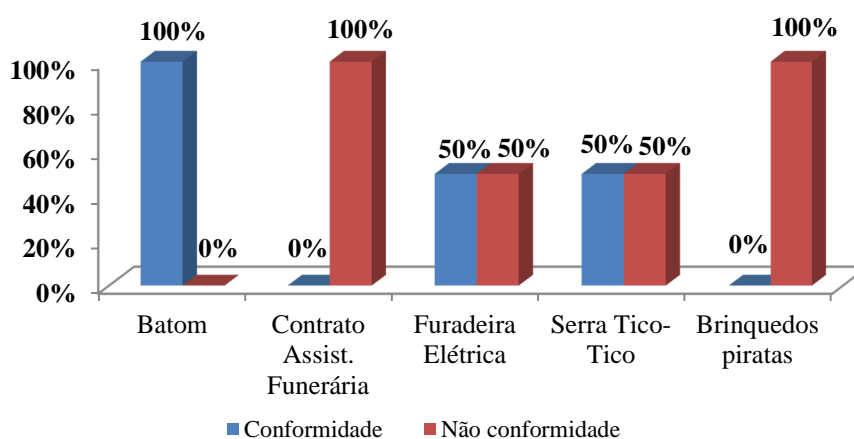


Figura 4: Indicador de conformidade dos produtos analisados pelo PAP em 2017.

É importante ressaltar a parceria existente entre o Inmetro e o Programa Fantástico, da Rede Globo, o qual garante uma ampla divulgação dos resultados do PAP em rede nacional. Em 2017 o custo com a divulgação do programa seria de R\$ 9.995.200,00 (nove milhões, novecentos e noventa e cinco mil e duzentos reais), caso a parceria para a exposição na mídia não fosse gratuita.

2.7.2 Acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade (Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE)

Automação do Processo e Acreditação

O ACREDITA, o novo sistema informatizado da CGCRE, propiciará a redução dos tempos médios na prestação dos serviços de acreditação, além de servir para aumentar a qualidade em todos os outros processos envolvidos no seu âmbito. Adicionalmente, o sistema contemplará uma base de dados relativa aos produtos e empresas certificados por organismos de avaliação da conformidade acreditados. Em 2016, foi finalizado o desenvolvimento do portal de informações sobre Organismos de Avaliação da Conformidade Acreditados. Este portal será o local onde estarão concentradas todas as informações relativas aos organismos acreditados, bem como as informações relativas aos serviços prestados por estes organismos, tais como as empresas certificadas de sistema de gestão, os produtos certificados, entre outras.

Em 2017, a empresa encarregada de realizar a implantação do sistema desistiu do projeto, deixando inacabado o portal e não iniciando a informatização dos fluxos que já haviam sido mapeados e desenvolvidos, gerando assim a necessidade de se realizar uma nova licitação para contratação de outra empresa para dar continuidade ao referido projeto. A licitação deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2018 e há expectativa de conclusão de todas as atividades em novembro do ano seguinte.

Aumento da segurança nas estradas e vias urbanas (carro padrão)

Todos os veículos alterados, sinistrados ou que transportam produtos perigosos passam por um ensaio de frenagem na linha de inspeção mecanizada. Tal ensaio tem como foco verificar a capacidade de um veículo frear (eficiência de frenagem) e o desequilíbrio desta frenagem (diferença de frenagem entre rodas do mesmo eixo). O problema é que as linhas de inspeção existentes no Brasil emitiam resultados que não podiam ser considerados totalmente confiáveis, pois não existia padrão contra o qual verificar seu desempenho. Com o intuito de sanar este problema, o Inmetro desenvolveu um carro preparado para avaliar o desempenho destas linhas. Foi feita uma rodada de testes em março de 2013 com fabricantes de linhas de inspeção; outra rodada foi realizada em fevereiro de 2014, com os mesmos participantes e outros incluídos. Após esta última rodada, foram estabelecidos requisitos de desempenho para as linhas de inspeção utilizadas pelos organismos acreditados, garantindo assim maior segurança nas vias urbanas.

O veículo foi construído e já foram realizadas duas rodadas de testes com os fabricantes de linhas de inspeção. A ação da CGCRE será, com base nesses resultados, incluir requisitos funcionais nas linhas de inspeção utilizadas pelos organismos acreditados. Estes requisitos serão incluídos na revisão da norma ABNT NBR 14040. Ao longo de 2015, a CGCRE trabalhou na revisão da Norma ABNT NBR 14040, de forma a inserir requisitos funcionais e construtivos nas linhas de inspeção dos organismos que executam os serviços de avaliação da conformidade relacionados ao escopo em questão. Todavia, o processo de revisão de normas desse tipo exige cuidados extras, o que vez por outra o torna mais lento, razão pela qual a CGCRE optou por rever sua norma interna específica (NIT-DIOIS-016), inserindo nela alguns dos requisitos que se pretende para a norma geral, de forma a

conferir mais confiabilidade aos testes de frenagens realizados pelos organismos de inspeção acreditados.

No final de 2015, foi publicada a nova versão da norma mencionada, com parâmetros para calibração da linha de inspeção mecanizada. Dentre as exigências estabelecidas, pode-se destacar a obrigatoriedade de se realizar essa calibração na rede acreditada de laboratórios. Em 2016, ocorreu a transição da norma, com os organismos realizando a calibração da linha de inspeção mecanizada. Essa transição foi finalizada em maio de 2017. Além disso, a norma ABNT NBR 14040 teve sua nova versão publicada em dezembro de 2017. Para 2018, pretende-se estabelecer um plano de implementação para os novos requisitos estabelecidos.

Atividades de reconhecimento das Boas Práticas de Laboratórios (BPL)

A CGCRE, cumprindo seu papel de autoridade brasileira de monitoramento das instalações de teste em relação aos Princípios das Boas Práticas de Laboratório (BPL) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), está coordenando o Grupo de Trabalho do CONMETRO que visa a analisar os impactos dos produtos nanotecnológicos e a aceitação mútua de dados relacionados aos princípios das BPL para avaliação do risco quanto à saúde e ao meio ambiente. Esta iniciativa está alinhada à recomendação da OCDE e à Resolução CONMETRO n. 3, de 3 de dezembro de 2014. Sua relevância deve-se ao fato de que, uma vez que os produtos obtidos a partir de nanomateriais manufaturados sejam incluídos no escopo do Brasil no sistema de aceitação mútua de dados da OCDE, evitar-se-á duplicidade de testes, reduzindo assim a utilização de animais, o tempo despendido e os custos envolvidos, fatores que contribuem para a redução de barreiras não tarifárias ao comércio. Todas as ações inerentes a este projeto estão sendo feitas em consonância com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Projeto Piloto do Escopo Flexível

Em 2015, foi criado o Grupo de Trabalho para Implementação do Projeto Piloto do Escopo Flexível, iniciativa que visa a dar maior agilidade na oferta, pelos organismos de avaliação da conformidade (OAC), de serviços acreditados na área de laboratórios. Em meados de 2016, foi publicado a norma que dispõe sobre a Política e Procedimento para Implementação e Gerenciamento de Escopo Flexível (Projeto Piloto – Área Produtos Químicos e Subárea Produtos Farmacêuticos), documento que irá nortear as avaliações dos OAC participantes deste piloto.

O Projeto foi iniciado em 2017 contemplando a avaliação de todos os laboratórios na área de produtos farmacêuticos que aderiam à documentação da CGCRE. Com o término do projeto, a CGCRE iniciou ainda em 2017 uma análise crítica dos processos com o objetivo de expandi-lo para outra área (alimentos e bebidas). Com a implantação do Projeto, os OAC terão maior autonomia no gerenciamento do seu escopo de acreditação podendo - sem a prévia autorização da CGCRE - incluir itens adicionais, conforme as diretrizes e os requisitos do documento normativo mencionado.

Espera-se, com isso, a redução na quantidade de solicitações de extensão dos escopos das acreditações, o que possibilitará aos OAC maior agilidade e economia na prestação dos seus serviços e, ao mesmo tempo, permitirá a CGCRE concentrar mais esforços em outros processos operacionais.

Desenvolvimento de novo programa para acreditação de organismos de certificação de sistemas de gestão de antissuborno

Os novos institutos da delação premiada e da responsabilização objetiva, advenços recentes e decorrentes da promulgação da Lei 12.846/13, colocaram em primeiro plano as graves consequências que podem se abater sobre as empresas envolvidas em corrupção no País. De fato, as punições previstas na chamada Lei Anticorrupção são de tal ordem que podem inviabilizar a sobrevivência das empresas, a despeito do porte e sem que seja necessário provar o conhecimento e a anuência por parte da alta direção sobre o ilícito.

Como consequência, parte significativa das empresas no Brasil vem considerando prioritária a implantação de sistemas de gestão da prevenção à corrupção. Tais sistemas envolvem a existência de procedimentos e mecanismos que revisem controles internos, apliquem o código de ética a funcionários e terceirizados, investiguem e punam funcionários corruptos e criem um canal de denúncia interno efetivamente utilizado, entre outras providências. Em 2017, o Inmetro desenvolveu um programa de acreditação de sistemas de gestão antissuborno, baseado na norma ABNT NBR ISO 37001:2017. O programa de acreditação está disponível desde setembro de 2017, com organismos já em processo de acreditação. Ademais, representantes da CGCRE vêm participando da comissão da ABNT que desenvolve uma norma brasileira certificável de *compliance*, o que suscitará posterior desenvolvimento de programa de acreditação correspondente.

Desenvolvimento de novo programa de acreditação de organismos de certificação de produtos *Halal*

O mercado *Halal*, produtos e serviços consumidos por cerca de 1,8 bilhão de muçulmanos no mundo, tem valor estimado em US\$ 2,1 trilhões, englobando variados setores como alimentos, cosméticos, produtos farmacêuticos, têxteis, serviços turísticos, etc. A certificação tem sido o mecanismo mais empregado para que o consumidor muçulmano tenha adequada confiança de que o bem ou serviço que está adquirindo está de acordo com procedimentos prescritos pela Lei Islâmica. Ao mesmo tempo em que oferece maior confiança para o consumidor, a certificação representa uma vantagem competitiva das mais importantes para as empresas que operam neste mercado - o consumidor muçulmano é obrigado, pela lei e pela própria consciência, a consumir apenas produtos *Halal*.

A adesão do Inmetro aos fóruns internacionais mais promissores quanto à unificação do padrão *Halal* aliada à acreditação de organismos de certificação brasileiros representará para as empresas nacionais o acesso a uma fonte de vantagem competitiva. A CGCRE vem desenvolvendo um esquema de certificação *Halal* em conjunto com representantes de uma organização muçulmana no Brasil. No momento, a associação islâmica realiza as adequações organizacionais necessárias à continuidade do novo programa.

Inspeção acreditada de Empreendimentos de Infraestrutura

Em novembro de 2016, a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) da Presidência da República solicitou ao Inmetro um programa de “Inspeção Acreditada de Empreendimentos de Infraestrutura”. Desde então, várias reuniões de trabalho ocorreram com vistas à modelagem do programa de acreditação voluntário que culminaram com a assinatura do “Acordo de Cooperação Técnica n. 08/2017” entre o Inmetro e a SPPI e a elaboração de Regulamento submetido à Consulta Pública em 09 de junho de 2017 por 60 (sessenta) dias.

Em 16 de outubro de 2017, houve a reunião de consolidação dos comentários à Consulta Pública, com a presença de mais de 40 participantes dentre eles, representantes do setor da construção, CGU, DNIT, Petrobras, ANAC, BNDES, etc.

Em dezembro de 2017, foi publicada a Portaria 367 de 20/12/2017, com o Regulamento para Inspeção Acreditada de Empreendimentos de Infraestrutura. Foram designadas 8 (oito) certificadoras para realizar as inspeções durante o período de um ano e o lançamento da acreditação ocorreu em 31/01/2018.

Desenvolvimento de novo programa para acreditação de laboratórios de ensaio na área forense (criminal)

Em grande parte dos casos, a apuração criminal depende da devida inserção de perfis genéticos das amostras biológicas deixadas pelos infratores nos locais de crime (ou no corpo das vítimas). Esses vestígios, além de serem confrontados entre si, o que já permite a detecção de crimes seriais, podem ser identificados por meio do confronto com os perfis genéticos dos indivíduos condenados e os identificados criminalmente. Para aumentar a confiabilidade dos ensaios de identificação de perfis genéticos, os laboratórios forenses ligados às polícias brasileiras solicitaram o desenvolvimento de um programa de acreditação neste escopo.

Em 2015, foi criado o Grupo de Trabalho Forense com o objetivo de estabelecer o programa de acreditação de laboratórios forenses. Deste grupo participaram representantes do Inmetro, da Polícia Federal, peritos da Polícia Civil e especialistas na área forense. A partir de junho de 2017, o Inmetro disponibilizou um programa de acreditação que engloba este e outros escopos como, por exemplo, os ensaios toxicológicos relativos a drogas ilícitas. Em dezembro de 2017, a CGCRE recebeu o pedido de acreditação do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal.

Cooperação Técnica Internacional

O Inmetro mantém acordos de cooperação técnica com países da América Latina e de outras regiões, para o desenvolvimento de Tecnologia Industrial Básica (TIB). Como parte desses acordos, mais especificamente com os organismos de acreditação que são membros da IAAC e do IAF, a CGCRE realizou as seguintes atividades: (i) por solicitação do Organismo Nacional de Acreditação do Paraguai (ONA), disponibilizou especialistas para atuarem em avaliações no Paraguai nas áreas ensaios químicos, calibração de volume e massa específica, ensaios ópticos, calibração de pH e de provedores de ensaios de proficiência; e (ii) por solicitação do *United Kingdom Accreditation Service* (UKAS), realizou avaliações em 4 organismos de certificação de sistemas de gestão.

2.7.3 Garantia Metrológica (Diretoria de Metrologia Legal - DIMEL e Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I - CORED)

Diretoria de Metrologia Legal – DIMEL

Regulamentação Técnica Metrológica (RTM)

A implementação de regulamentação técnica metrológica busca identificar os fatores facilitadores ou os pontos críticos do processo, a partir dos quais deve ser feito um plano de ações de implementação (PAIMP), contemplando para cada ação, sua natureza, meios, responsáveis e prazos, de forma a facilitar o entendimento, aceitação e adequação ao planejamento por todas as partes envolvidas. As seguintes atividades fazem parte deste processo:

- Elaboração de planos de ação para implementação da regulamentação técnica metrológica;
- Acompanhamento das ações acordadas nos planos de ação; e
- Elaboração de documentação para revisão de prazos de implementação de regulamentos técnicos metrológicos.

Em 2017, os seguintes RTM iniciaram seus planos de ação de implementação:

- Arqueação de tanques fixos;
- Bombas medidoras de combustíveis líquidos;
- Carroçarias para carga sólida;
- Computadores de vazão e conversores de volume;
- Cromatógrafos a gás em linha;
- Esfigmomanômetros de medição não invasiva;
- Instrumentos de pesagem automáticos de veículos rodoviários em movimento;
- Medidores de umidade de grãos;
- Medidores de velocidade para veículos automotivos;
- Mototaxímetros;
- Termômetros clínicos de líquido termométrico em vidro; e
- Veículos-tanque rodoviários.

Para desenvolvimento e revisão de regulamentação técnica metrológica é utilizada uma estrutura de Comissões Técnicas de Metrologia Legal (CT/ML), constituídas por entidades representativas das partes interessadas na regulamentação técnica metrológica e nas atividades do controle metrológico legal, para propor mecanismos efetivos de operacionalização, implementação, melhoria e transparência das atividades relativas aos temas em questão.

Em 2017, das 50 demandas submetidas à análise da Dimel, 12 foram concluídas e 4 se traduziram em alterações nas portarias anteriores, conforme segue:.

- Portaria Inmetro nº 70, de 28/03/2017 – Alteração da Portaria Inmetro nº 402/2013 – medidores de umidade de grão;
- Portaria Inmetro nº 85, de 7/04/2017 – Alteração da Portaria Inmetro nº 400/2013 – supervisão metrológica dos instrumentos de medição;
- Portaria Inmetro nº 148, de 7/06/2017 – Alteração da Portaria Inmetro nº 528/2014 – provetas de vidro de 100 mL; e
- Portaria Inmetro nº 168, de 16/06/2017 – Alteração da Portaria Inmetro nº 375/2013 – IPA rodoviário.

A análise de demandas tem como objetivo avaliar a relevância, o grau de risco do problema identificado e se o Inmetro deve tomar alguma providência no âmbito da metrologia legal. O produto da avaliação é o relatório de análise de demanda (RAD) com recomendações que servem para auxiliar a tomada de decisão.

Projeto de Certificação Digital para Instrumentos de Medição

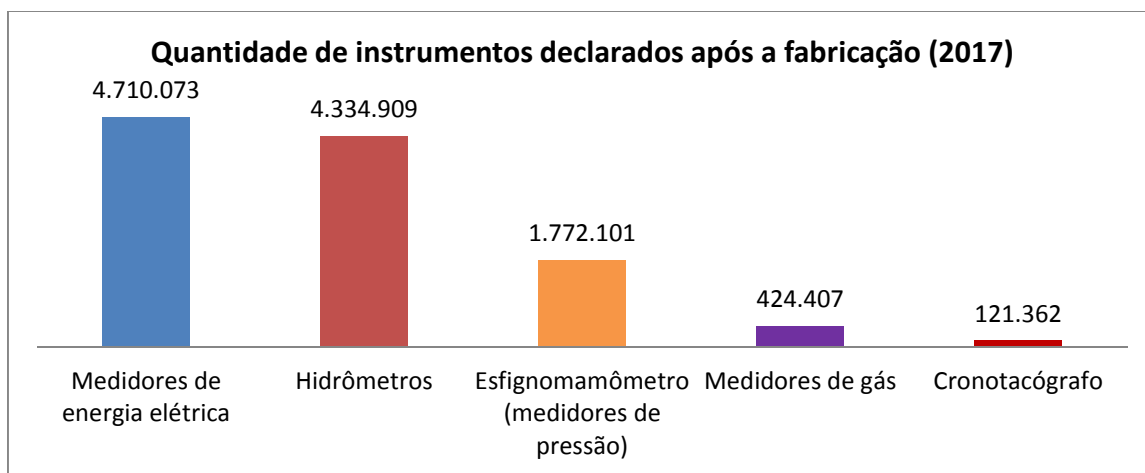
Em 2017 o Inmetro realizou o desenvolvimento e a estruturação do projeto de certificação digital para instrumentos de medição, destinado a combater as atuais fraudes eletrônicas em bombas de combustível, dotar outros instrumentos de medição de maior nível de segurança e propiciar ambiente de segurança tecnológica para o desenvolvimento de serviços avançados em metrologia legal.

O Programa Nacional de Combate a Fraudes em Bombas Medidoras de Combustíveis Líquidos, criado em 2017, resultou na organização de 5 turmas nos seguintes estados: Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás e Espírito Santo.

Controle Legal de Instrumentos de Medição

O Inmetro concede autorização para que as empresas possam se autodeclarar conforme as exigências metrológicas para a verificação inicial dos instrumentos de medição.

Em 2017, 384.910 empresas autorizadas declararam a conformidade de, aproximadamente, 11.315.385 instrumentos de medição após a fabricação (figura abaixo).



O Inmetro tem concentrado esforços para programar ações de planejamento e simplificação dos seus processos, em harmonia com as ações do Grupo de Trabalho de Simplificação Administrativa do MDIC (GTSA), com o objetivo de, no curto prazo, desburocratizar e reduzir entraves ao setor produtivo brasileiro.

As principais ações de melhoria preveem ajustes e mudanças na gestão das atividades referentes à análise de software dos instrumentos, incentivo à acreditação de laboratórios de ensaio, aceitação de relatório de ensaios realizados previamente à abertura do processo de avaliação de modelo e redução do tempo médio dos ensaios de desempenho realizados no Inmetro.

O impacto desta ação provoca, além da redução dos prazos para os fabricantes, a possibilidade de obtenção no mercado de maior variedade de instrumentos de medição, diferentes tecnologias e precisão, e o atendimento aos requisitos dos regulamentos técnicos previstos para a correta utilização destes instrumentos.

Em 2017, o Inmetro concluiu 429 processos de Avaliação de Modelo.

A Portaria MDIC n. 02 de 04 de janeiro de 2017 estabeleceu que compete à Dimel e, em particular, à Divisão de Controle Legal de Instrumentos de Medição executar a anuência dos instrumentos de medição sujeitos ao controle legal.

Em 2017, 1.148 análises de processos de solicitação de anuência de instrumentos de medição foram realizadas, com deferimento de 91% (1.041).

Capacitação e Aprimoramento nas áreas da Metrologia Legal

Também em 2017 foram ministrados 17 cursos à RBMLQ-I, totalizando 629 horas de capacitação, abrangendo 8% da força de trabalho nas áreas da metrologia legal (188 pessoas).

O objetivo dos cursos foi capacitar a força de trabalho para atuar nas atividades de verificação de instrumentos de medição, na fiscalização de produtos pré-embalados e no programa de combate às fraudes eletrônicas.

Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I – CORED

Destaques

Inicialmente, faz-se fundamental destacar a crise econômica pela qual o país vem passando nos últimos anos, onde o Governo Federal, no esforço para promover medidas de ajuste econômico, manteve restrições orçamentário-financeiras, com estabelecimento de cotas de pagamentos.

Nesse contexto, destaca-se a manutenção de uma satisfatória sistemática de distribuição de repasses à RBMLQ-I, o que assegurou uma razoável consecução das atividades em todo território nacional, mesmo em um cenário de contingenciamento.

A receita efetiva da RBMLQ-I alcançou em 2017 foi de R\$ 727.608.032, um recorde histórico de arrecadação. Nesse período, a Cored também empreendeu ações para aperfeiçoar as práticas que envolvem excelência na gestão da RBMLQ-I, destacando-se a sistematização da rotina de cálculo do índice de produtividade (IP) no Sistema de Gestão Integrada (SGI) do Inmetro.

Evolução da Receita de Serviços da RBMLQ-I

Grande parte da receita gerada foi oriunda da realização de 27.754.695 de verificações metrológicas, que corresponde a um acréscimo de 3,7% frente às verificações realizadas no mesmo período em 2016 (26.761.369).

Em termos quantitativos (número de verificações), os resultados comparativos do ano de 2017 com o mesmo período de 2016 revelam um acréscimo da ordem de 5% das verificações subsequentes (periódicas e pós reparo), que são atividades que dependem exclusivamente do planejamento e da atuação dos órgãos delegados da RBMLQ-I, e um acréscimo de 5,2% das verificações iniciais, que não estão sob controle dos Órgãos Integrantes da RBMLQ-I e que dependem de condições de mercado.

A receita gerada em 2017 corresponde a uma variação positiva de 7,9% frente aos valores obtidos no mesmo período de 2016. Importante ressaltar que houve reajuste da Tabela de Serviços Metrológicos em fevereiro de 2017, o que explica parcela deste acréscimo de receita.

Verificação de cronotacógrafos nos 26 Órgãos da RBMLQ-I

Realização de 1.657.339 verificações metrológicas e 356.036 fiscalizações em cronotacógrafos, que corresponde a um aumento de 13,4% frente às 1.434.251 verificações e um acréscimo de 51,87% frente às 234.434 fiscalizações realizadas no mesmo período em 2016. A receita gerada em 2017 foi de R\$ 90.491.897,09 que corresponde a uma variação positiva de 48,21% frente aos R\$ 61.055.949,60 de receita em 2016.

Planejamento e Acompanhamento Técnico para a RBMLQ-I

Capacitação da Força de Trabalho da RBMLQ-I

Em parceria com outras diretorias do Inmetro, a Corel coordenou o planejamento e a execução da capacitação da força de trabalho da RBMLQ-I. Foram realizados 8 eventos tanto para público interno quanto para o externo (oficinas credenciadas para verificação em cronotacógrafos) com 286 participações, basicamente na modalidade Ensino a Distância, nas atividades relacionadas à Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade.

Planejamento e Acompanhamento da Aplicação de Recursos Orçamentários e Financeiros na RBMLQ-I

Planos de Aplicação

O Plano de Aplicação visa planejar por meio de diretrizes e estratégias a aplicação dos recursos transferidos para a RBMLQ-I, bem como acompanhar a execução. Desta forma, a gestão dos recursos é realizada com segurança, transparência e de maneira otimizada. A pactuação dos planos, bem como o acompanhamento mensal dos resultados é realizada pela Corel em conjunto com a Diretoria de Administração e Finanças – Diraf e a Divisão de Planejamento Orçamentário - Diplo. Para 2018, almeja-se iniciar a implantação da Prestação Técnica de Contas – PTC para a RBMLQ-I, fase que consiste em uma prestação técnica de contas de atividades, a realizar-se ao fechamento de cada exercício ou ao findar do Convênio. Equivale a um Relatório de Gestão, com o objetivo de apresentar ao público e, em particular aos órgãos de controle, as ações desenvolvidas pela instituição.

Investimentos RBMLQ-I realizados com Repasses

As restrições orçamentárias/financeiras impossibilitaram a realização dos investimentos previstos para 2017. O realizado em 2017 se refere, basicamente, à execução financeira de aquisições iniciadas em 2016.

Destaque para a primeira Unidade Fluvial de Fiscalização de Pesquisa Científica da América Latina, localizada no Amazonas, com investimentos de R\$ 3 milhões para sua construção. A unidade é a única a oferecer os serviços metrológicos por meio fluvial no País e, além dos serviços metrológicos e de avaliação da conformidade, a embarcação conta com laboratórios para análise da qualidade da água dos rios e para verificação da autenticidade de espécies animais e vegetais.

A perspectiva é que também sejam desenvolvidas pesquisas na unidade fluvial, abrindo caminho para o desenvolvimento do Selo Amazônico, uma certificação para produtos originários da região, como peixe, açaí ou castanha.

Investimentos RBMLQ-I realizados com repasses (até dez/2017).

Descrição	Pactuado (R\$)	Executado (R\$)	Execução (%)
Aquisição de Imóveis	600.000,00	0,00	-
Aquisição de Veículos	5.366.200,00	506.189,60	9,43%
Aquisição de Padrões de Trabalho	5.139.632,31	1.178.377,32	22,93%
Aquisição de Material de Informática	5.595.570,12	2.882.133,70	51,51%
Obras e Instalações	20.549.591,92	5.675.850,77	27,62%
Outros Equipamentos e Material Permanente	3.294.832,87	1.692.635,94	51,37%
TOTAL	40.545.827,22	11.935.187,33	29,44%

Fonte: SGI: Plano de Aplicação (caminho 16.3.3.)

Sistemas de Informações para a RBMLQ-I

A Corel busca estruturar a RBMLQ-I com um robusto sistema de informações como forma de prover qualidade e produtividade nas atividades inerentes aos órgãos integrantes da RBMLQ-I, com uniformidade e padronização de procedimentos, sejam eles de cunho técnico, administrativo ou jurídico.

O Sistema de Gestão Integrada - SGI se caracteriza como o braço principal dos sistemas de informação da RBMLQ-I. É um sistema informatizado, construído em plataforma web, para a gestão e operacionalização das atividades técnicas, administrativas e jurídicas dos órgãos integrantes da RBMLQ-I e que agrega recursos implantados em nuvem para seus clientes e usuários externos.

Para o público externo, as informações extraídas da base do SGI estão disponibilizadas para consulta no Portal de Serviços do Inmetro nos Estados (PSIE) - <http://servicos.inmetro.rs.gov.br> - e no Portal de Cronotacógrafos - <http://cronotacografo.rbmlq.gov.br> -, que servem como ferramenta de troca de informações para serviços específicos executados pela RBMLQ-I.

Estudos Estratégicos

Consiste em estudos desenvolvidos, por meio de métodos de estimação de dados, através de estudos econômicos e análises estatísticas, com o intuito de aprimorar as práticas de gestão, visando maior produtividade (medição de desempenho dos órgãos integrantes da RBMLQ-I, indicadores de desempenho, etc.), maiores números de instrumentos verificados e produtos fiscalizados, maior abrangência geográfica de atuação da RBMLQ-I, dentre outros resultados. Dos estudos realizados em 2017, destaca-se:

- Incorporação do indicador de contagem de contribuição (CTS) ao INSS na avaliação da força de trabalho da RBMLQ-I. Esta ação é uma forma de identificar a estrutura laboral de tempo de serviços dos colaboradores e ajudar na elaboração dos estudos de capacidade e demanda da RBMLQ-I, em especial o auxílio nas tomadas de decisão que envolvem reposição da força de trabalho.

2.7.4 Articulação Internacional (Coordenação-Geral de Articulação Internacional - CAINT)

Atividade do Ponto Focal Brasileiro do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio

O Inmetro exerce o papel de autoridade nacional notificadora e de Ponto Focal do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio. Das 2053 notificações feitas à OMC até novembro de 2017, 104 são brasileiras e 27 tiveram origem no Inmetro.

Como Ponto Focal, o Inmetro recebe comentários às propostas de regulamentos técnicos submetidos à consulta pública pelos órgãos regulamentadores do Brasil. Dentre os 23 comentários recebidos de sete economias, 9 foram dos Estados Unidos, 6 da União Europeia, 3 do Chile, 2 da Índia, 1 da Argentina, 1 da Austrália e 1 do Reino Unido.

As medidas brasileiras mais questionadas pelos parceiros comerciais foram sobre: rotulagem de vinhos (10) e peixe congelado (3), do MAPA; e marcação têxtil (2), do Inmetro.

Com relação às medidas estrangeiras, foram enviados nove questionamentos de entidades empresariais brasileiras, do setor alimentício, ao Ponto Focal uruguaio sobre rotulagem frontal de alimentos pré-embalados, com o intuito de que esses comentários fossem considerados pelo governo do Uruguai.

Vale ressaltar também que todas as notificações estrangeiras têm sua ementa traduzida para o português e incluída no sistema Alerta Exportador, de modo a permitir que as empresas tenham mais facilidade quando da busca por regulamentos técnicos de outros países. Ademais, foram respondidas 180 consultas sobre exigências para exportação para variados mercados.

Comitê TBT da OMC

Em 2017 o Inmetro retomou a participação nas três reuniões anuais do Comitê do Acordo sobre Barreiras Técnicas da OMC (CTBT/OMC), com atuação no questionamento de medidas regulatórias estrangeiras, principalmente para as quais possa não haver embasamento científico e que, conseqüentemente, afetem as exportações brasileiras, na defesa de medidas regulatórias do Inmetro questionadas por outros países e no apoio às posições brasileiras sobre temas discutidos nas reuniões.

É importante destacar, também, a contribuição do Inmetro ao esclarecimento de dúvidas nas reuniões bilaterais realizadas à margem das sessões do Comitê TBT/OMC, com diversos países que questionaram regulamentos brasileiros ou que foram questionados pelo Brasil, o que têm evitado que novas Preocupações Comerciais Específicas (PCEs) sejam apresentadas na sessão plenária do CTBT/OMC.

Foram realizadas 17 reuniões bilaterais com 10 países (Argentina, Bolívia, Coreia do Sul, Egito, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, Indonésia, Japão, México, Peru) e um bloco econômico (União Europeia), em março (8), junho (5) e novembro (4). Quanto às PCEs apresentadas contra o Brasil, somente uma diz respeito a regulamento técnico do Inmetro (brinquedos), que vem sendo apresentada por Estados Unidos, Canadá e União. A atuação Inmetro no esclarecimento incisivo das questões colocadas tem contribuído para o arrefecimento das demandas.

VII Revisão da Política Comercial do Brasil (TPR)

A Revisão da Política Comercial é um exercício regular ao qual se submetem todos os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). A frequência com que ocorrem as revisões depende da participação de cada membro no comércio mundial, o que, no caso do Brasil, ocorre a cada quatro anos. O objetivo da revisão é aumentar a transparência e a compreensão mútua dos países membros sobre as respectivas políticas comerciais e contribuir para o debate do público e dos Governos a respeito do alcance e dos efeitos daquelas políticas.

A reunião da VII Revisão da Política Comercial do Brasil ocorreu em julho de 2017 na sede da OMC em Genebra. O Inmetro contribuiu com as estatísticas e aperfeiçoamento do texto do item “3.3.2. Standards and other technical requirements”, do capítulo “3. Trade Policies and Practices by Measure” e integrou a delegação brasileira, esclarecendo questões relacionadas ao ponto focal de barreiras técnicas ao comércio, licenciamento de importações e regulamentação técnica. O Brasil também foi questionado sobre desempenho macroeconômico, infraestrutura, defesa comercial e tributação.

Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC)

O CBTC, um dos Comitês Assessores do Conmetro, reúne vários órgãos regulamentadores e entidades empresariais e se consolidou em 2017 como um importante fórum para recolher informações sobre dificuldades que empresas vêm enfrentando em suas exportações, relacionadas com regulamentos técnicos estrangeiros. Após análise e discussão dos dados apresentados, o CBTC tem recomendado ou não ao Ministério das Relações Exteriores que apresente Preocupação Comercial Específica (PCE) ao Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio (CTBT/OMC). O Comitê também constitui um espaço para atualizar seus integrantes quanto aos capítulos de barreiras técnicas no âmbito das negociações dos acordos comerciais dos quais o Brasil vem participando, como por exemplo entre Mercosul e União Europeia e a ampliação do ACE 53 entre Brasil e México.

Em 2017 ocorreram três reuniões do CBTC para o debate de temas importantes e com forte impacto nas exportações brasileiras como: Regulamentação sobre Declaração Ambiental de Produtos; Negociações comerciais no âmbito do Mercosul: Harmonização de Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade (SGT nº 3); Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade, cujo Comitê Gestor é supervisionado pelo CBTC; Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos; Negociações da Comissão de Produção e Comércio entre Brasil e Argentina; Regulamentação técnica para Rotulagem de Alimentos, no âmbito do Codex; Grupo Técnico de Regulação em Comércio Exterior da CAMEX e Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio Mediante a Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio da ALADI.

Comitê Codex Alimentarius do Brasil (CCAB)

O CCAB, coordenado pelo Inmetro, visa recomendar ao Conmetro e às entidades com competência legal a harmonização da legislação nacional de alimentos com as normas e diretrizes elaboradas pela Comissão do Codex Alimentarius (CAC), com vistas à defesa dos interesses nacionais, relacionados ao comércio internacional e à proteção da saúde do consumidor.

No ano de 2017 o Inmetro coordenou 11 (onze) reuniões ordinárias, 2 (duas) reuniões extraordinárias do CCAB, 1 (um) Seminário de Planejamento do Comitê e organizou a participação

do Brasil em 13 (treze) reuniões internacionais, todas com posição brasileira aprovada. Além disso, o Inmetro participou de 04 eventos internacionais, quais sejam: 1) 11ª Reunião do Comitê Codex sobre Contaminantes em Alimentos (Rio de Janeiro – Abril/2017), quando a delegação brasileira defendeu assuntos de interesse para o país no que se refere a presença de cádmio em cacau e produtos de cacau, presença de aflatoxina em cereais, tendo o Brasil assumido a responsabilidade de coordenar um grupo de trabalho eletrônico sobre o tema; 2) 23ª Reunião do Comitê Codex sobre Importação e Exportação de Alimentos e Sistemas de Certificação (Cidade do México – Maio/2017), o Inmetro chefou a delegação brasileira que teve instruções para defender os interesses relacionados a Certificação Eletrônica, Equivalência de Sistemas Nacionais de Controle de Alimentos e Integridade e Autenticidade de Alimentos; 3) Colóquio entre os países da América Latina e Caribe, América do Norte e África Canadá (Ottawa – Junho/2017), oportunidade em que o Inmetro chefou a delegação brasileira e palestrou sobre “Metas de Desenvolvimento Sustentável e o Codex”, “Gerenciamento do Trabalho do Codex Alimentarius” e “Plano Estratégico do Codex 2020-2025”; 4) 40ª Reunião da Comissão do Codex Alimentarius (Genebra – Julho/2017), quando o Brasil foi eleito Presidente da Comissão, consagrando o papel de liderança que o país exerce nas discussões nesse fórum internacional de normalização na área de alimentos.

Destaca-se a realização da 11ª Reunião do Comitê Codex sobre Contaminantes em Alimentos no Rio de Janeiro, que foi organizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pelo Inmetro e pelo governo holandês. A reunião contou com aproximadamente 200 delegados de 49 países. Hospedar uma reunião internacional do Codex Alimentarius foi uma excelente oportunidade para difundir o trabalho do Codex no Brasil e também favorecer a participação dos países da América Latina, além de reconhecer o trabalho que o Brasil vem efetuando nos diversos Comitês do Codex.

Comissão Administradora do AR 8 – Acordo Marco para a Promoção do Comércio mediante a Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração ALADI

A ALADI congrega treze países, a saber, Cuba, México, Panamá, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O AR 8, assinado em 08/12/1997, espelha o Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 2017, o Inmetro retomou sua participação na Comissão Administradora do AR 8, que se reúne uma vez ao ano. Os temas tratados (cooperação regulatória; boas práticas de regulamentação e avaliação da conformidade; mecanismos de consulta sobre preocupações comerciais específicas; transparência; e assistência técnica) são todos de interesse do Brasil, principalmente quando se leva em conta o engajamento de vários países-membro em negociações de acordos comerciais bilaterais, regionais ou inter-regionais. O tema de cooperação regulatória foi um dos que suscitou bastante debate, uma vez que pode contribuir de maneira significativa para o aumento do fluxo comercial ao reduzir ou mesmo eliminar barreiras técnicas ao comércio desnecessárias. Nesse sentido, a Comissão Administradora do AR 8 está empenhada em identificar possibilidades de efetiva cooperação regulatória.

Negociações MERCOSUL-União Europeia

As negociações do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia iniciaram efetivamente em 2000 e, desde então, tiveram consecutivas paralisações. No ano de 2016 as negociações foram retomadas e, em 2017, foram realizadas novas rodadas de negociação com significativo avanço, tendo o Inmetro composto as delegações brasileiras na discussão do Capítulo de Barreiras Técnicas ao Comércio. A participação e a contribuição do Inmetro tem se dado nos campos de Iniciativas Facilitadoras de Comércio, Regulamentos Técnicos, Normas, Procedimentos de Avaliação da

Conformidade e Acreditação, Transparência, Marcação e Rotulagem, Cooperação e Assistência Técnica, Discussões Técnicas e Mecanismos de Consulta, e Coordenação do Capítulo sobre TBT.

Negociações do Acordo Brasil-México

As negociações do Acordo de Complementação Econômica (ACE-53) entre Brasil e México iniciaram em 2010, mas passaram por consecutivas paralisações. Elas foram retomadas em 2015 e ganharam novo ímpeto em 2017, quando ocorreram três rodadas de negociação do capítulo de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT), que contaram com a participação do Inmetro.

A proposta desse capítulo é facilitar o comércio, mediante a eliminação de obstáculos técnicos ao comércio desnecessários; a melhoria da transparência, a promoção de cooperação regulatória para regulamentos técnicos, normas, procedimentos de avaliação da conformidade, metrologia e acreditação; o emprego de boas práticas regulatórias; e a aplicação de mecanismos para facilitar o fluxo comercial entre as Partes.

Embora as negociações estejam transcorrendo de maneira célere, ainda há pontos a serem tratados, uma vez que, convergentes no propósito, os dois países diferem na abordagem. Quatro artigos já foram completamente negociados (Objetivo, Definições, Âmbito de Aplicação, e Normas, Guias e Recomendações Internacionais) e outros quatro estão em fase avançada de negociação (Avaliação da Conformidade, Transparência, Cooperação Técnica, e Comitê de Barreiras Técnicas ao Comércio), ficando mais quatro para consultas internas mais aprofundadas (Incorporação de Certas Disposições do Acordo TBT, Iniciativas Facilitadoras de Comércio, Consultas sobre as Preocupações Comerciais Específicas/Consultas Técnicas, e possíveis Anexos Setoriais).

Convergência Regulatória no Âmbito do Diálogo Comercial MDIC-DoC (Brasil-Estados Unidos)

O Diálogo Comercial, denominado MDIC-DoC, entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) do Brasil e o Departamento de Comércio (DoC) dos EUA visa promover a cooperação e os fluxos no comércio de bens, serviços e investimentos entre os dois países. Este diálogo, que se iniciou em 2006, possui Grupos de Trabalho (GT), que se dividem em: Parceria em Comércio (Facilitação, Coerência Regulatória e Convergência Regulatória); Padronização; Inovação e Propriedade Intelectual; e Grupos *ad-hoc* (quando da existência de temas de interesse mútuo).

O GT de Padronização é coordenado pelo Inmetro e trata tanto das questões relacionadas às trocas de conhecimentos científicos e tecnológicos entre o National Institute of Standards and Technology (NIST) e o Inmetro, quanto das atividades associadas aos Pontos Focais do Acordo sobre Barreiras Técnicas da OMC, também representadas por estas instituições.

Especificamente sobre os Pontos Focais, no ano de 2017 foram finalizados guias sobre como exportar Produtos Cosméticos e de Higiene Pessoal para os EUA e o Brasil (Industry Guides), lançados em maio. Em julho foi realizado workshop para apresentação dos guias ao setor privado, reunindo representantes dos governos brasileiro (MDIC, ANVISA e INMETRO) e americano (DoC, FDA – Food and Drug Administration) e empresas e entidades empresariais dos dois países.

UNFSS – United Nations Forum on Sustainability Standards

A Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade foi lançada em 31/05/2017, em Brasília, e em São Paulo em 01/06/2017, respectivamente na sede da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), quando contou com a participação de representantes de órgãos governamentais, do setor privado e de organizações não-governamentais. A iniciativa foi liderada pelo INMETRO e apoiada pela UNFSS, uma ação conjunta de cinco agências das Nações Unidas (FAO, ITC, UNCTAD, PNUMA e UNIDO). A realização dos eventos foi extremamente importante, pois proporcionou que múltiplos *stakeholders* avaliassem os impactos das Normas Voluntárias de Sustentabilidade, ou Padrões Privados, no comércio internacional e no desenvolvimento sustentável. A Plataforma representa não só um repositório de informações sobre o tema, mas, principalmente um fórum de discussão sobre as melhores práticas e políticas públicas voltadas para os chamados selos de sustentabilidade.

Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS)

No ano de 2017 o Inmetro participou das reuniões do Subcomitê de Especialistas do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS) da Organização das Nações Unidas (ONU) com objetivo de acompanhar o processo de atualização do Livro Púrpura, documento de referência em temas relacionados com os critérios de classificação de perigos físicos, à saúde e ao meio ambiente, assim como, em questões relacionadas às frases de precaução utilizadas nas embalagens de produtos químicos.

A participação do Inmetro nesse subcomitê traz uma enorme contribuição para os setores produtivos do Brasil, uma vez que dissemina o processo de internalização do GHS no País, contribui para o alinhamento da regulamentação técnica nacional ao sistema, bem como monitora as propostas dos outros países relacionadas ao setor químico, com vistas a orientar as empresas brasileiras a não serem prejudicadas por barreiras técnicas decorrentes do GHS.

Cooperação Técnica Internacional

A cooperação técnica internacional promovida pelo Inmetro apresenta elementos que promovem o fortalecimento e transferência de conhecimento, por meio da capacitação técnica, disponibilizando seus pesquisadores/especialistas para as diversas modalidades de cursos e treinamentos, bem como a disponibilização de documentos técnicos, publicações específicas, documentos gerais sobre organização, legislação e gestão, acesso a banco de dados e demais informações sobre os principais fóruns internacionais.

Das ações no âmbito da cooperação técnica internacional prestada destacam-se no ano de 2017 a negociação e aprovação de cinco projetos de cooperação técnica (5), financiados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em quatro países: Paraguai, Bolívia, Haiti e República Dominicana que aplicarão cerca de US\$ 300 mil no fortalecimento da Metrologia nestes países.

Destaca-se, ainda, a negociação de aprovação de projeto de cooperação técnica firmado entre Inmetro e INNOQ - Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique, financiado pela FINEP num valor de R\$ 500 mil, que tem por objetivo principal estruturar, desenvolver e implementar as atividades pertinentes à Infraestrutura da Qualidade, especialmente nas áreas da metrologia e avaliação da conformidade - áreas fundamentais para o crescimento e o desenvolvimento econômico de Moçambique, notadamente no âmbito do comércio exterior e proteção ao cidadão.

No ano de 2017, o Brasil recebeu ações no âmbito da cooperação técnica internacional vinda da Alemanha, mais especificamente do Physikalisch-Technische Bundesanstalt (PTB). O projeto que está em vigor até 2019 tem como objetivo fortalecer a Infraestrutura da Qualidade (IQ) nacional para o desenvolvimento das fontes renováveis de energia e a melhoria da eficiência energética no país a fim de apoiar o estabelecimento de energias renováveis de maneira sustentável, garantir a segurança e a qualidade no fornecimento de energia e implementar medidas de eficiência energética baseadas em medições confiáveis.

2.7.5 Inovação e Tecnologia (Diretoria de Inovação e Tecnologia - DITEC)

Gestão da Propriedade Intelectual (PI)

A propriedade intelectual no Instituto é gerida por meio do Banco Tecnológico do Inmetro (BTI), um sistema colaborativo para compartilhamento restrito de informações, referentes às pesquisas e tecnologias em desenvolvimento na Autarquia. Desde 2011, foram cadastradas 116 pesquisas no BTI, sendo 7 (sete) em 2017.

O BTI é a ferramenta utilizada pelo Inmetro para gerenciar, sob a ótica da Propriedade Intelectual (PI) e da Transferência de Tecnologia (TT), os projetos de P&D tecnológico, tanto no Inmetro quanto nas empresas e instituições que tenham firmado algum termo de parceria com o Instituto, em conformidade com sua Política de Inovação aprovada em 2017.

A Política de Inovação do Inmetro estabelece tem por objetivo estabelecer os princípios e diretrizes para as ações institucionais de apoio à inovação, proteção dos ativos resultantes da produção intelectual da Instituição e a sua transferência para a sociedade, em apoio à inserção competitiva da economia brasileira.

Desde 2008, o Inmetro ingressou com 22 pedidos de depósito de patentes, tanto no Brasil, quanto no exterior. Em 2017, foram 4 (quatro) pedidos realizados:

- ✓ Dispositivo para geração de torque de alta precisão e método para sua determinação e uso - BR102017006415-8
- ✓ Método de posicionamento automático para montagem de sondas para varredura e espectroscopia óptica in situ e dispositivo (Cotitularidade com a UFGM) - Br102017007917-1
- ✓ Método e sistema de medição e análise do estágio da cinética química da reação de transesterificação e dispositivo para monitoramento da mesma - BRr102017016619-8

Além dos pedidos de depósito de patentes, o Inmetro registrou 4 programas de computador (softwares): ASADock; ASAProt; SAT-US; Tabela de Fluidos e obteve sua primeira Carta-Patente, concedida na Alemanha, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e com a Universidade Técnica Ilmenau (TU Ilmenau).

Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas do Inmetro

A Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas é uma das práticas do Inmetro de inovação colaborativa e acolhe projetos de *startups* e empresas já consolidadas no mercado, que recebem a assistência de pesquisadores e técnicos da Instituição e acessam serviços especializados nas áreas de

Acústica, Vibração e Ultrassom; Biotecnologia, Bioengenharia, Biologia Estrutural, Ciência Forense; Dinâmica de Fluidos; Elétrica; Fármacos; Materiais; Mecânica; Óptica; Química e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Uma vez selecionadas, as empresas podem ocupar uma sala de cerca de 25 m², além de contar, ainda, com apoio logístico que inclui instalações para videoconferência ao longo do período de incubação do projeto.

Em 2017, os principais resultados da Incubadora foram:

- 01 projeto concluído e licenciado:
 - ✓ NanoBusiness Ltda., “Protocolo de Serviços para Caracterização de Nanoestruturas aplicado à Indústria Farmacêutica”
- 02 projetos descontinuados:
 - ✓ Hannover Ltda., “Usina para Tratamento de Resíduos por Plasma”
 - ✓ LABMASS “Produção de ácido 5-oxo-tiomorfina como Padrão Analítico de Impureza
- 01 novo projeto admitido:
 - ✓ I-Dutto, “Módulo Cronotacômetro Padrão”
- 03 Projetos em seleção para incubação:
 - ✓ NanoBusiness: “Plataforma de dispositivo móvel multiparamétrico inteligente para diabetes com nanobiossensores”
 - ✓ VLEAF: “Desenvolvimento de Turbina Eólica de Eixo Vertical – Vleaf”
 - ✓ Ecoform: “Desenvolvimento de material reutilizável a partir de resíduos inertes sólidos”

Outras informações podem ser obtidas no endereço: <http://inovacao.inmetro.gov.br/incubadora/>

Transferência de Tecnologia

Também em 2017 foi firmado contrato de licenciamento e regulamentação de uso da metodologia “Protocolo de Serviços para Caracterização de Nanoestruturas aplicado à Indústria Farmacêutica”, incubada no Inmetro pela NanoBusiness Ltda.

2.7.6 Pesquisa, Desenvolvimento e Rastreabilidade em Metrologia (Diretoria de Metrologia Científica e Industrial -DIMCI)

Provimento de Rastreabilidade

O provimento de rastreabilidade, responsabilidade legal do Inmetro, ocorre através da prestação de serviços de calibração; serviços de ensaios; ensaios de proficiência; produção e disponibilização de materiais de referência certificados, comparações laboratoriais internacionais e nacionais. Os resultados de cada uma destas atividades são apresentados a seguir:

Manutenção e ampliação dos CMC junto ao KCDB do Bureau International des Poids et Mesures (BIPM)

O termo CMC (Calibration and Measurement Capacity) pode ser definido como a menor incerteza de medição que um laboratório de calibração pode obter quando realiza calibrações ou medições dentro do escopo da sua atuação. Esta capacidade de medição normalmente é disponibilizada para a

sociedade através dos serviços prestados pelo Inmetro, além de ser fundamental na disseminação das medidas do sistema internacional no País, por meio dos laboratórios acreditados e não acreditados.

Em 2017, o Inmetro apresentou 540 serviços junto ao KCDB (Key Comparison DataBase), com destaque para os serviços relacionados à metrologia física, que representaram 56% do total.

Calibração

Em 2017, o Inmetro realizou um total de 1.295 calibrações nos mais diversos instrumentos de medição, tanto para os laboratórios do próprio Inmetro, quanto para a Rede Brasileira de Calibração - RBC, para a Rede Brasileira de Laboratórios e Ensaios - RBLE, indústrias, universidades e centros de pesquisas. Esse resultado representou um acréscimo de quase 20% em relação ao ano anterior. A relação completa de serviços de calibrações disponibilizados pode ser encontrada no endereço: <http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/servicos/calibracao.asp>.

Ensaio

Em 2017, o Inmetro realizou um total de 127 ensaios, 182% acima do número de ensaios realizados em 2016. A relação completa de serviços de ensaios pode ser encontrada no endereço: <http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/servicos/ensaio.asp>

Ensaio de Proficiência

A atividade de ensaio de proficiência, ferramenta para avaliar o desempenho de laboratórios de acordo com critérios preestabelecidos por meio de comparações interlaboratoriais, consta da seção 5.9 da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025. A norma estabelece a participação em programas de comparações interlaboratoriais ou de ensaios de proficiência como uma das ferramentas para monitorar a validade dos ensaios e calibrações realizados pelos laboratórios.

O Inmetro, atualmente, realiza ensaios de proficiência e comparações interlaboratoriais periódicas para os laboratórios do País, atendendo aos requisitos da ABNT NBR ISO/IEC 17043:2011, através de 15 programas de ensaios de proficiência, totalizando 81 ensaios de proficiência e comparações interlaboratoriais realizados no período de 2004 a 2017, com a participação de 1.526 laboratórios. A relação completa dos ensaios de proficiência disponibilizados pode ser encontrada no endereço: <http://www.inmetro.gov.br/metcientifica/ensaio-proficiencia/ensaioProficiencia.asp>.

Materiais de Referência Certificados

Os laboratórios da Dimci disponibilizam Materiais de Referência Certificados seguindo norma específica Inmetro. Os Materiais de Referência Certificados também estão em conformidade com critérios aceitos internacionalmente estabelecidos na ABNT NBR ISO 17034:2017.

Os Materiais de Referência Certificados disponibilizado pelo Inmetro à sociedade contribuem para o aumento da confiança das medições, com objetivo de prover rastreabilidade aos laboratórios com MRC usados para calibrar instrumentos, atribuir valor às propriedades físicas/químicas de materiais, validar métodos de medição e garantir a qualidade de processos, fundamentais para assegurar a confiabilidade metrológica.

Desde 2015 temos enfrentado dificuldades administrativas relacionadas à alienação de MRC, a despeito da Lei 12.545/2011 proporcionar ao Instituto a competência para produzir e alienar materiais

de referência. A Procuradoria Federal já manifestou parecer favorável a respeito, mas o Inmetro ainda não conseguiu viabilizar solução no que diz respeito à emissão de nota fiscal para venda de MRC. Em 2016, o Inmetro formalizou pedido de Inscrição Estadual junto à Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro (SEFAZ/RJ), mas ainda não foi atendido. A Inscrição Estadual é requisito obrigatório para que a Autarquia consiga emitir notas fiscais e, assim, retomar a alienação de MRC no mercado nacional.

As tabelas abaixo apresentam o histórico da receita com a alienação de MRC e o número de MRC disponibilizados. Para melhor visibilidade das informações os MRC foram agrupados de acordo com sua aplicação. Maiores informações podem ser encontradas no site do Inmetro, no endereço: <http://www.inmetro.gov.br/metcientifica/mrc.asp>

Receita com alienação de MRC

R\$ 1,00

Aplicação dos MRC	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Calibração de peagâmetro	2.104,34	40.198,73	51.909,50	110.371,25	91.635,80	84.064,81	55.633,96	12.463,74	36.046,62
Calibração de condutivímetro	1.627,57	21.606,13	45.919,14	86.405,81	121.405,17	122.751,23	103.087,84	11.852,35	33.861,53
Análise química	0	4.182,91	8.408,06	2.630,04	1.212,59	672,25	10.402,75	0	1.045,82
Perdas magnéticas em aço	0	14.561,00	0	0	0	0	0	0	0
Calibração de bafômetro	455,74	0	1.819,81	6.832,95	11.414,34	27.720,54	5.435,40	0	0
Mistura gasosa	0	0	0	8.146,96	0	4.073,48	63.881,92	0	0
Combustível	287,14	1.961,20	690	2.320,00	6.010,00	4.040,00	5.600,00	200,00	0
Meio ambiente	0	761	1.297,20	2.283,00	3.130,60	0	761,00		0
Bebida	0	0	267,4	2.941,40	6.685,00	1.871,80	4.545,80	5.615,40	534,80
Calibração de viscosímetro	0	0	0	2.361,35	1.889,08	1.416,81	0	0	0
Titulação	0	0	0	645,36	322,68	380,79	0	0	0
Fármaco	0	0	0	0	358,88	720,00	360	0	0
Totais	4.474,79	83.270,97	110.311,11	224.938,12	244.064,14	247.711,71	249.708,67	30.131,49	71.488,77

Número de MRC disponibilizados à RBQML-I e alienados

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
MRC cedidos internamente	698	450	547	492	502	604	477	457	1518
MRC vendidos	13	203	341	664	706	641	558	89	204
Totais	711	653	888	1.156	1.208	1.245	1.035	546	1.722

Programa de Pós-graduação em Metrologia e Qualidade (PPGMQ)

O Curso Mestrado Profissional em Metrologia e Qualidade do Inmetro obteve o reconhecimento da CAPES em 2009, por meio da Portaria do Ministério da Educação nº 590, de 18 de junho de 2009.

O curso objetiva qualificar quadros técnicos com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades, no planejamento e desenvolvimento de projetos de pesquisa inovadores e de base tecnológica, na busca de solução prática de problemas de metrologia, competitividade e avaliação da conformidade. Por meio de um desenho curricular inovador, pode-se seguir um itinerário formativo tanto orientado pela prática profissional, como também pelo desenvolvimento de pesquisa técnico-científica.

O curso é oferecido em período integral, sendo 24 (vinte e quatro) meses, subdivididos em 4 (quatro) períodos letivos trimestrais, propiciando ao aluno participar de Seminários de Acompanhamento e Avaliação semestrais, como forma de incentivo ao desenvolvimento do projeto de dissertação no prazo definido no projeto inicial.

Nos últimos 3 anos, o PPGMQ vem empreendendo um amplo processo de reorganização, tanto na estruturação do programa como no segmento didático-pedagógico.

A estrutura do PPGMQ, atualmente, é composta pelo Colegiado de Docentes, pela Comissão Deliberativa, pelas Comissões Acadêmicas e pelo Corpo Docente, todas supervisionadas pela Coordenação Acadêmica do Programa. Tais comissões desempenham um papel mobilizador importante, porque puderam captar a colaboração de docentes e colaboradores, que viabilizam projetos e competências de alunos matriculados no Curso do Mestrado Profissional em Metrologia e Qualidade.

Cabe mencionar a constituição de três comissões acadêmicas, Comissão de Avaliação Docente, Comissão Curricular e Comissão de Divulgação e Processo Seletivo, que têm como finalidade a prestação de assistência direta à Coordenação do Programa em ações consideradas relevantes, para assegurar a qualidade do ensino em consonância com as normas e regulamentos, que regem a pós-graduação no país.

Na continuidade do processo de consolidação do PPGMQ, hoje, o programa detém espaço físico apropriado para acomodar a coordenação acadêmica, a secretaria e outros grupos de trabalho ad-hoc, além de contar com um espaço educacional bem equipado e com o apoio fundamental da Biblioteca do Inmetro.

O corpo docente do PPGMQ é continuamente avaliado e atualizado, em função disponibilidade dos pesquisadores em termos de dedicação ao curso (orientação, aulas e pesquisa) e dos indicadores de desempenho de pós-graduação stricto sensu praticados pela CAPES. Para isso existe uma comissão de docentes específica denominada Comissão de Avaliação dos Docentes. Os professores, basicamente, podem assumir um papel de professor permanente, onde existe um compromisso de dedicação explícito, ou de especialista, cuja competência do pesquisador é usada majoritariamente em pesquisa, na forma de orientação conjunta de dissertações do programa. O resultado do último processo de avaliação apontou um quadro de 22 professores permanentes e 41 especialistas, respectivamente, 16 e 23 oriundos da Dimci.

Dissertações concluídas:

Ano	Dissertações concluídas
2011	05
2012	09
2013	18
2014	13
2015	21
2016	20
2017	08
TOTAL	88

Quantitativo de Docentes

Plataforma Sucupira – CAPES Docentes – Ano 2016	Doutores	Mestres
Permanentes	17*	--
Colaboradores	05	02

* Bolsistas de Produtividade e Pesquisa = 08 Doutores - Permanentes

Dados do PPGMQ

Informações	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Candidatos ao curso	60	54	41	42	56	56	67	34	54
Candidatos matriculados	22*	19	18	19	20	23	22	22	23
Vagas disponíveis	20	20	20	20	20	25	25	25	25
Alunos formados	13	13	14	12	15	17**	03**	01***	****
Índice de preenchimento de vagas (%)	110%	95%	90%	95%	100%	92%	88%	88%	92%
Relação candidatos/vagas	3	2,7	2,05	2,1	2,8	2,24	2,68	1,36	2,16

* Duas vagas extras foram concedidas a alunos estrangeiros.

** Turma com alunos em fase de conclusão do curso, apresentação da dissertação.

*** Turma com previsão de conclusão em março/2018. Um aluno já concluiu o curso.

**** Turma com previsão de conclusão em março/2019.

2.7.7 Metrologia Aplicada às Ciências da Vida (Diretoria de Metrologia Aplicada às Ciências da Vida - DIMAV)

Produção científica

A produção científica e tecnológica da Dimav, apesar de ter sofrido uma queda expressiva devido à redução do quadro funcional, manteve números compatíveis com o tamanho, o grau de formação e o nível de financiamento da equipe remanescente. A Dimav produziu 52 itens, assim divididos: 32 artigos em periódicos (pesquisa original, revisão); 2 capítulos de livros e 18 resumos ou resumos expandidos em anais de congresso. Além destes, na sua atuação no Programa de Pós-graduação em Biotecnologia do Inmetro (PPGBiotec), gerou mais de 16 trabalhos, entre teses de doutorado e dissertações de mestrado, além de 3 dissertações de mestrado no Programa de Pós-graduação em Biomedicina Translacional (BIOTRANS). A queda no fomento para a pesquisa científica no país, no número de editais e concessões de financiamento e a desestruturação do programa de bolsas associado ao PPGBiotec prejudicaram sobremaneira estes indicadores.

Materiais de referência

O Inmetro disponibilizou diretamente à Polícia Federal (PF) mil unidades de materiais de referência para análises químicas de interesse forense como: cocaína base livre, flunitrazepan (boa-noite cinderela) e diazepam, contabilizando para a PF uma economia da ordem de 5 milhões de reais, gerada com a não necessidade de importação destes padrões. Estão em processo de certificação ainda: um material de referência de pólvora para estudo de autoria de disparo de armas de fogo, que visa facilitar a elucidação de crimes violentos, além de materiais de referência de outros compostos, como derivados da cocaína, que podem passar a constar na relação de substâncias de teste obrigatório para algumas categorias profissionais como motoristas profissionais e pilotos da aviação civil. Estão ainda em desenvolvimento padrões para garantir a qualidade e aumentar a confiança nas análises e insumos na área de bioquímica, biotecnologia, saúde e toxicologia, ainda que impactados pela redução no investimento direto, redução do quadro de pessoal e problemas de manutenção dos laboratórios.

Avanço na capacidade de medição de grandezas biológicas

O Instituto continua trabalhando para manter e expandir o reconhecimento internacional de sua capacidade de medição e calibração nos fóruns de metrologia direcionados a análises de células, ácidos nucleicos, proteínas e moléculas orgânicas. Para tal, participa de encontros, estudos-piloto e de comparações-chave junto a outros Institutos Nacionais de Metrologia, nos fóruns promovidos pelo Bureau Internacional de Pesos e Medidas. O Instituto participou recentemente de intercomparações para quantificação de vitamina B9 (ácido fólico), presença de transgênicos em alimentos (canola) e atividade de uma enzima de relevância médica (amilase pancreática). O Inmetro entregou, ainda, resultados de sua participação em estudos de quantificação de mutações para diagnóstico precoce de câncer e de quantificação de hormônios peptídicos e está conduzindo o trabalho em uma rodada de identificação humana por DNA. Além destes, aguarda a confirmação da participação em rodada detecção de bactérias patogênicas em água e alimentos. Mesmo sob pressão financeira importante, recorrendo ao auxílio financeiro de outros INM com prejuízo potencial às estratégias nacionais, os Bio"CMCs" que seguiram em desenvolvimento em 2017 são cinco, a saber: DNA e RNA (quantidade, número de cópias, fração, em alimentos, cultivares, clínico, forense); microrganismos em matrizes diversas (identidade e quantidade em alimentos, fármacos, cosméticos, meio ambiente, outros); linhagens celulares eucarióticas (identidade, contagem em análises clínicas, terapias avançadas) e proteínas (identidade, pureza, fração mássica, em análises clínicas, diagnóstico, biotecnologia).

Outras 4 rodadas de comparação interlaboratorial previstas na área de métodos alternativos ao uso de animais, com o objetivo de avaliar o desempenho das empresas brasileiras que realizam estes testes, foram inviabilizadas devido a redução dos recursos e do quadro funcional.

Treinamento e capacitação especializados

O avanço na regulamentação para a substituição do emprego de animais em testes laboratoriais, associado às barreiras técnicas à exportação que sucederam este movimento, tem compelido os mercados a buscarem o emprego de métodos alternativos ao uso de animais para testes de avaliação de segurança e eficácia de matérias primas e produtos acabados. Buscando antecipar demandas e apoiar o setor produtivo nacional, o Inmetro coordena a Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA), a Plataforma Regional de Métodos Alternativos do Mercosul (PREMASUL) e o Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB). Apesar do impacto da queda expressiva no quadro dedicado à operacionalização destes treinamentos, mas com recursos garantidos por estas entidades, foi possível ofertar treinamento para mais de 90 profissionais no Brasil e no Mercosul.

Representatividade

A metrologia aplicada às medições na área biológica é um tema novo e desafiador em todo o mundo, visto que a ciência da medição em sistemas biológicos apresenta desafios únicos como a variabilidade natural, labilidade e alta complexidade inerente dos seres vivos. Para superar estas questões e alinhar as discussões com as necessidades práticas de desenvolvimento tecnológico, o Inmetro participou das discussões em 6 fóruns relevantes: ISO/TC 276 – *Biotechnology; Working Group of National Coordinators of the Test Guidelines Programme* da OCDE (OECD WNT); Grupo espelho na ABNT do ISO REMCO – Materiais de Referência e nas reuniões dos grupos de análises de ácidos nucleicos (NAWG), proteínas (PAWG) e células (CAWG) do Bureau Internacional de Pesos e Medidas. Além desses, merecem destaque em 2017 as atuações em comitês relevantes envolvidos com a regulamentação da segurança de materiais nanoestruturados (nanopartículas) como o EC Horizon 2020, Nanosseguença MCTIC do CNPQ, Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologia (SisNano) e a NANoREG *Framework for the Safety Assessment of Nanomaterials*. A participação em reuniões do Grupo de Trabalho SoGAT - *Standardisation of Genome Amplification Techniques* – que reúne produtores de materiais de referência distribuídos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), assim como a participação na reunião do ISO REMCO não foi possível por restrições financeiras.

Como reflexo de nossa atuação nos estudos pilotos e comparações interlaboratoriais promovidas pelo BIPM, participamos a convite como auditores da primeira auditoria interna do Laboratório de Bioanálise do Instituto Nacional de Metrologia da Colômbia com foco na produção de Material de Referência de ácidos nucleicos (ISO 17025 e ISO Guia 34).

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

O sistema de planejamento do Inmetro é composto pelos seguintes instrumentos de referência, que se encontram em níveis diferentes de sistematização:

- a) Plano Plurianual - PPA que estabelece os objetivos, metas e iniciativas quadrienais de governo relacionados à política de desenvolvimento produtivo;
- b) Diretrizes estratégicas - definidas pela nova gestão, face ao término do Plano Estratégico 2010-2014, que fixa o direcionamento institucional de mais alto nível;
- c) Planos táticos - que definem agendas prioritárias anuais.

3.1.1 Objetivos do exercício

Os atuais objetivos estão baseados no quadripé i) segurança, ii) proteção da vida e da saúde humana, animal e vegetal, iii) proteção do meio ambiente, e iv) prevenção de práticas enganosas de comércio, a saber:

- Recuperação e modernização da infraestrutura do campus de laboratórios do Inmetro.
- Aumento na captação de recursos externos junto aos órgãos de financiamento nacionais e internacionais, devido ao contexto de restrições orçamentárias e financeiras;
- Criação de um programa de residência técnica, para sanar a falta de recursos humanos capacitados a lidar com os equipamentos de alta tecnologia do Instituto;
- Ampliação do acesso da indústria aos laboratórios multiusuários;
- Avaliação do modelo de relacionamento do Inmetro com os órgãos delegados (IPEM), ampliando as possibilidades de participação de atores do setor privado.
- Continuação das ações de simplificação administrativa (redução do tempo de processos, gestão de processos, transparência e etc.), reconduzidas sob o Programa de Desburocratização; e
- Implantação de projetos de desenvolvimento de fontes alternativas para geração de energia e uso racional da energia elétrica e dos recursos hídricos.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Inmetro possui histórico de planejamento estratégico desde 1993, institucionalizado a partir de 1995. Esse histórico foi fundamental para preencher as condições que permitiram ao Instituto adquirir o status de Agência Executiva em 1998.

No contrato de gestão vigente (2016 a 2018) foi pactuado um objetivo de desenvolvimento institucional de realizar redirecionamento estratégico do Inmetro. Neste objetivo estão previstas as seguintes atividades: a) realizar novo processo de planejamento estratégico de forma participativa; b) adequar os macroprocessos da Autarquia ao realinhamento estratégico; c) redefinir a estrutura organizacional do Instituto de acordo com o realinhamento estratégico; e d) aperfeiçoar a metodologia de monitoramento estratégico institucional.

Visto que o último ciclo de planejamento estratégico do Inmetro vigorou até 2014 e que cerca de 60% da sua atual força de trabalho não esteve envolvida na construção de um processo de planejamento estratégico na Autarquia, a Alta Administração entendeu que a melhor alternativa seria contar com a contribuição de consultoria externa para atuar em conjunto com uma equipe do Inmetro na condução do novo ciclo de planejamento estratégico e da revisão dos principais processos do Instituto, mesmo levando em conta o conhecimento teórico e prático da força de trabalho.

Ao longo de 2017 foram elaborados dois projetos básicos para amparar a contratação de consultoria externa para elaboração de novo ciclo de planejamento estratégico, sob a coordenação da Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional (Dplan) do Inmetro. O primeiro projeto foi baseado em torno de três grandes objetivos: i) elaboração de novo ciclo de planejamento estratégico para o Inmetro com horizonte 2018-2025, ii) aprimoramento da gestão de processos para modernização administrativa do Inmetro, e iii) redefinição do modelo de relacionamento da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro (RBMLQ-I). Para esse projeto, o Inmetro convidou algumas instituições com larga experiência na prestação de serviços especializados em planejamento estratégico para apresentarem propostas comerciais relacionadas a execução desse projeto.

Ao analisar as propostas, a equipe de servidores da Dplan verificou que todas as instituições que apresentaram suas propostas comerciais reuniam condições técnicas e profissionais qualificados, conforme as exigências contidas no projeto básico. Contudo, para uma análise mais aprofundada, foi apontada a necessidade de que cada consultoria realizasse uma apresentação oral, na qual pudesse detalhar a metodologia a ser utilizada e as ferramentas para o estímulo da participação da força de trabalho do Inmetro. Tais apontamentos foram encaminhados à direção do Inmetro para apreciação.

Com a mudança à frente da direção da Dplan, ocorrida em meados de 2017, um novo objetivo foi acrescido ao projeto inicial, qual seja, elaboração de estudo propondo alterações no Contrato de Gestão. Em razão disso, e seguindo novamente as orientações da Alta Administração para houvesse celeridade no processo de contratação, o novo projeto básico foi encaminhado a uma lista de Fundações que poderiam ser contratadas utilizando a modalidade de dispensa de licitação, destinada a contratação de instituições brasileiras sem fins lucrativos e de reputação ético-profissional inquestionável, incumbidas regimental ou estatutariamente ao ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, em conformidade com a legislação (Art. 24, XIII da Lei 8.666/93).

O novo projeto básico foi enviado a cinco Fundações, sendo solicitado que aquelas interessadas apresentassem propostas comerciais para a execução do projeto. Das cinco Fundações convidadas, somente três apresentaram propostas. Após o recebimento das propostas, uma equipe de servidores da Dipla (Divisão de Planejamento e Monitoramento) se debruçou sobre as mesmas para analisá-las. Levando em consideração que somente três instituições apresentaram proposta e que, comparados aos valores obtidos na pesquisa antecedente, esses três novos preços ficaram excessivamente acima dos preços praticados no levantamento anterior, o parecer técnico elaborado pelos servidores recomendou que houvesse uma ampliação da pesquisa realizada junto a outras instituições que atendessem ao requisito do artigo 24, XIII da Lei 8.666/93.

Em Dez/17, face ao exposto, a Alta Administração, determinou que um novo projeto básico fosse elaborado. Tal decisão baseou-se no descolamento do valor das propostas apresentadas pelas Fundações daqueles preços praticados pelo mercado, bem como as dificuldades orçamentárias que o Inmetro tem enfrentado, o que dificulta o dispêndio de valores de alta monta.

Não obstante, a Alta Administração também determinou que fosse realizada com todas as unidades principais do Inmetro um ciclo de reuniões para apresentação dos resultados 2017 e dos planos de ações para o período de 2018-2022, inspirado nos Congressos Internos realizados pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desde 1988.

Essa iniciativa, de caráter inédito no Inmetro, ajudou toda a força de trabalho a ampliar o conhecimento a respeito das atividades realizadas pelas demais áreas, e também a projetar as principais ações para o futuro. O material apresentado pelas unidades servirá de base para a elaboração do Plano de Ações Inmetro 2018-2022 que, até a realização de um novo ciclo de planejamento estratégico, pautará o andamento dos trabalhos na Autarquia.

Adicionalmente, o Inmetro pactuou, no âmbito do Comitê de Governança Estratégica do MDIC, as seguintes ações como prioritárias para o ano de 2018:

- i) Associação de 10 laboratórios à Rede de Laboratórios Associados ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para Inovação e Competitividade (RELAI);
- ii) Implantação de 6 projetos de desenvolvimento de fontes alternativas para geração de energia e uso racional da energia elétrica e dos recursos hídricos;
- iii) Modernização da infraestrutura laboratorial de 3 laboratórios dos órgãos que compõem a RBMLQ-I;

- iv) Construção da rede de tratamento de esgoto no campus de laboratórios do Inmetro em Xerém;
- v) Adequação das instalações prediais (prédios 8, 33 e 34) do Inmetro em Xerém às normas de acessibilidade;
- vi) Recuperação de reservatório de água potável no campus de laboratórios do Inmetro em Xerém;
- vii) Serviços para restabelecimento da climatização dos laboratórios de Xerém;
- viii) Instalação de nova rede de combate a incêndio;
- ix) Início da construção do laboratório de fármacos do Inmetro;
- x) Finalização de Projeto Executivo para ambiente de demonstração de tecnologia para cidades inteligentes;
- xi) Atualização da infraestrutura de serviços básicos de TI, com aquisição de novos servidores para o Datacenter;
- xii) Construção da nova sede da Agência Estadual de Metrologia de Tocantins - AEM-TO;
- xiii) Construção da nova sede do Ipem-MT;
- xiv) Construção da nova sede do Ipem-RR;
- xv) Reforma da sede do Ipem-RJ;
- xvi) Execução de parte das obras de infraestrutura do Parque Tecnológico do Inmetro;
- xvii) Desenvolvimento de metodologia para avaliação da efetividade da regulamentação;
- xviii) Realização de Análises de Impacto Regulatório (AIR) para pelo menos 75% dos temas previstos na Agenda Regulatória do Inmetro;
- xix) Realização de redirecionamento estratégico da instituição;
- xx) Realização de pesquisa de imagem junto à população brasileira.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A partir de 2016 foi observada mudança significativa em relação ao modelo que vinha sendo adotado nos últimos anos. Neste sentido, o governo buscou evidenciar o novo direcionamento do papel do Estado e das políticas públicas para que, no curto prazo, pudessem ser resgatadas a confiança da população e dos agentes econômicos, a retomada do crescimento e a geração de empregos. À luz dessa nova visão do papel do Estado, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) estruturou suas ações nos cinco eixos definidos pela Presidência da República:

1. Econômico;
2. Gestão Pública
3. Infraestrutura
4. O Brasil e o Mundo
5. Social e Cidadania

Os principais resultados obtidos pela instituição e sua vinculação aos eixos supracitados encontram-se destacados na apresentação deste relatório.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O Inmetro dispõe de quatro instâncias corporativas de monitoramento e avaliação da execução das ações e dos resultados institucionais: as reuniões de diretoria; a Divisão de Gestão Corporativa - Dgcor, a Divisão de Planejamento - Dipla e a Divisão de Planejamento Orçamentário - Diplo.

As reuniões de diretoria são o fórum de decisão colegiada dos dirigentes do Inmetro, contando com a participação fixa do presidente, do chefe de gabinete e dos diretores. O gabinete da Presidência é responsável pelo registro das reuniões de diretoria. Os assessores da Presidência e os gestores das demais unidades vinculadas à Presidência participam das reuniões de diretoria, quando convocados. Os temas e questões de alcance institucional, que demandem conhecimento ou decisão colegiada, são apresentados nessas reuniões.

Compete à Dgcor e à Dipla, em parceria, prestarem assessoramento técnico à Presidência, atuando no apoio técnico ao monitoramento e avaliação das metas e resultados dos planos institucionais, incluindo o contrato de gestão, o plano estratégico e o plano plurianual (PPA). Como parte desse trabalho, produz relatórios de acompanhamento das metas institucionais e coordena a elaboração, o monitoramento e a avaliação dos principais indicadores.

A Diplo, a partir das diretrizes estabelecidas pela Presidência e em consonância com os planos de ação das diretorias, é responsável pela elaboração da proposta orçamentária do Inmetro e o acompanhamento dos gastos. Em situações que exijam negociação de metas devido a contingenciamento orçamentário governamental, a Alta Administração assume para rever o orçamento global e realizar ajustes no mesmo.

3.3 Desempenho Orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro IV - Programa Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2079				
Título	DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2016-2019	b) Acumulado Dotações/Posições	c) Dotação/Posição - 2017		d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	2.097.413.960,00	521.560.800,00	476.326.608,00		1.099.526.552,00
Orçamento de Investimentos - OI					0,00
Outras Fontes					0,00
Total	2.097.413.960,00	521.560.800,00	476.326.608,00		1.099.526.552,00
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2017					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2017					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2017)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
460.408.021,96	458.971.146,19	458.969.273,61	1.872,58	1.436.875,77	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2017	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	7.659.764,63	4.648.255,42	4.648.255,42	2.362.917,79	648.591,42
Processados	6,58	0,00	0,00	0,00	6,58
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2017					
Dotação OFSS	476.326.608,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte dos dados: Tesouro gerencial em 05/01/2018

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2121				
Título	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA2016-2019	b)Acumulado Dotações/Posições	c)Dotação/Posição - 2017		d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	2.453.562.960,00	262.704.161,00	295.991.575,00		1.894.867.224,00
Orçamento de Investimentos - OI					0,00
Outras Fontes					0,00
Total	2.453.562.960,00	262.704.161,00	295.991.575,00		1.894.867.224,00
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2017					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2017					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2017)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
285.499.818,73	280.275.832,38	280.251.415,30	24.417,08	5.223.986,35	
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2017	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	7.192.952,68	3.929.163,57	3.929.163,57	1.304.631,10	1.959.158,01
Processados	7.575,83	0,00	0,00	6.800,00	775,83
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2017					
Dotação OFSS	295.991.575,00	Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte dos dados: Tesouro gerencial em 05/01/2018

Quadros V - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2000			Tipo:		
Título	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa	Gestão e Manutenção	Código	2121	Tipo:		
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
91.100.000,00	91.031.600,00	84.566.065,43	79.342.079,08	79.317.662,00	24.417,08	5.223.986,35
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Servidor capacitado (Meta do PO 0002)		unidade	330		144	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.497.857,28	3.929.163,57	1.304.631,10				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 05/01/2018

Análise da execução do plano orçamentário PO 0002: O número de capacitações realizadas em 2017 foi menor que a meta devido ao perfil das capacitações necessárias para o Inmetro serem um pouco diferentes do previsto e apresentarem custo unitário maior.

Identificação da Ação						
Código		214J				
Título		FISCALIZAÇÃO EM METROLOGIA E QUALIDADE				
Programa		Desenvolvimento da Indústria				
Código		2079				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
527.196.608,00	447.196.608,00	447.111.011,54	446.094.385,67	446.094.385,66	0,01	1.016.625,87
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Instrumento/produto verificado		unidade	20.400.000		27.551.908	
Servidor remunerado (Meta do PO 0001)		unidade	3.218		3.218	
Fiscalização realizada (Meta do PO 0002)		unidade	650.000		661.679	
Laboratório modernizado (Meta do PO 0003)		unidade	3		3	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2016	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.690.044,80	1.951.263,35	1.091.730,21				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 05/01/2018

A execução física ficou superior a orçamentária devido ao fato de as equipes dos órgãos delegados terem investido na atualização e modernização de seus equipamentos e veículos durante o segundo semestre de 2016. Esse investimento permitiu aumento da produtividade em campo, acarretando em um número de instrumentos/produtos verificados proporcionalmente mais alto que o previsto. As equipes iniciaram o ano de 2017 com veículos e equipamentos mais modernos, tendo sido um facilitador nos serviços de fiscalização de instrumentos e produtos pré-medidos. Cabe destacar, que apesar do contingenciamento orçamentário em 2017, o Inmetro conseguiu garantir o repasse mínimo de recursos necessários para manter as atividades de fiscalização nos estados. A execução financeira do Rap não processado se refere à liquidação de faturas de fornecimentos diversos que tiveram a execução física ainda em 2016, mas que por questões administrativas só puderam ser liquidados em 2017.

PO 0001: A execução física está compatível com a execução orçamentária.

PO 0002: A execução física está compatível com a execução orçamentária.

PO 0003: A execução física está compatível com a execução orçamentária. Foram realizadas modernizações e manutenções nos laboratórios da Superintendência do Rio Grande do Sul, do Ipem São Paulo e Amazonas. A infraestrutura laboratorial na área de peso e massa de produtos e materiais foi beneficiada. Também foram realizadas modernizações no sistema informatizado utilizado por todas as unidades organizacionais dos órgãos da rede na gestão de seus processos.

Identificação da Ação						
Código	20TP				Tipo:	
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO					
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa	Gestão e Manutenção	Código	2121	Tipo:		
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
152.980.711,00	160.627.742,00	157.710.690,88	157.710.690,88	157.710.690,88	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 05/01/2018

Identificação da Ação						
Código	09HB				Tipo:	
Título	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA					
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa	Gestão e Manutenção	Código	2121	Tipo:		
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.841.763,00	35.285.000,00	34.757.651,81	34.757.651,81	34.757.651,81	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 05/01/2018

Identificação da Ação						
Código	0181			Tipo:		
Título	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					
Iniciativa						
Objetivo		Código				
Programa	Previdência de Inativos	Código	89	Tipo:		
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
74.899.020,00	82.315.979,00	79.506.482,15	79.506.482,15	79.506.482,15	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 05/01/2018

Identificação da Ação						
Código		2004				
Título		ASSISTÊNCIA MÉDICA E ONDONTOLÓGICA				
Programa		Gestão e Manutenção				
Código		2021				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.120.000,00	3.120.000,00	2.699.470,93	2.699.470,93	2.699.470,93	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada (Meta do PO 0001)		UNIDADE	1.773		1.521	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código		2010				
Título		ASSISTÊNCIA PRÉ ESCOLAR				
Programa		Gestão e Manutenção				
Código		2021				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
380.028,00	450.028,00	437.153,85	437.153,85	437.153,85	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada (Meta do PO 0001)		unidade	99		108	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 05/01/2018

Identificação da Ação						
Código		2011				
Título		AUXÍLIO TRANSPORTE				
Programa		Gestão e Manutenção				
Código		2021				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
81.504,00	81.504,00	69.351,87	69.351,87	69.351,87	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada (Meta do PO 0001)		unidade	63		47	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 05/01/2018

Identificação da Ação						
Código		2012				
Título		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO				
Programa		Gestão e Manutenção				
Código		2021				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.991.112,00	5.161.112,00	5.045.413,22	5.045.413,22	5.045.413,22	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa beneficiada (Meta do PO 0001)		unidade	908		912	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 08/01/2018

Identificação da Ação						
Código		153X				
Título		CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL NO INMETRO E NOS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM A RBMLQ-I				
Programa		Desenvolvimento da Indústria				
Código		2079				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.280.000,00	13.280.000,00	3.820.586,00	3.820.586,00	3.820.586,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Prédio construído (localizador 0017 - Tocantins)		percentual de execução física	61		60	
Prédio construído (localizador 0033 - Rio de Janeiro)		percentual de execução física	86		9	
Prédio construído (localizador 0051 - Mato Grosso)		percentual de execução física	82		51	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.605.480,42	2.605.480,42	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 09/01/2018

Devido ao contingenciamento orçamentário e financeiro em 2017, o Inmetro teve que paralisar a programação de obras previstas para o ano nos três Estados.

Tocantins - A partir do descontingenciamento que ocorreu em novembro foi possível o Inmetro transferir, em dezembro, R\$ 900.000 (orçamentário e financeiro) previstos para o Ipem dar seguimento as atividades relacionadas à obra de construção da nova sede.

Rio de Janeiro - A partir do descontingenciamento que ocorreu em novembro foi possível o Inmetro transferir, em dezembro, R\$ 900.000 (orçamentário e financeiro) para o Ipem dar seguimento as obras de infraestrutura dos novos escritórios regionais implantados.

Mato Grosso - A partir do descontingenciamento que ocorreu em novembro foi possível o Inmetro transferir, em dezembro, R\$ 2.020.586 (orçamentário e financeiro) previstos para o Ipem iniciar a obra de construção da nova sede.

A execução do Rap não processado se refere ao fornecimento e instalação dos novos equipamentos de telefonia e do sistema de climatização dos laboratórios no campus do Inmetro em Xerém - Duque de Caxias - RJ.

Identificação da Ação						
Código		00PN				
Título		RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS - OCDE				
Programa		Desenvolvimento da Indústria				
Código		2079				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
50.000,00	50.000,00	37.104,73	37.104,73		37.104,73	0,00

Identificação da Ação						
Código		0536				
Título		BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO				
Programa		Outros encargos				
Código		909				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.620,00	19.620,00	19.431,84	19.431,84	19.431,84	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 12/01/2018

Identificação da Ação						
Código		0005				
Título		CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)				
Programa		Cumprimento de Sentenças				
Código		901				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
558.852,00	551.432,00	550.197,90	550.197,90	550.197,90	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código		00M1				
Título		BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO FUNERAL E AUXÍLIO NATALIDADE				
Programa		Gestão e Manutenção				
Código		2121				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
135.564,00	166.189,00	148.324,68	148.324,68	148.324,68	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 12/01/2018

Identificação da Ação						
Código		000Q				
Título		CONTRIBUIÇÕES E ANUIDADES A ORGANISMOS				
Programa		Operações Especiais				
Código		910				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
201.000,00	201.000,00	162.045,58	162.045,58	162.045,58	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 12/01/2018

Identificação da Ação						
Código		212H				
Título		PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS				
Programa		Desenvolvimento da Indústria				
Código		2079				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
700.000,00	700.000,00	700.000,00	603.266,88	603.266,88	0,00	96.733,12
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Serviço prestado (Localizador 0001 - Nacional)		Unidade	27			27
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 09/01/2018

Identificação da Ação						
Código		214I				
Título		DESENVOLVIMENTO E DISSEMINAÇÃO DA METROLOGIA				
Programa		Desenvolvimento da Indústria				
Código		2079				
Lei Orçamentária 2016						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.100.000,00	6.100.000,00	6.069.819,69	5.746.302,91	5.744.430,34	1.872,57	323.516,78
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Organização certificada		unidade	2065		2.465	
Programa implantado (Meta do PO 0001)		unidade	8		5	
Trabalho publicado (Meta do PO 0002)		unidade	240		225	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.032.481,22	91.511,65	939.429,39				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 09/01/2018

Análise da execução do localizador: O produto desta ação (organização certificada) é fruto do trabalho dos servidores da Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro que, de forma resumida, consiste em atender pedidos de organizações para serem acreditadas/certificadas pelo Inmetro em relação ao cumprimento de normas ou regulamentos específicos. Para isso a equipe do Inmetro verifica documentos da organização postulante e faz avaliação local quando necessário. O resultado acima da meta reflete um aumento na demanda por acreditações, o que era difícil de prever. Cabe destacar que a ação 214i abrange outras atividades como descrito no detalhamento da implementação da ação, as quais tiveram que ser bem reduzidas devido às restrições orçamentárias.

Detalhamento da implementação: Elaboração de regulamentos técnicos de avaliação da conformidade; participação em fóruns internacionais; acreditação de laboratórios e organismos; educação e divulgação em avaliação da conformidade; desenvolvimento de projetos e pesquisas para elevar os níveis de exatidão e incerteza das medições; prestação de serviço de calibração e ensaio a laboratórios e empresas; reaparelhamento dos laboratórios do Inmetro; participação em comparações internacionais (comparação chave); produção de materiais de referência certificados; apreciação técnica de modelos de instrumento de medição; elaboração de regulamentos técnicos metrológicos; supervisão e perícia metrológicas; difusão do conhecimento na área de metrologia e qualidade; criação de laboratórios associados ao Inmetro; e capacitação de empresários em tecnologia industrial básica.

A execução financeira do Rap não processado da ação com execução física zero ocorreu para custear fornecimentos realizados em 2016, mas que por questões administrativas, somente foram liquidados em 2017.

Programa implantado - PO 0001: A execução física foi impactada negativamente pelas dificuldades orçamentárias e financeiras em 2017. Alguns Programas de Avaliação da Conformidade (PAC) novos previstos para serem implantados em 2017 tiveram que ser postergados para 2018.

Abaixo seguem os Programas de Avaliação da Conformidade (PAC) implantados em 2017:

1. Aplicação, Reparo e Reforma de Revestimento Interno de Tanque de Carga Rodoviário destinado ao Transporte de Produtos Perigosos - 18/12/2017
2. Componentes Automotivos – 01/01/2017 e 30/07/2017 Materiais de Atrito para Freios
3. Componentes de Bicicleta de Uso Adulto – 31/12/2017 (exceto conjunto de freios)
4. Equipamentos para aquecimento solar de água – 10/07/2017
5. Lâmpadas LED com dispositivo integrado à base – 17/07/2017 (menos MPE)

Trabalho publicado - PO 0002: A execução física está compatível com a execução orçamentária.

Os eventos que mais contribuíram para o resultado de trabalhos publicados em 2017 foram:

- ✓ Anais do Metrologia 2017—CBMO;
- ✓ 4º Congresso Internacional de Metrologia Mecânica (IV CIMMEC);
- ✓ 40ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química and IUPAC 49th General Assembly;
- ✓ Congresso Brasileiro de Metrologia - CBM;
- ✓ VII Encontro da Sociedade Brasileira de Acústica – Sobrac 2017 (DF);
- ✓ 3º Congresso Internacional RESAG;
- ✓ IEEE Transactions on Instrumentation and Measurement.

Identificação da Ação						
Código		214K				
Título		PAGAMENTO DE BOLSAS DE PESQUISA EM METROLOGIA				
Programa		Desenvolvimento da Indústria				
Código		2079				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.000.000,00	7.000.000,00	2.669.500,00	2.669.500,00	2.669.500,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Bolsa concedida		unidade	70		59	
Bolsa concedida (Meta do PO 0001)		unidade	70		59	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 09/01/2018

Análise da execução do localizador e da Meta do PO 001: O Inmetro, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), realiza concessão de bolsas para especialistas, técnicos e estudantes que contribuam para projetos nas áreas de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

O número de bolsas concedidas no âmbito do Pronametro foi abaixo do previsto para o ano de 2017 devido as restrições orçamentárias e financeiras. A diferença entre execução física e orçamentária se deve ao perfil das bolsas concedidas em 2017, que tiveram menos especialistas com doutorado e mestrado.

Identificação da Ação						
Código		216H				
Título		AUXÍLIO MORADIA				
Programa		Gestão e Manutenção				
Código		2121				
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	68.400,00	65.696,06	65.696,06	65.696,06	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Agente público beneficiado		Unidade	0		2	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00				

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 09/01/2018

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

As informações estão contempladas no item 7.1 - Desempenho financeiro do exercício.

3.3.3 Informações sobre a execução das despesas

Programação das Despesas

Quadro VI – Programação das Despesas por Grupos

Unidade Orçamentária:		Código UO: 28202		UGO:		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		262.212.472,00	0,00	630.546.702,00		
CRÉDITOS	Suplementares	19.507.227,00	0,00	270.625,00		
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	68.400,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Créditos Cancelados		-3.006.531,00	0,00	-80.069.289,00	
Outras Operações		0,00	0,00	0,00		
Dotação final 2017 (A)		278.713.168,00	0,00	550.816.438,00		
Dotação final 2016(B)		253.534.812,00	0,00	599.694.579,00		
Variação (A/B-1)*100		9,93	0,00	-8,15		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 – Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		25.876.608,00	0,00	0,00	267.724.250,00	
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2017 (A)		25.876.608,00	0,00	0,00	267.724.250,00	
Dotação final 2016(B)		7.200.000,00	0,00	0,00	207.113.656,00	
Variação (A/B-1)*100		259,40	0	0	29,26	

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 09/01/2018

Quadro VII – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	183023 INMETRO	183025 SURGO	214 J - Fiscalização em Metrologia e Qualidade	0,00	0,00	6.396.362,94
			2000 - Administração da Unidade			1.392.206,95
			0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica			78.441,52
		183039 SURRS	0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	0,00	0,00	69.143,50
			2000 - Administração da Unidade	0,00	0,00	4.288.476,88
			214J - Fiscalização em Metrologia e Qualidade	0,00	0,00	13.037.035,37
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	183023 INMETRO	183025 SUR GO	214J - Fiscalização em Metrologia e Qualidade	107.047,90		
		183039 SURRS	214J - Fiscalização em Metrologia e Qualidade	2.011.390,24	0,00	0,00
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 15/01/2018

Quadro VIII – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	183023 INMETRO	080009 TRT 1ª Região	0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	107.849,00	0,00	0,00
		090034 TRF 2ª Região	0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	376.598,00	0,00	0,00
		080013 TRT 12ª Região	0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	0,00	0,00	66.985,00
Recebidos	153173 FNDE	183023 Inmetro	0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica – "Caminho da Escola"	0,00	0,00	845.104,73
	26291 CAPES		0487 - Concessão de bolsas de estudo no ensino superior			12.000,00
	193028 SUFRAMA		210K - Apoio ao desenvolvimento de programas e projetos	0,00	0,00	3.803.091,67
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	153173 FNDE	183023 Inmetro		0,00	0,00	0,00
	193028 SUFRAMA	183023 Inmetro		0,00	0,00	0,00

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 15/01/2018

Notas:

- a) Movimentação externa recebida: R\$ 4.660.196,40
- b) Movimentação externa concedida: R\$ 551.432,00
- c) SUFRAMA (193028) - Os recursos recebidos no valor de R\$ 3.803.091,67 (2017) por meio do Termo de Execução Descentralizada nº01/2015 entre o Inmetro, MDIC e SUFRAMA tiveram por objetivo a consolidação do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA como uma infraestrutura de alta capacitação tecnológica visando ao desenvolvimento da Biotecnologia na Amazônia e, sobretudo, seu apoio à geração de inovação no setor produtivo brasileiro que atua na área da Biotecnologia. A prestação de contas física-financeira completa referente ao exercício de 2017 foi encaminhada à Presidência da Suframa para apreciação. Aguardamos aprovação.
- d) SUFRAMA (193028) - Em atendimento à recomendação da Unidade de Controle Interno - CGU Amazonas, que consta do Relatório nº 201701992, informamos que para os exercícios de 2015 e 2016 foram recebidos da concedente SUFRAMA, por meio da “Ação Apoio ao Desenvolvimento de Programas e Projetos”, os respectivos créditos: R\$ 1.113.806 (2015) e R\$ 4.404.009,84 (2016). Para obter informações específicas e detalhadas das prestações de contas relativas a esse Termo de Execução, consultar os relatórios físico-financeiros regularmente enviados à Secretaria de Inovação do Mdic e à Presidência da Suframa e disponibilizados no site do Inmetro (www.inmetro.gov.br).

Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro IX - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: INMETRO	Código UO: 28202		UGO: 183023	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	58.415.887,79	35.789.551,26	58.415.887,79	35.789.551,26
a) Convite		0,00		0,00
b) Tomada de Preços	30.653,07	0,00	30.653,07	0,00
c) Concorrência		910.250,00		910.250,00
d) Pregão	58.385.234,72	34.879.301,26	58.385.234,72	34.879.301,26
e) Concurso		0,00		0,00
f) Consulta		0,00		0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00		0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	6.914.903,33	19.261.721,18	6.914.903,33	19.261.721,18
h) Dispensa	4.445.512,55	17.560.883,56	4.445.512,55	17.560.883,56
i) Inexigibilidade	2.469.390,78	1.700.837,62	2.469.390,78	1.700.837,62
3. Regime de Execução Especial	17.844,24	19.026,76	17.844,24	19.026,76
j) Suprimento de Fundos	17.844,24	19.026,76	17.844,24	19.026,76
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	273.274.631,58	246.751.995,48	273.272.324,95	246.751.995,48
k) Pagamento em Folha	271.974.824,84	246.312.137,17	271.974.824,84	246.312.137,17
l) Diárias	1.299.806,74	439.858,31	1.297.500,11	439.858,31
5. Outros	460.367.239,41	495.439.261,60	460.366.823,11	495.439.261,60
6. Total (1+2+3+4+5)	798.990.506,35	797.261.556,28	798.987.783,42	797.261.556,28

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 11/01/2018

Quadro X - Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação - Créditos Originários

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: INMETRO	Código UO: 28202		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	58.415.887,79	35.789.551,26	58.415.887,79	35.789.551,26
a) Convite		0,00		0,00
b) Tomada de Preços	30.653,07	0,00	30.653,07	0,00
c) Concorrência		910.250,00		910.250,00
d) Pregão	58.385.234,72	34.879.301,26	58.385.234,72	34.879.301,26
e) Concurso		0,00		0,00
f) Consulta		0,00		0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00		0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	6.914.903,33	19.261.721,18	6.914.903,33	19.261.721,18
h) Dispensa	4.445.512,55	17.560.883,56	4.445.512,55	17.560.883,56
i) Inexigibilidade	2.469.390,78	1.700.837,62	2.469.390,78	1.700.837,62
3. Regime de Execução Especial	17.844,24	19.026,76	17.844,24	19.026,76
j) Suprimento de Fundos	17.844,24	19.026,76	17.844,24	19.026,76
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	273.274.631,58	246.751.995,48	273.272.324,95	246.751.995,48
k) Pagamento em Folha	271.974.824,84	246.312.137,17	271.974.824,84	246.312.137,17
l) Diárias	1.299.806,74	439.858,31	1.297.500,11	439.858,31
5. Outros	460.367.239,41	495.439.261,60	460.366.823,11	495.439.261,60
6. Total (1+2+3+4+5)	798.990.506,35	797.261.556,28	798.987.783,42	797.261.556,28

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 11/01/2018

Quadro XI - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: INMETRO	Código UO: 28202		UGO: 183023	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	410.420,58	97.457,19	410.420,58	97.457,19
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	410.420,58	97.457,19	410.420,58	97.457,19
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	279.224,86	175.479,31	279.224,86	175.479,31
h) Dispensa	10.460,00	55.935,40	10.460,00	55.935,40
i) Inexigibilidade	268.764,86	119.543,91	268.764,86	119.543,91
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	4.182,14	19.498,00	4.182,14	19.498,00
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	4.182,14	19.498,00	4.182,14	19.498,00
5. Outros	3.789.064,43	3.010.932,99	3.789.064,43	3.010.932,99
6. Total (1+2+3+4+5)	4.482.892,01	3.303.367,49	4.482.892,01	3.303.367,49

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 15/01/2018

Despesas executadas por grupo e elemento de despesa

Quadro XII - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: INMETRO				Código UO: 28202		UGO:		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Pessoal								
11 – Vencimentos	156.701.169,24	144.754.463,84	156.701.169,24	144.754.463,84	0,00	0,00	156.701.169,24	144.754.463,84
01 – Aposentadoria	64.776.008,10	56.246.476,89	64.776.008,10	56.246.476,89	0,00	0,00	64.776.008,10	56.246.476,89
13 - Obrigações Patronais	35.028.451,97	31.946.727,78	35.028.451,97	31.946.727,78	0,00	0,00	35.028.451,97	31.946.727,78
Demais elementos do grupo	15.952.409,28	19.592.743,76	15.952.409,28	19.592.743,76	0,00	0,00	15.952.409,28	18.126.011,56
2. Juros e Encargos da Dívida	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
39 - Outros Serviços de Terceiros – PJ	477.297.050,93	523.608.496,75	473.749.668,87	516.216.522,17	3.547.382,06	7.391.974,58	473.726.102,14	516.216.516,32
37 - Locação de Mão de Obra	29.861.549,03	31.682.742,11	29.526.350,55	29.884.907,57	335.198,48	1.797.834,54	29.526.350,55	29.884.907,57
33 - Passagens e Despesas com locomoção	13.575.450,93	12.020.638,76	12.972.457,57	11.538.282,88	602.993,36	482.355,88	12.972.457,57	11.538.282,88
Demais elementos do grupo	18.536.537,23	26.134.186,44	17.764.373,79	24.473.702,09	772.163,44	1.660.484,35	17.761.650,86	24.473.701,36

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
52 - Equipamentos e material permanente	9.155.354,50	2.735.966,25	7.936.386,51	143.089,83	1.218.967,99	2.592.876,42	7.936.386,51	143.089,83
93 - Indenizações e Restituições	3.422.873,65	341.689,86	3.353.526,72	341.689,86	69.346,93	0,00	3.353.526,72	341.689,86
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.204.965,85	1.141.700,00	1.090.332,99	866.603,86	114.632,86	275.096,14	1.090.332,99	866.603,86
Demais elementos do grupo	634.000,00	1.585.000,00	634.000,00	1.585.000,00	0,00	0,00	634.000,00	1.585.000,00
5. Inversões Financeiras	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	826.145.820,71	851.790.832,44	819.485.135,59	837.590.210,53	6.660.685,12	14.200.621,91	819.458.845,93	836.123.471,75

Fonte de dados: Tesouro gerencial: 10/01/2018

Quadro XIII - Despesas executadas diretamente pela UJ - Créditos Originários

Unidade Orçamentária: INMETRO				Código UO: 28202		UGO: 183023		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Pessoal								
11 - Vencimentos	156.701.169,24	144.754.463,84	156.701.169,24	144.754.463,84	0,00	0,00	156.701.169,24	144.754.463,84
01 - Aposentadoria	64.776.008,10	56.246.476,89	64.776.008,10	56.246.476,89	0,00	0,00	64.776.008,10	56.246.476,89
13 - Obrigações Patronais	35.028.451,97	31.946.727,78	35.028.451,97	31.946.727,78	0,00	0,00	35.028.451,97	31.946.727,78
Demais elementos do grupo	15.469.195,53	13.364.468,66	15.469.195,53	13.364.468,66	0,00	0,00	15.469.195,53	13.364.468,66
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	457.578.596,46	490.768.284,93	455.665.853,91	484.872.855,65	1.912.742,55	5.895.429,28	455.665.853,91	484.872.855,65
37 - Locação de Mão de obra	29.861.549,03	31.682.742,11	29.526.350,55	29.884.907,57	335.198,48	1.797.834,54	29.526.350,55	29.884.907,57
33 - Passagens e despesas com locomoção	11.952.051,00	9.659.402,88	11.483.579,72	9.315.481,57	468.471,28	343.921,31	11.483.579,72	9.315.481,57
Demais elementos do grupo	19.190.815,69	27.186.776,93	18.536.738,40	25.148.084,49	654.077,29	2.038.692,44	18.534.015,47	25.148.084,49

Quadro XIII - Despesas executadas diretamente pela UJ - Créditos Originários (continuação)

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
52 - Equipamentos	8.240.182,21	2.623.966,25	7.813.932,21	143.089,83	426.250,00	2.480.876,42	7.813.932,21	143.089,83
93 - Indenizações e Restituições	3.422.873,65	0,00	3.353.526,72	0,00	69.346,93	0,00	3.353.526,72	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	634.000,00	1.585.000,00	634.000,00	1.585.000,00	0,00	0,00	634.000,00	1.585.000,00
Demais elementos do grupo	1.700,00	247.300,00	1.700,00	0,00	0,00	247.300,00	1.700,00	0,00
5. Inversões Financeiras	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	802.856.592,88	810.065.610,27	798.990.506,35	797.261.556,28	3.866.086,53	12.804.053,99	798.987.783,42	797.261.556,28

Fonte de dados: Tesouro gerencial: 12/01/2017

Quadro XIV - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Pessoal								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Despesas Correntes								
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	3.018.629,03	2.989.116,67	3.018.629,03	2.776.850,00	0,00	212.266,67	3.018.629,03	2.776.850,00
39 - Outros serviços - PJ	1.339.770,39	1.643.605,48	1.234.729,15	275.408,58	105.041,24	1.368.196,90	1.234.729,15	275.408,58
30 - Material de consumo	200.402,72	346.518,86	152.721,00	80.897,40	47.681,72	265.621,46	152.721,00	80.897,40
Demais elementos do grupo	82.096,23	179.556,84	76.812,83	170.211,51	5.283,40	9.345,33	76.812,83	170.211,51
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	4.640.898,37	5.158.797,85	4.482.892,01	3.303.367,49	158.006,36	1.855.430,36	4.482.892,01	3.303.367,49

Fonte dos dados : Tesouro gerencial em 10/01/2018

3.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro XV - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					
CNPJ:	00.662.270/0003-68					
UG/GESTÃO:	183023/18205					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	0	0	0	436.098.495,96	517.023.592,27	343.074.888,61
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	6.628.281,88
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
TOTAIS:	0	0	0	436.098.495,96	517.023.592,27	349.703.170,49

Fonte: SIAFI e SICONV. Posição em 31/12/2017

Obs: Em consulta ao sistema Siconv, verificamos que em 2017 houve somente repasse do convênio nº 782331/2013 da UG 183039 no valor total de R\$ 181.550,48.

Quadro XVI - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO					
UG/GESTÃO: 183023/18205					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	19	0	
		Montante Repassado	436.098.495,96	0	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	5	0	
		Montante Repassado	46.830.276,72	0	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	
		Montante Repassado	0	0	

Fonte: SIAFI e SICONV. Posição em 31/12/2017

Quadro XVII - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO				
UG/GESTÃO: 183023/18205				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Termo de Cooperação	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	19		
	Quantidade reprovada	0		
	Quantidade de TCE instauradas	0		
	Montante repassado (R\$)	389.268.219,24		
Contas NÃO analisadas	Quantidade	9		
	Montante repassado (R\$)	46.830.276,72		

Fonte: SIAFI e SICONV. Posição em 31/12/2017

Quadro XVIII - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO					
UG/GESTÃO: 183023/18205					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	10
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e SICONV. Posição em 31/12/2017

3.3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

O Serviço de Contabilidade é a unidade do Inmetro que analisa as prestações de contas enviadas pelos órgãos integrantes da RBMLQ-I, bem como das instituições sem fins lucrativos, relativas aos convênios e termos de execução descentralizada firmados pelo Instituto e emite os devidos pareceres e notas técnicas.

Atualmente há somente 2 (dois) técnicos que analisam as prestações de contas dos órgãos integrantes da RBMLQI, que se encontram registradas e são enviadas pelo SGI - Sistema de Gestão Integrada - e o titular da Contabilidade tem analisado as prestações de contas das entidades sem fins lucrativos e as contas realizadas pelas unidades subordinadas, quer sejam a SURGO e SURRS, mediante acesso ao sistema SIAFI.

Na oportunidade, convém esclarecer que para aprimorar e agilizar o processo das análises das Prestações de Contas, seria necessário que o Secon dispusesse de mais 3 (três) técnicos para redimensionar as atividades por ele desenvolvidas nos dias atuais.

3.3.5 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro XIX - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	183023	Inmetro	-	-	14	73.100,00	8.000,00
2016	183023	Inmetro			20	50.900,00	6.300,00
2015	183023	Inmetro	-	-	31	87.300,00	8.000,00

Fonte: Processos de Concessão de Suprimento de Fundos.

Observações:

- Conta Tipo "B" não se aplica, pois a instituição não utiliza-se desta modalidade.
- 2015, 2016 e 2017 - Foi considerado o valor do maior limite individual concedido por NE.

Quadro XX - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	183023	Inmetro	-	-	9	2.032,80	16.520,92	18.553,72
2016	183023	Inmetro	-	-	5	522,17	18.753,74	19.275,91
2015	183023	Inmetro	-	-	5	1.781,07	39.661,53	41.442,60

Fonte: Processos de Concessão de Suprimento de Fundos.

Observações:

- Conta Tipo "B" não se aplica, pois a instituição não utiliza-se desta modalidade.
- O valor dos saques informado foi o efetivamente gasto.
- Houve devolução de valor parcial de nota fiscal por meio de GRU no montante de R\$ 100,01
- Houve devolução por meio de GRU de valores referentes a saques não utilizados no montante de R\$ 397,25

Quadro XXI - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
183023	Inmetro	3339030	1	2.225,14
			3	-
			7	204,12
			11	702,90
			16	1.477,00
			17	2.761,89
			19	476,86
			20	-
			21	108,20
			22	888,64
			24	587,10
			25	28,50
			26	5.250,39
			28	468,00
			29	30,00
			36	78,00
			39	-
			42	-
			94	-
			3339033	28
		3339039	16	458,00
			17	80,00
			19	-
			25	-
			66	1.196,00
			94	614,93

Suprimento de Fundos - Análise Crítica

No Quadro “Utilização de Suprimento de Fundos”, a coluna “saque” visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos. Logo, na linha de 2017, para a coluna “Valor Saques”, consta o montante de R\$ 2.032,80 (total sacado menos valores devolvidos) e na linha de 2016 e 2015 foram mantidos os valores informados nos anos anteriores. Na coluna de quantidade de saque foi mantida a mesma linha de entendimento, total de saques realizados, ainda que este não tenha sido utilizado, levando em consideração, para isso, a informação da legenda do quadro: “quantitativo anual das operações realizadas pelo conjunto de portadores da UG da UJ, nos respectivos exercícios financeiros, com a utilização do cartão corporativo na modalidade de saque”.

Quanto aos elementos de despesas do quadro “Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência”, apesar de o elemento 3.3.3.90.30 ter ultrapassado o valor de R\$ 8.000,00, os subitens não totalizaram o valor de uma dispensa de licitação. Assim, entende-se que não houve fracionamento de despesas.

Outro aspecto que se depreende da comparação entre os quadros de concessão e utilização de suprimento de fundos é que o valor tem reduzido ano a ano. O período de aplicação foi aumentado para 90 dias, tempo que é permitido no item 8.2 da Macrofunção 02.11.21. Assim, é possível evitar, mesmo que todo o recurso não tenha sido utilizado, que o suprido tenha de prestar contas para em seguida abrir outro processo que, em alguns casos, novamente não será utilizado. Também é interessante rever os valores solicitados, tornando-os compatíveis com o histórico de utilização dos últimos anos.

3.3 Desempenho Operacional

3.4.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho (Contrato de Gestão)

Para o ciclo 2016-2018 foram estabelecidos 8 objetivos e 20 indicadores. No ano de 2017, o Inmetro atingiu a meta relativa desses 11 indicadores.

Entre as ações realizadas que mais contribuíram para o alcance dos objetivos, destacam-se: otimização de processos, revisão de normas internas e capacitação de pessoal. De forma inversa, restrição orçamentária e problemas relacionados à infraestrutura foram os fatores que mais contribuíram para resultados insatisfatórios. Merece ainda destaque algumas metas que, em função de estarem sub ou superdimensionadas, serão revisadas no próximo ciclo, como já sugerido pela Comissão de Orientação, Acompanhamento e Avaliação (CAA) no relatório de monitoramento do 1º semestre de 2017, relativo ao relatório parcial dos resultados alcançados pelo Inmetro no Contrato de Gestão 2016/2018. Nesse sentido, o Inmetro incluiu metas gerenciais a fim de monitorar internamente a evolução do alcance de novas metas estabelecidas pela Alta Administração, consideradas consistentes com o momento atual do Instituto. Ainda com base em recomendações do CAA no aludido relatório, uma avaliação geral dos indicadores será realizada já para o próximo ciclo, especialmente naqueles que são afetados por fatores externos.

Informações detalhadas sobre conceituação, utilidade e mensurabilidade dos indicadores corporativos podem ser obtidas por meio do Contrato de Gestão 2016 - 2018. Análises e justificativas sobre os objetivos, indicadores e seus resultados podem ser obtidas, por sua vez, por meio do Relatório dos Resultados Alcançados 2017. Ambos os documentos estão disponíveis no sítio do Inmetro (<http://www.inmetro.gov.br/gestao/contratos.asp>).

Imagem Institucional

1. Consolidar a percepção institucional junto à sociedade brasileira

Denominação	Meta 2017	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
1.1. Nível de entendimento do INMETRO junto à população brasileira entre 16 a 24 anos <i>Dimensão: Efetividade</i>	*	*	Anual	Percentual dos entrevistados que conhecem o INMETRO e ao menos uma das suas atividades.
1.2. Nível de percepção institucional junto à população brasileira <i>Dimensão: Efetividade</i>	*	*	Anual	Percentual da população brasileira que considera o INMETRO "muito eficiente" ou "eficiente", dentre o total dos entrevistados que opinaram.
1.3. Nível de percepção institucional do INMETRO junto a participantes de comitês técnicos de regulamentação <i>Dimensão: Efetividade</i>	86%	67,72%	Anual	Percentual dos participantes de comitês técnicos de regulamentação metrológica e de avaliação da conformidade que consideram o INMETRO "muito eficaz" ou "eficaz", dentre o total dos entrevistados que opinaram

Nota (*): o indicador não será monitorado em 2016 e em 2017, tendo em vista as restrições orçamentárias e financeiras previstas para esses anos, e será apurado em 2018, na condição de haver recursos para a realização da pesquisa de população.

Avaliação da Conformidade

2. Promover a concorrência justa e a proteção ao cidadão por meio de ações de acompanhamento no mercado de produtos regulamentados

Denominação	Meta 2017	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
2.1. Número de visitas de fiscalização de produtos regulamentados <i>Dimensão: Eficácia</i>	42.500	72.614	Semestral	Número de visitas de fiscalização de produtos regulamentados
2.2. Percentual de fiscalização no atacado <i>Dimensão: Eficácia</i>	2,1%	2,79%	Semestral	(Número de visitas de fiscalização em pontos da rede de distribuição do produto) / (Número total de visitas de fiscalização)
2.3. Percentual de Programas de Avaliação da Conformidade que considerem o Registro de Objetos Regulamentados <i>Dimensão: Eficácia</i>	72%	67,3%	Semestral	Número de Programas de Avaliação da Conformidade publicados com registro (acumulado) / Número de Programas de Avaliação da Conformidade com registro aplicável

3. Desenvolver Programa de Avaliação da Conformidade de forma assistida

Denominação	Meta 2017	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
3.1. Número de modelos de produtos no mercado com selo de identificação da conformidade <i>Dimensão: Eficácia</i>	1.030.000	1.043.835	Semestral	Número de modelos de objetos e/ou produtos com selo de avaliação da conformidade

Acreditação de Organismos de Avaliação da Conformidade

4. Rever o modelo da atividade de acreditação

Denominação	Meta 2017	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
4.1. Índice de utilização de avaliadores externos ao INMETRO no processo de acreditação <i>Dimensão: Eficácia</i>	91%	96%	Semestral	(Número de avaliadores externos ao INMETRO utilizados no processo de acreditação) / (Número total de avaliadores utilizados no processo de acreditação)

5. Aperfeiçoar o atendimento juntos aos Organismos de Avaliação de Conformidade

Denominação	Meta 2017	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
5.1. Tempo médio para a concessão de acreditação de laboratórios <i>Dimensão: Eficácia</i>	12,3 meses	10,3 meses	Semestral	(Soma do tempo das concessões de acreditação de laboratórios concluídas) / (Número de processos de concessão de acreditação de laboratórios concluídos)
5.2. Tempo médio para a concessão de acreditação de Organismos de Certificação <i>Dimensão: Eficácia</i>	6,9 meses	8,4 meses	Semestral	(Soma do tempo das concessões de acreditação de organismos de certificação concluídas) / (Número de processos de concessão de acreditação de organismos de certificação concluídos)
5.3. Tempo médio para a concessão de acreditação de Organismos de Inspeção <i>Dimensão: Eficácia</i>	5,8 meses	5,6 meses	Semestral	(Soma do tempo das concessões de acreditação de organismos de inspeção concluídas) / (Número de processos de concessão de acreditação de organismos de inspeção concluídos)
5.4 Número de organismos de avaliação da conformidade acreditados concedidos por norma <i>Dimensão: Eficácia</i>	1.711	2.465	Semestral	Número de organismos de avaliação da conformidade acreditados concedidos por norma técnica

Garantia Metrológica

6. Assegurar a proteção ao cidadão e a concorrência justa

Denominação	Meta 2017	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
6.1. Eficiência do serviço prestado pela RBMLQ-I <i>Dimensão: Eficiência</i>	606	866	Semestral	(Número de verificações subsequentes + inspeções de instrumentos de medição) / Número de funcionários da RBMLQ-I
6.2. Índice de Conformidade na medição de bombas e balanças <i>Dimensão: Eficácia</i>	99,00%	99,75%	Semestral	(Número de bombas e balanças verificadas que não apresentaram erro quantitativo maior que o permitido) / (Número total de bombas e balanças verificados)

7. Buscar a excelência na prestação do serviço de apreciação técnica de modelo

Denominação	Meta 2017	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
7.1. Tempo médio efetivo dos processos de apreciação técnica de modelo <i>Dimensão: Eficácia</i>	105 dias	169,38 dias	Semestral	Soma do tempo efetivo dos processos / número de processos no ano
7.2. Satisfação dos clientes com o serviço de apreciação técnica de modelo <i>Dimensão: Eficácia</i>	70%	64,47%	Anual	Soma do percentual de clientes que responderam estar "Satisfeito" ou "Muito Satisfeito" com o serviço de apreciação técnica de modelo em pesquisa anual de satisfação

Padronização e Disseminação das Unidades de Medida

8. Prover à sociedade serviços especializados em metrologia e desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas, visando ao aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros.

Denominação	Meta 2017	Resultado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
8.1. Nota média da satisfação das empresas usuárias do serviço de calibração e ensaio ofertado pelo INMETRO <i>Dimensão: Eficácia</i>	7,9	7,9	Semestral	Nota Média ponderada da satisfação das empresas usuárias do serviço de calibração e ensaio
8.2. Produtividade da <u>calibração</u> de instrumentos e padrões de medição <i>Dimensão: Eficiência</i>	4,1	2,89	Semestral	(Número de calibrações de pontos de instrumentos de medição) / (número de horas de trabalho dos técnicos envolvidos na calibração)
8.3. Produtividade dos <u>ensaios</u> de instrumentos e padrões de medição <i>Dimensão: Eficiência</i>	140	21,74	Semestral	(Número de ensaios de pontos de instrumentos de medição) / (número de horas de trabalho dos técnicos envolvidos nos ensaios)
8.4. Número de serviços de calibração no KCDB (<i>Key Comparison Database</i>) do BIPM (<i>Bureau Internationale des Poids e Mesures</i>) <i>Dimensão: Eficácia</i>	465	540	Semestral	Número de serviços de melhor capacidade de medição (<i>cmc - calibration measure capability</i>) incluídos no KCDB (<i>Key Comparison Database</i>) do BIPM (<i>Bureau Internationale des Poids e Mesures</i>)

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

O Decreto nº 9.203, de 22.11.2017, que “dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, determinou em seu art.14 que “os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão (...) instituir comitê interno de governança ou atribuir as competências correspondentes a colegiado já existente, por ato de seu dirigente máximo, com o objetivo de garantir que as boas práticas de governança se desenvolvam e sejam apropriadas pela instituição de forma contínua e progressiva, nos termos recomendados pelo CIG”, o Comitê Interministerial de Governança, comitê assessor do Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal e composto pelos seguintes ministros: Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará; Ministro de Estado da Fazenda; Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União.

De fato, considerando os termos da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10.05.2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, o Inmetro já havia criado, por meio da Portaria nº 60, de 17.03.2017 o Comitê de Governança, Riscos e Controles do Inmetro (CGRC), de caráter deliberativo.

De acordo com a referida IN, no âmbito de cada órgão ou entidade, o Comitê deverá ser composto pelo dirigente máximo e pelos dirigentes das unidades a ele diretamente subordinadas e será apoiado pelo respectivo Assessor Especial de Controle Interno. Assim sendo, compete ao presidente do Inmetro a presidência do CGRC. Até sua determinação em contrário, esta competência foi delegada

ao Diretor de Planejamento e Articulação Institucional (Dplan). Também compõem o CGRC os chefes de todas as Unidades Principais (UP) do Inmetro, sejam elas Diretorias, Coordenação e Superintendências. É de competência da Dplan a Secretaria-Executiva do CGRC.

Entre as competências do CGRC, encontram-se:

- Garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões pertinentes, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- Promover a integração dos colaboradores do Inmetro responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;
- Promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos colaboradores do Inmetro na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações;
- Aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
- Supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem impactar a prestação de serviços de interesse público;
- Liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no Inmetro;
- Estabelecer limites de exposição a riscos globais do Inmetro, bem com os limites ao nível de unidade, política pública, ou atividade;
- Supervisionar e aprovar métodos de priorização de temas e de macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;
- Emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos; e
- Monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelo CGRC.

Além CGRC de atender as determinações do Decreto nº 9.203, de 22.11.2017 e da Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10.05.2016, no âmbito Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro), o Inmetro observa as diretrizes e políticas do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), órgão executivo central do Sinmetro. A governança pública também é assegurada pela participação das partes interessadas nas comissões de regulamentação técnica, pelo alinhamento do Planejamento Estratégico do Inmetro (PEI) com o Plano Plurianual (PPA) e pela prestação de contas das metas de desempenho do Inmetro, submetidas ao Comitê de Avaliação do Contrato de Gestão, que reúne representantes de três ministérios signatários (Mdic, MP e MF).

As atividades internas do Inmetro são desenvolvidas por suas Diretorias e Coordenadorias. Seus trabalhos externos são realizados junto aos Órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia e Qualidade Industrial (RBMLQ-I), de forma integrada com a Diretoria de Metrologia Legal (Dimel) e com a Diretoria de Avaliação da Conformidade (Dconf) e coordenada pela Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (Cored). O Inmetro tem também forte atuação externa por participar de atividades internacionais e atender exigências no âmbito de diversas organizações internacionais como o BIPM (Bureau Internacional de Pesos e Medidas), OIML (Organização Internacional de Metrologia Legal), IAF (Fórum Internacional de Acreditação), ILAC (Cooperação Internacional de Acreditação de Laboratórios), entre outras.

Sua estrutura regimental conta com uma Unidade de Auditoria Interna (Audin), com atuação expressiva na instância dos Controles Interno e Externo, referenciado no Planejamento Anual de Auditoria Interna (PAINT) a ser desempenhado no exercício seguinte e registrado no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

Os dirigentes do Inmetro exercem sua autoridade observando as políticas públicas emanadas do Governo Federal, especialmente do MDIC, as diretrizes do Conmetro, entre elas as que tratam das Estratégias para a Metrologia Brasileira e o Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC) e demais legislações pertinentes, como a Lei de Inovação. Ademais, os dirigentes estão sujeitos às prescrições do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do seu Regimento Interno, o que contribui para a governança institucional, além de permitir o monitoramento externo de todas as partes interessadas.

A escolha dos integrantes da alta direção da Instituição vem ao encontro da necessidade de governabilidade institucional e do monitoramento externo das partes interessadas. Dessa forma, a adoção de critérios de seleção está correlacionada ao perfil pertinente às atribuições e responsabilidades de cada área, no que concerne às competências definidas no Regimento Interno da Autarquia. Em consequência, o perfil dos dirigentes do Inmetro e também do CGRC contempla as competências técnicas que visam agregar valor ao desempenho institucional.

4.3 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

Não se aplica, por se tratar de uma Autarquia Federal.

4.4 Informações sobre a comissão de avaliação do contrato de gestão

A última reunião de monitoramento da Comissão de Orientação, Acompanhamento e Avaliação (CAA) ocorreu em 10 de agosto de 2017. Em função de o Contrato de Gestão ter sido assinado somente em 9 de agosto de 2017, a reunião não se caracterizou como uma reunião formal da CAA, mas cumpriu seu compromisso de monitoramento relativo ao 1º semestre de 2017.

Destaca-se que foram estabelecidos 8 objetivos e 20 indicadores para o ciclo 2016- 2018, que foram apresentados em detalhe na aludida reunião, tendo as dúvidas dos presentes sido respondidas pelos representantes do Inmetro.

Em relação aos resultados apresentados, esclareceu-se na reunião que as informações se referem ao período de janeiro a junho de 2017.

Os dois primeiros indicadores (“1.1 - Nível de entendimento do Inmetro junto à população brasileira entre 16 a 24 anos” e “1.2 - Nível de percepção institucional junto à população brasileira”) não foram apresentados, pois, devido ao contingenciamento orçamentário e financeiro optou-se por não se estabelecer metas para 2016 e 2017, estando a contratação dessa pesquisa prevista apenas para o ano de 2018.

Quanto ao terceiro indicador (“1.3 - Nível de percepção institucional do Inmetro junto a participantes de comitês técnicos de regulamentação”), pelo fato de sua apuração ser anual, não sendo possível fornecer um resultado parcial.

Quanto ao restante dos indicadores, de forma geral, notou-se uma melhora em seus resultados parciais, se comparados aos resultados de 2016.

A seguir, encontram-se as recomendações feitas ao longo da reunião e registradas no relatório de monitoramento do 1º semestre de 2017 relativo ao relatório parcial dos resultados alcançados pelo Inmetro no Contrato de Gestão 2016/2018:

- Reitera-se a solicitação de análise sobre a inclusão de metas gerenciais para os casos em que as metas se apresentam sub ou superestimadas, como no caso das metas relativas aos indicadores “2.1 - Número de visitas de fiscalização de produtos regulamentados” e “5.4. Número de organismos de avaliação da conformidade acreditados concedidos por norma”.

- Recomenda-se iniciar uma avaliação geral dos indicadores já para o próximo ciclo. Especialmente quanto aos indicadores afetados por fatores externos, como o “3.1 - Número de modelos de produtos no mercado com selo de identificação da conformidade” e o “5.2 - Tempo médio para a concessão de acreditação de Organismos de Certificação”, sugere-se verificar a possibilidade de ponderação dos fatores fora do controle da instituição. Alternativamente, foi sugerida a utilização de “subindicadores” para visualização do impacto de fatores que fogem do controle do Inmetro.
- Quando da reavaliação de indicadores, sugere-se analisar o título do indicador “6.1 - Eficiência do serviço prestado pela RBMLQ-I”, que menciona eficiência, mas, na verdade, mensura produtividade.
- Solicita-se ao Inmetro o envio do número absoluto de solicitações de acreditação de laboratórios (indicador “5.1 - Tempo médio para a concessão de acreditação de laboratórios”). Nessa mesma linha, relacionado ao indicador “8.1 - Nota média da satisfação das empresas usuárias do serviço de calibração e ensaio ofertado pelo Inmetro”, foi solicitado o envio de informações adicionais sobre o número de solicitações de serviço de calibração (executados e suspensos).
- Reiterou-se a importância da execução do planejamento estratégico do Inmetro e da revisita ao modelo da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (RBMLQ), previstos em Termo de Referência (TR) elaborado pelo Instituto em 2016. O Instituto informou que a licitação relativa a esse TR deverá ocorrer em breve.
- Recomenda-se a continuação do monitoramento específico sobre os problemas que afetam o indicador “7.1 - Tempo médio efetivo dos processos de apreciação técnica de modelo” (perda de pessoal, desatualização do sistema orquestra e gestão das atividades de análise de software).
- Recomenda-se a continuação do monitoramento específico sobre os problemas que afetam os serviços de calibração e ensaio (refrigeração e manutenção dos equipamentos laboratoriais).

O Inmetro enviou o Relatório Anual do Contrato de Gestão 2017 para o MDIC em 13/03/2018, conforme prazo regimental. A próxima reunião formal do CAA para apresentação e discussão do Relatório ocorrerá em 28/03/2018 no MDIC.

4.5 Modelo de governança da entidade em relação às empresas do conglomerado

O modelo de governança do Inmetro com os Órgãos Integrantes da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – Inmetro (RBMLQ-I) caracteriza-se pela descentralização de atividade, formalizada através de Convênios de Cooperação Técnica e Administrativa, de delegação de competência e receita compartilhada.

A RBMLQ-I, aqui subentendida como as empresas do conglomerado, é composta por vinte e três órgãos da estrutura administrativa estadual, um órgão da estrutura administrativa municipal, duas Superintendências regionais administradas pelo próprio Inmetro e conta com sedes e escritórios regionais, laboratórios de pré-medidos, telecentros, veículos (incluindo veículos adaptados para a execução dos serviços, caminhões para balanças de grande porte, entre outros), postos de verificação de veículos-tanque, postos de verificação próprios de cronotacógrafo, postos de ensaios credenciados de cronotacógrafo, além de um contingente de pessoal (força de trabalho) com capacitação para realizar as atividades delegadas.

Ao Inmetro, na qualidade de entidade delegante e concedente, e, tendo em vista a subordinação técnica, jurídica, orçamentária, financeira e contábil do Órgão Integrante da RBMLQ-I no exercício

das atividades delegadas, fica assegurado o poder de normalizar, superintender e supervisionar a execução das atividades delegadas, as quais, motivadamente, poderão ter a sua delegação revogada, sempre que o interesse público o exigir.

Aos Órgãos Integrantes da RBMLQ-I incumbe a execução das verificações e inspeções relativas aos instrumentos de medição regulamentados pelo Inmetro utilizados no comércio (ex.: bomba medidora de combustível), na saúde (ex.: esfigmomanômetro), na segurança (ex.: cronotacógrafo), no meio ambiente (ex.: analisador de gases veiculares) e na definição ou aplicação de penalidades (efeito fiscal); da fiscalização da conformidade dos produtos com certificação compulsória (ex.: brinquedos); do controle da exatidão das indicações quantitativas dos produtos pré-medidos (tudo aquilo que é embalado e medido sem a presença do consumidor e que se encontra em condições de comercialização), dentre outras atividades nas áreas de Metrologia Legal e da Avaliação da Conformidade, zelando pela sua regular, transparente e proba consecução.

4.6 Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna do Inmetro (Audin) é a unidade responsável por avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Autarquia. Para o cumprimento desse papel utilizamos uma Matriz de Risco e Relevância, que norteia todo o planejamento das atividades de avaliação da Audin. Os dados utilizados para o preenchimento da Matriz são obtidos em consultas aos sistemas gerenciais e governamentais, assim como de pendências e de recomendações estabelecidas em nossos relatórios de auditoria, em relatórios da CGU, em acórdãos ou relatórios do TCU, e até em reclamações recebidas pela Ouvidoria do Inmetro.

A atuação da Audin (Unidade de Auditoria Interna do Inmetro) está definida pela Estrutura Regimental do Inmetro, Regimento Interno da Autarquia e pelas leis e normativos técnicos emanados pela Controladoria-Geral da União. Complementado essa estrutura legal, atuamos também de acordo com normativos internos, disponíveis no endereço <http://www.inmetro.gov.br/acessoainformacao/auditorias.asp>.

Os normativos existentes nesse endereço retratam a independência e a objetividade da Audin, especialmente a NIE-AUDIN-001 e o Manual da Auditoria Interna. Em que pese a subordinação hierárquica diretamente ao Presidente do Inmetro não houve, até a presente data, qualquer fator impeditivo ao desenvolvimento das atividades da UAIG, sendo as atividades desenvolvidas em estrito cumprimento ao teor do Decreto nº 3.591/2000 e, pela subordinação técnica à CGU, também aos normativos vigentes, como as IN CGU nºs 3, 7 e 8, todas de 2017.

Para o cumprimento das suas atribuições, a Audin conta hoje com uma força de trabalho de 17 pessoas, sendo 11 servidores, 4 colaboradores e 2 estagiários. Para a execução das ações de auditoria em campo contamos com 9 servidores, dentre esses o Auditor-Chefe, a chefe do Serviço de Desenvolvimento das Auditorias; 2 servidores dão o suporte como gestão da qualidade, acompanhando as diretrizes emanadas pelo Inmetro no que diz respeito ao seu sistema de gestão da qualidade, assim como à aplicação prática dos normativos pela equipe da UAIG. No que diz respeito à *hardware*, a unidade está bem servida. Quanto a *software*, existe uma carência, de forma que estamos num trabalho conjunto com a área de TI do Instituto para a implantação do sistema informatizado de auditoria da Conab, visando à adequação desse aos nossos trabalhos.

Não houve qualquer alteração ou adequação o posicionamento da UAIG no Inmetro, mantendo-se como unidade seccional e com as competências estabelecidas no Decreto nº 8.848, de 12 de setembro de 2016, e posicionada conforme a Portaria MDIC nº 2, de 4 de janeiro de 2017. Não houve qualquer adequação UAIG na estrutura do Inmetro.

Registre-se que a escolha do titular da UAIG obedece estritamente aos ditames da Portaria CGU nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017.

Para a comunicação dos resultados dos trabalhos de auditoria nas unidades do Inmetro e nos órgãos conveniados com o Inmetro, os relatórios de auditoria são encaminhados diretamente aos seus titulares, tanto o Relatório Preliminar de Auditoria quanto o Relatório Final de Auditoria, esse último devidamente acompanhado do Plano de Providências Permanente – PPP, objetivando a assunção de

compromisso pela unidade quanto ao tempo e a indicação do responsável para o atendimento das recomendações. Com esses diretores e gestores de órgãos delegados, também são feitas reuniões de abertura e de encerramento, quando deixamos claros os riscos da não implementação das recomendações exaradas nos relatórios.

Como não possuímos conselho de administração ou comitê de auditoria, apresentamos ao nosso dirigente máximo os apontamentos mais relevantes, tanto nas unidades do Inmetro quanto nos órgãos delegados conveniados, pontualmente, agendando reuniões. E anualmente passamos ao Presidente um documento em que anexamos todos os relatórios e preparamos um resumo executivo do que está contido em cada um, elencando os temas mais relevantes e alertando-o para os riscos.

4.7 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

O Inmetro não possui, ainda, estrutura formal implantada destinada ao funcionamento do sistema de correção, muito embora em gestões anteriores tenhamos nos esforçado, para a criação de uma Corregedoria-Geral, em atendimento às orientações da Controladoria-Geral da União (CGU).

Neste sentido, oportuno ressaltar que, no uso das prerrogativas conferidas pelo Contrato de Gestão celebrado em 2017, enviamos à apreciação do MDIC o Ofício Presi nº 07/2018, contendo proposta de alteração da estrutura regimental da Autarquia, contemplando a criação da Corregedoria-Sectional, nos moldes do Decreto nº. 5.480, de 30 de junho de 2005.

Ademais, com o objetivo maior de dar continuidade aos processos disciplinares, a chefia de Gabinete da Presidência do Inmetro foi designada pela Portaria nº 262, de 26 de setembro de 2017, para, provisoriamente, responder pelas matérias de caráter correcional.

Além do acima exposto, há mais um agravante que é a falta de Procuradores na Procuradoria-Federal, o que, por conseguinte, impede a adoção das medidas pretendidas. A cada instauração de PAD, uma comissão específica é nomeada pelo Presidente, por meio de Portaria, cabendo à Procuradoria-Federal o saneamento dos autos. Este cenário de escassez de recursos humanos, ainda carece de solução e a nossa expectativa é de que a consigamos, ainda neste exercício, lograr êxito na demanda de reestruturação de nossa área jurídica (Processo SEI nº 0052600.001500/2018-31) que serão encaminhadas à apreciação do MDIC e MPOG, de sorte que mitigue o referido entrave, viabilizando a atuação da atividade correcional de maneira plena.

4.8 Gestão de riscos e controles internos

Quadro XXII – Sistema de Controles Internos Avaliados

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
<p>Análise crítica e comentários relevantes: O Inmetro está permanentemente em busca da “irregularidade zero” e tem procurado atender, com prioridade, as demandas do Controle Interno (CGU) e do Controle Externo (TCU). Os objetivos e metas organizacionais estão devidamente registrados. Contudo, em razão do último ciclo de planejamento ter sido encerrado em 2014, essas informações podem estar desatualizadas, salvo aquelas estabelecidas no PPA e no Contrato de Gestão. A Alta Administração manteve articulação com todas as Diretorias e Coordenadorias da Instituição para identificação de riscos potenciais para mitigação dos mesmos em determinado momento. A avaliação de riscos, realizada de maneira formal, ainda está em estágio inicial, o que justifica as baixas auto avaliações apresentadas no quadro acima. Por força da IN Conjunta MP-CGU n.º 01, de 10 de maio de 2016, o Inmetro elaborou sua Política de Gestão de Riscos. A Autarquia mantém forte interação com todos os Órgãos Delegados que fazem parte da RBMLQ-I, coordenando e verificando, por meio da Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (Cored), a execução dos Convênios firmados com cada um desses Órgãos. Com relação à informação e comunicação, o Inmetro faz uso de ferramentas apropriadas desenvolvidas internamente e empregadas para dar ciência das ações implantadas, em curso e também àquelas planejadas para toda a Instituição, em seus diversos níveis hierárquicos. Por fim, o monitoramento dos indicadores de desempenho de seus processos é feito por meio da Diretoria de Planejamento e Articulação Institucional (Dplan), utilizando o Sistema de Gerenciamento de Resultados.</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de Pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro XXIII - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1964	925	9	47
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1964	925	9	47
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1964	914	2	36
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	6	3	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	5	4	6
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	9	5	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	1964	934	14	50

Fonte: Extrator de dados do Siape (extração em 05/02/2018) - Cogep

Nota - Para análise dos egressos em 2017 foram considerados os tipos: aposentadorias, exonerações, demissões, falecimentos de servidores ativos, dispensas, etc.

Quadro XXIV - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	244	681
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	244	681
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	237	677
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	247	687

Fonte: Extrator de Dados do Siape, em 05/02/2018 e, DW do Siape, em dez/2017. Cogep.

Quadro XXV - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	18	15	7	25
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	15	7	25
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		4	0	15
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		2	2	4
1.2.4. Sem Vínculo		9	5	4
1.2.5. Aposentados		0	0	0
1.3. Grupo Função Comissionada do Poder Executivo	65	64	59	3
1.3.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		58	53	1
1.3.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		3	3	0
1.3.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		3	3	2
1.3.4. Sem Vínculo		0	0	0
1.3.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	55	46	17	8
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		46	17	8
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	138	125	83	36

Fonte: Extrator de Dados do Siape, em 05/02/2018. Cogep.

Análise Crítica da Força de Trabalho

Com relação à força de trabalho do Inmetro, ressalta-se que o impacto da aposentadoria, sem a devida reposição de servidores para ocupação de cargos efetivos, permanece sendo aspecto crítico, tal qual apresentado nos relatórios dos anos anteriores.

Apesar da autorização para ocupação das 80 vagas ofertadas no último concurso, a quantidade de servidores que já se encontram em condições de se aposentar permanece superior à reposição da força de trabalho.

A quantidade de servidores que já percebem o abono de permanência representava, no final de 2017, um montante superior a 20% dos servidores ocupantes de cargo efetivo (ativos permanentes do quadro de pessoal).

Para melhor aprofundar as análises sobre a força de trabalho, foi instituído um grupo através da Portaria Inmetro nº 222, de 31 de agosto de 2017 cujo intuito foi instituir e dar andamento ao projeto de dimensionamento da força de trabalho, abordando os seguintes pontos:

1. Delinear a situação atual do quadro de pessoal e estimar a o quantitativo ideal da força de trabalho;
2. Verificar adequação de pessoal e eventuais lacunas, excessos ou inadequação de lotação;
3. Observar a necessidade de novos concursos e subsidiar a alocações dos servidores do Inmetro;
4. Prover a Cogep com subsídios para criação de uma Política de Gestão de Pessoas, no que se refere ao plano de captação, desenvolvimento e sistemática envolvendo afastamentos e licenças discricionárias.

Este trabalho tem sido desenvolvido internamente, sendo que a fase atual é de compilação dos dados e ajustes. Portanto, algumas conclusões ainda não poderão ser inseridas no presente relatório. Entretanto, já se observa que a falta de instrumentos como planejamento estratégico e da implantação de metodologias relacionadas à análise e mapeamento de processos, de forma sistêmica, e implantação da Gestão por Competências no Instituto, têm se configurado como grandes entraves no processo de coleta e análise dos dados.

Considerando a necessidade urgente de implantação da metodologia de dimensionamento da força de trabalho proveniente de apontamentos do relatório de auditoria anual de contas nº 201700440 da CGU na recomendação 1, referente à Constatção nº 1.1.1.3 e o Despacho Ministerial contido no Processo 00847.0046842017-13, além dos esforços internos, a expectativa é que o Inmetro consiga aderir à metodologia proposta pelo Ministério do Planejamento, prevista Portaria nº 477, de 27 de dezembro de 2017.

Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

Conforme informado nos relatórios anteriores, o que baliza os processos de desenvolvimento e de carreira são documentos que constam no Sistema de Gestão da Qualidade do Inmetro, denominados “Normas Inmetro Gerais” e que visam dar ciência aos servidores do procedimento e critérios adotados, bem como visam formalizar os processos administrativos, através de documentos padronizados.

Considerando que a Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - Cogep passou por uma modificação em sua estrutura organizacional, os processos existentes têm sido analisados e revistos ao longo do exercício. O intuito desta medida é gerar maior integração e agilidade entre as unidades organizacionais que compõem esta Coordenação-Geral. Tais considerações são relevantes, pois, atualmente, os procedimentos da Cogep estão em revisão de forma a viabilizar a construção de políticas e diretrizes de atuação mais integradas e efetivas, incluindo a adequação ao sistema eletrônico – SEI, implantando em outubro de 2017, para a tramitação de documentos e processos.

Processo de Capacitação em 2017

Plano Anual de Capacitação

O Plano Anual de Capacitação (PAC) tem como objetivo geral executar o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, propondo ações de formação e capacitação para o desenvolvimento e aprimoramento contínuo dos servidores do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, a fim de possibilitar a melhoria do desempenho individual e institucional.

Trata-se do principal instrumento de planejamento das ações de capacitação do Instituto, que visa nortear a formação e o desenvolvimento profissional dos servidores, com vistas a torná-los cada vez mais qualificados e aptos a enfrentarem os desafios com os quais o Inmetro se depara constantemente no cumprimento da sua missão institucional.

Para a elaboração do PAC 2017, a Cogep entendeu ser prudente retomar o levantamento com as Unidades Principais (UP), porém com foco maior nas demandas coletivas e nas necessidades apontadas pelas áreas. Optou-se pela criação de uma nova ferramenta para o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), validado diretamente pelo dirigente de cada Unidade Principal. Foram nomeados novos interlocutores de Recursos Humanos, com dois representantes de cada diretoria (um titular e um suplente), os quais conduziram o levantamento das demandas e preenchimento da nova ferramenta (planilha eletrônica), possibilitando uma consolidação mais

eficiente à equipe da Cogep. Os levantamentos foram realizados em duas etapas (por semestre) e em ambos os casos foram formalizados por meio de memorando dos Diretores das UP para a Cogep.

Portanto, a Cogep criou um documento norteador das capacitações para 2017, de forma simplificada, que contemplou: as modalidades de capacitação geralmente utilizadas no Instituto, os indicadores geralmente utilizados para monitorar o processo, bem como os eixos temáticos a serem seguidos para avaliar a relação das capacitações com as diretrizes estratégicas do Instituto e atribuições regimentais de cada diretoria. Dessa forma, tal documento se configurou como insumos e diretrizes para 2017, no âmbito da Cogep, não tendo contemplado inicialmente curso a curso de fato. Todavia, o LNC foi considerado um anexo do PAC, no qual foi possível o monitoramento de cada ação de capacitação prevista e seus desdobramentos.

Após este trabalho inicial, instituiu-se, a partir de diretrizes institucionais, que as demandas a serem compradas seriam analisadas, quando solicitadas, de forma a identificar se o orçamento estava previsto na área solicitante, priorizando-se, porém, as ações coletivas que poderiam ser realizadas em turmas fechadas (*in company*). As demandas por capacitações organizadas internamente ou sem ônus de inscrição para o Inmetro foram mantidas.

Com relação aos cursos comprados, foi estabelecida uma reserva de contingência, cujo valor contemplado na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Este limite foi gerenciado no decorrer de 2017 de acordo com as diretrizes da Instituição, de acordo com as prioridades instituídas e disponibilidade orçamentária/financeira.

Ficaram pendentes ações planejadas com escolas de governo, uma vez que, apesar dos esforços da Cogep para viabilizar a formalização de 02 (dois) Termos de Execução Descentralizada com a Esaf e a Enap, visando à realização de 17 (dezessete) turmas *in company*, não foi possível firmar os acordos tempestivamente devido à tramitação processual, de modo que essas ações não foram viabilizadas. Este fato impactou o resultado de 2017, uma vez que há temas que não são de domínio de instrutores internos, principalmente os ligados a áreas Meio, para os quais as escolas de governo possuem oferta de turmas com melhor relação custo-benefício para a Administração.

Resultados do Processo de Capacitação em 2017

Com relação aos resultados, em 2017 foram realizadas 138 ações de treinamento e desenvolvimento, 120 delas (87%) envolvendo servidores do Inmetro. Do total, 104 ações (75,36%) foram organizadas internamente ou realizadas através de Escolas de Governo ou entidades parceiras sem ônus de inscrição, enquanto 34 ações (24,64%) foram realizadas com ônus de inscrição de servidores. Mais de 50% das ações de capacitação foram sobre temas relacionados diretamente à Metrologia e Acreditação. É importante observar que aproximadamente 23% dessas ações de capacitação não foram exclusivas para servidores do Inmetro, tendo a Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, ao longo de 2017, atuado como parceira do Centro de Capacitação do Inmetro na implementação de turmas para públicos externos (incluindo a Rede Brasileira Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro).

Foram certificadas um total de 1480 participações nas ações de capacitação de 2017. Destas participações, 48,37% são de público interno do Inmetro (servidores, bolsistas e estagiários), totalizando 595 participações especificamente de servidores e ocupantes de cargos em comissão ativos no Inmetro.

Nesse cenário, o número de servidores capacitados em 2017 representou, aproximadamente, 34,22% do total de servidores e ocupantes de cargos em comissão ativos no Inmetro. Este indicador representa pouco mais que o dobro do percentual de servidores capacitados em 2016, visto que os resultados do ano anterior foram impactados pela restrição orçamentária.

Basicamente os eventos de capacitação para servidores se concentraram na modalidade de cursos/treinamentos e eventos singulares presenciais, nas cidades sede do Inmetro.

Esses dados foram coletados a partir de planilhas em Excel de cadastro das capacitações realizadas. Não há um sistema integrado com as Unidades Principais para coleta dessas informações.

Contabilizou-se, portanto, as demandas formalizadas perante à Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas e evidenciadas através de certificação dos participantes.

Ações para 2018

O PAC de 2018 foi elaborado através do Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) de cada Unidade Principal, junto aos interlocutores de Recursos Humanos. Esse documento contemplará os temas previstos para a execução de ações de capacitação ao longo do ano. Foram identificados aqueles que justificam a formação de turmas *in company*, para as quais a Cogep priorizará as ações com indicação de fornecedores de conhecimento das Diretorias do Inmetro, que poderão ser organizados internamente, com Escolas de Governo ou com órgãos públicos parceiros que possam disponibilizar servidores como instrutores.

Já foram solicitadas cotações para as Escolas de Governo, visando à instrução de processo para a formalização de Termo de Execução Descentralizada, de modo que a tramitação ocorra tempestivamente, viabilizando a implementação de todas as turmas ao longo do exercício.

Com base no PAC de 2018 será também realizado processo licitatório para a aquisição das capacitações que não se enquadrarem nas hipóteses de singularidade previstas na legislação como Inexigibilidade de Licitação.

Está em fase de aprovação, também, a Política de Pós Graduação, que norteará as análises dos pleitos de afastamento, considerando também os temas previstos para esse tipo de capacitação, sinalizados por cada diretoria, no PAC 2018.

Planeja-se, também, antecipar o movimento de elaboração do LNC de 2019, realizando-o a partir de junho de 2018, após a elaboração do Plano de Trabalho Individual dos servidores (de acordo com o ciclo de avaliação de desempenho). Dessa forma, além de aproximar os processos que se retroalimentam (de avaliação de desempenho e identificação das necessidades de capacitação), facilitando a atuação dos gestores, a Cogep terá um tempo maior para analisar todas as informações e estudar, em parceria com as áreas competentes, questões relacionadas ao orçamento destinado à capacitação dos servidores do Inmetro.

Pretende-se com isso, retomar o processo de desenvolvimento dos servidores de forma estruturada até que haja a implantação da Gestão por Competências no Inmetro.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro XXVI - Despesas do pessoal – R\$

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	113.340.411	3.692.360	17.130.410	25.653.437	7.980.225	4.909.691	306.718	422.914	12.384	173.448.549
	2016	119.576.069	3.246.621	16.521.336	8.488.790	7.054.387	4.485.167	256.780	416.834	62.973	160.108.957
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE : Demonstrativos de Despesas com Pessoal e Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI. Divisão de Administração de Pessoas – Cogep/Dapes

5.1.3 Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal

Riscos identificados na Gestão de Pessoas

Em recente trabalho apresentado em janeiro de 2018, com orientação da Dplan, foram apresentados o resultado de estudo preliminar com identificação dos riscos de integridade inerentes aos processos Cogep e suas UO, com os seguintes itens abaixo relacionados:

Processo	Atividade	Riscos/Ações Mitigadoras
Cadastro	Benefícios (suspensão e restabelecimento)	Risco: atuar com desvio da finalidade, favorecendo ou prejudicando servidores em detrimento de outros. Ação Mitigadora: adotar ferramentas de controle e mapeamento dos recadastramentos
Cadastro	Prestar Informações funcionais para Sindicância e PAD	Risco: Atuar de forma pessoal prejudicando ou favorecendo servidores quando da prestação de informações funcionais para Sindicância ou PAD Ação Mitigadora: Estabelecer termo de responsabilidade para os profissionais que atuam nessa atividade, em consonância com o código de ética.
Folha de Pagamento	Calcular e fazer ajustes financeiros (Promoção, progressão e GQDI)	Risco: Atuar com desvio de finalidade favorecendo ou prejudicando financeiramente os servidores Ação Mitigadora: Adotar procedimento de conferência dos acertos financeiros por servidor que não atue na execução da atividade.
Processo de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Inmetro	Levantamento de Necessidades de Capacitação / Elaboração e Execução do Plano Anual de Capacitação - PAC / Execução de demandas de capacitação não planejadas	Risco: Agir de forma pessoal favorecendo servidores e/ou unidades organizacionais em detrimento de outros(as). Ação Mitigadora: - Criar política de capacitação estabelecendo critérios transparentes, objetivos e claros no que se refere à priorização dos servidores a serem desenvolvidos e dos cursos/treinamentos a serem implementados; - Implantar a Capacitação por Competências e garantir o alinhamento do PAC com o planejamento estratégico, quando o mesmo for elaborado; - Garantir a publicidade das etapas do processo e do PAC.
Processo de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Inmetro	Organização de Eventos de Capacitação Internos (Presenciais) - Providenciar materiais diversos com o Almoxarifado e serviços que envolvem a Dicom ou outras UO	Risco: - Agir em desacordo com o princípio da economicidade; - Utilizar recursos materiais em serviços ou atividades particulares. Ação Mitigadora: - Estabelecer planejamento e controle da quantidade necessária de materiais, de acordo

		<p>com o escopo e a quantidade de participantes em eventos de capacitação;</p> <p>- Criar mecanismos de fiscalização/controle.</p>
<p>Processo de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Inmetro</p>	<p>Organização de Eventos de Capacitação Internos (Presenciais ou EaD) - Coordenação de turma (EaD) e Análise da lista de presença e/ou documentação comprobatória sobre aprovados no curso, para a elaboração/emissão de certificados</p>	<p>Risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inscrever, inadequadamente, em eventos de capacitação, pessoas estranhas ao Inmetro ou pessoas que não tenham o perfil ou a indicação necessária para participação em determinado evento de capacitação. - Para os cursos em EaD, a possibilidade de fraude na participação de servidor (pessoa estranha participar do curso com o login e a senha do participante inscrito). <p>Ação Mitigadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir o fiel cumprimento do fluxo do processo de inscrição do evento e a sensibilização das chefias imediatas; - Viabilizar a presença de um representante da Didec nos eventos de capacitação internos presenciais (análise de economicidade x benefícios); - Para os cursos em EaD, garantir a leitura obrigatória do termo de conduta do ambiente virtual de aprendizagem do Inmetro para participação no curso/treinamento.
<p>Programa de Acompanhamento de Novos Servidores - PANS</p>	<p>Coleta de dados das pesquisas, reuniões com chefias e novos servidores e formalização à Cogep sobre os resultados</p>	<p>Risco: Divulgação de respostas de servidores e/ou chefias imediatas aos questionários ou de assuntos abordados em reuniões com as partes, sobre a ambientação dos novos servidores.</p> <p>Ação Mitigadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter a documentação desse processo restrita à parte da equipe; - Estabelecer termo de conduta ética para os envolvidos no PANS.
<p>Análises de Licenças para Capacitação ou Afastamentos para pós-graduação stricto sensu</p>	<p>Análise documental / Análise de requisitos legais / Emissão de parecer técnico / Análise de prestação de contas (retorno após o término da licença ou do afastamento)</p>	<p>Risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão. <p>Ação Mitigadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir transparência nos atos de gestão, de forma que sejam evidenciados os princípios da Administração Pública nestes (especialmente, neste risco, o da impessoalidade).

<p>Avaliação de Desempenho do Inmetro - Siadi</p>	<p>Composição do CAD / Orientações ao CAD / Consolidação dos resultados de cada ciclo / Análise de casos para enquadramento legal / Análise de documentos para demandas fora do cronograma</p>	<p>Risco: Impossibilidade de verificação no sistema informatizado de registros de data/hora de inclusão de documentos pelos servidores, possibilitando que o servidor forneça informações indevidas à Didec (Ex. Servidor inclui o PTI fora do prazo do cronograma e a Didec não tem como comprovar, sendo necessário aceitar o documento e encaminhá-lo para análise).</p> <p>Ação Mitigadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprimoramento do sistema informatizado ou implantação de novo sistema informatizado, que possua ferramentas tecnológicas mais atualizadas.
<p>Prestação de Contas</p>	<p>Análise e consolidação de dados e indicadores para apresentação interna (Dplan, Audin etc.) e para o MP (Relatório - PAC)</p>	<p>Risco: alterar ou deturpar o teor de documentos e/ou informações que devem ser apresentados para prestação de contas.</p> <p>Ação Mitigadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redesenhar o processo de capacitação, garantindo que os registros e controles de indicadores sejam claros e objetivos para a coleta de dados e informações para prestação de contas; - Garantir a publicidade das etapas do processo do PAC.
<p>Consultoria Interna</p>	<p>Atendimento de demandas diversas das diretorias relacionadas à desenvolvimento de servidores (inclui contato e/ou reunião com a área e alinhamento interno das ações que podem ser propostas)</p>	<p>Risco: Agir de forma pessoal favorecendo servidores e/ou unidades organizacionais em detrimento de outros(as).</p> <p>Ação Mitigadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar política de capacitação que englobe as ações da Didec como parceira das UP/UO, atuando como Consultoria Interna de RH; - Implantar a Gestão por Competências e garantir o alinhamento do PAC com o planejamento estratégico, quando o mesmo for elaborado; - Garantir o atendimento às solicitações de acordo com a necessidade identificada (política, gestão por competências, PAC).
<p>Função de Cadastrador Parcial no Siape</p>	<p>Habilitações, desbloqueio, ativação e inativação de perfis diversos para servidores no Siape (Sistema informatizado governamental - Obrigatório)</p>	<p>Risco: Receber solicitações para alterações de perfis sem o devido embasamento legal e/ou conhecimento do processo que motivou a alteração solicitada.</p> <p>Ação Mitigadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Designar como Cadastrador Parcial do Siape servidor que atue junto à área competente para participar do processo de análise das motivações que levam às alterações de perfis no sistema governamental; - Capacitar os servidores designados para essa função junto ao Ministério e/ou ao órgão competente, de modo que as ações registradas no sistema sejam efetuadas com a máxima segurança possível, dentro da legalidade que esse ato e essa função requerem.

<p>Gestão da Carreira</p>	<p>Análise dos processos de promoção, progressão funcional, Retribuição por Titulação, Gratificação por Qualificação, Estágio Probatório e Avaliação da Compatibilidade das Atividades com o Cargo para fins de Remoção.</p>	<p>Risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agir de forma pessoal favorecendo servidores, - Não respeitar a ordem de recebimento dos processos, - Não conferir se a documentação está completa. - Faltar com ética na análise de cada processo. <p>Ação Mitigadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar critérios transparentes, objetivos e claros em conformidade com o Plano de Cargos e Carreiras do Inmetro (Lei 11.355/2006; Decreto 8.285/2017) para que a análise seja feita de forma imparcial; - Criação de mecanismos de fiscalização e estimular que os processos sejam periodicamente auditados; - Promover cultura ética e da integridade institucional, do respeito aos preceitos legais e aos princípios da Administração Pública.
<p>Captação de Pessoas</p>	<p>Processo seletivo de estágio/concurso público</p>	<p>Risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agir de forma pessoal favorecendo candidatos durante o processo seletivo, - Não respeitar a ordem de classificação dos candidatos. <p>Ação Mitigadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar critérios transparentes, objetivos e claros em conformidade com a Lei de Estágio nº 11.788/2008 e Lei 8.112/1990; - Criação de mecanismos de fiscalização e estimular que os processos sejam periodicamente auditados; - Promover cultura ética e da integridade institucional, do respeito aos preceitos legais e aos princípios da Administração Pública.
<p>Captação de Pessoas</p>	<p>Elaboração de Termo de Referência para licitação da banca organizadora de concurso público e agente de integração.</p>	<p>Risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agir de forma parcial no momento de confecção do termo de referência <p>Ação Mitigadora:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar critérios transparentes, objetivos e claros em conformidade com a Lei nº 8.112/1990; - Promover cultura ética e da integridade institucional, do respeito aos preceitos legais e transparência aos princípios da Administração Pública.

<p>Captação de Pessoas</p>	<p>Análise do processo de pagamento do Agente de Integração</p>	<p>Risco: - Agir de forma pessoal favorecendo o agente de integração, Não conferir se a documentação está completa, -Faltar com ética na análise do processo. Ação Mitigadora: - Criar critérios transparentes, objetivos e claros em conformidade com a legislação vigente e as normas internas de pagamento; - Criar mecanismos de fiscalização e estimular que os processos sejam constantemente auditados. - Promover cultura ética e da integridade institucional, do respeito aos preceitos legais e transparência aos princípios da Administração Pública.</p>
<p>Gestão de licenças por motivo de saúde</p>	<p>Perícias singulares/ afastamentos de curta duração</p>	<p>Risco: a) Atuar com desvio de finalidade, agindo de forma pessoal favorecendo ou prejudicando servidores; b) Não conferir a documentação apresentada; c) Faltar com ética no processo. Ação Mitigadora: a) Estabelecer termo de conduta e responsabilidade para o profissional que atua no Sesao com base no código de ética e princípios do Sias; b) Estabelecer auditorias periódicas por amostragem no processo)</p>
<p>Pareceres e laudos(segurança do trabalho)</p>	<p>1. Concessão de adicionais ocupacionais 2. Análise de processos de solicitação de aposentadoria especial dos servidores 3. Assessoramento técnico (RJ, Surgo e Surs)</p>	<p>Risco: a) Atuar com desvio de finalidade, agindo de forma pessoal favorecendo ou prejudicando servidores; b) Não conferir a documentação apresentada; c) Faltar com ética no processo. Ação Mitigadora: a) Estabelecer termo de conduta e responsabilidade para o profissional que atua no Sesao com base no código de ética e princípios do Sias; b) Estabelecer auditorias periódicas por amostragem no processo)</p>
<p>Concessão e gestão da assistência a saúde suplementar (GEAP)</p>	<p>1. Atendimento aos beneficiários 2. Conferência de valores para repasse à Geap 3. Atualização de dados de servidores no Siape</p>	<p>Risco: a) Atuar com desvio de finalidade, agindo de forma pessoal favorecendo ou prejudicando servidores; b) Não conferir a documentação apresentada; c) Faltar com ética no processo. Ação Mitigadora: a) Estabelecer termo de conduta e responsabilidade para o profissional que atua no Sesao com base no código de ética; b) Estabelecer auditorias periódicas por amostragem no processo)</p>

Exames admissionais	<p>1. Interação com Ministério da Saúde</p> <p>2. Realização do exame admissional</p>	<p>Risco: Agir de forma pessoal favorecendo ou prejudicando candidatos durante o exame</p> <p>Ação Mitigadora:</p> <p>a) Estabelecer termo de conduta e responsabilidade para o profissional que atua no Sesao com base no código de ética e princípios do Siass;</p> <p>b) Orientar e responsabilizar os candidatos quanto às informações apresentadas</p>
Realização de exames periódicos	<p>1. Consolidação dos riscos ocupacionais e a periodicidade de repetição</p> <p>2. Definição de exames gerais e específicos</p> <p>3. Realização dos exames e emissão do ASO</p>	<p>Risco:</p> <p>a) Atuar com desvio de finalidade, agindo de forma pessoal favorecendo ou prejudicando servidores;</p> <p>b) Não conferir os exames realizados;</p> <p>c) Faltar com ética no processo.</p> <p>Ação Mitigadora: Estabelecer termo de conduta e responsabilidade para o profissional que atua no Sesao com base no código de ética e princípios do Siass.</p>
Atendimentos	<p>1. Atendimentos em Saúde (Serviço Social, Saúde Mental, Orientações diversas, remoções)</p>	<p>Risco:</p> <p>a) Atuar com desvio de finalidade, agindo de forma pessoal favorecendo ou prejudicando servidores;</p> <p>b) Faltar com ética no processo.</p> <p>Ação Mitigadora: atuar de acordo com critérios transparentes, objetivos e claros em conformidade com a legislação e normativos internos.</p>
Gerenciamento de riscos de acidentes de trabalho	<p>Investigação de acidentes de trabalho, com emissão de relatório</p>	<p>Risco: em caso de colaboradores, a empresa contratante não emitir e enviar a CAT</p> <p>Ação Mitigadora:</p> <p>a) Adotar fluxo formal de solicitação;</p> <p>b) Manter registro e controle de acidentes atualizados</p>
Aquisição de bens e serviços	<p>1. Processo de compra - Equipe de saúde, EPI, Extintores, Exames Periódicos, Programas de Promoção à saúde, etc.</p> <p>2. Fiscalização de Contratos</p>	<p>Risco:</p> <p>a) Atuar com desvio de finalidade, agindo de forma pessoal favorecendo ou prejudicando servidores e/ou unidades organizacionais em detrimento de outros(as);</p> <p>b) Faltar com ética no processo</p> <p>Ação Mitigadora:</p> <p>a) adotar ferramentas de mapeamento de demandas e planejamento de ações;</p> <p>b) Estabelecer termo de conduta e responsabilidade para o profissional que atua no Sesao com base no código de ética e princípios do Siass.</p>

Indicadores gerenciais sobre gestão de pessoas

Promoção e Progressão - Em 2017 foram deferidas 400 progressões e 71 promoções. Como já informado nos relatórios dos anos anteriores, em 2014 houve a publicação do Decreto 8.285 em 03 de julho de 2014, regulamentando o processo de promoção e trazendo novas diretrizes para o processo de progressão no Inmetro. Isso fez com que o número de promoções passasse a ser representativo nos últimos anos.

Os resultados destes dois processos, que são interligados, foram influenciados pelo passivo de servidores que passaram a fazer jus à promoção após a publicação do Decreto Nº 8.285/2014. O segundo semestre de 2014 e o ano de 2015 foram considerados um período de transição para os novos moldes inaugurados por este Decreto. Nota-se que, em 2017 houve uma queda significativa das promoções, principalmente nos cargos de nível superior (analista e pesquisador), tendo em vista que parte dos servidores que promoveram nos anos anteriores atingiram o topo da carreira.

Pela falta de um sistema informatizado e pelas peculiaridades das regras instituídas pelo Decreto supracitado, os processos de promoção e progressão funcional não ocorrem de forma automatizada, havendo a necessidade de serem motivados seja pelo próprio servidor, seja pela área de gestão de pessoas para serem iniciados.

Processo de Progressão Deferidos – Evolução

Processo de Progressão	2014	2015	2016	2017
Analista Executivo em Metrologia e Qualidade	74	86	70	99
Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade	8	11	9	24
Pesquisador Tecnologista em Metrologia e Qualidade	253	247	252	201
Técnico em Metrologia e Qualidade	86	82	71	76
Total Geral	421	426	402	400

Fonte: Planilha de controle interna Cogep/Secac – Serviço de Captação e Carreira

Processo de Promoções Deferidos – Evolução

Processo de Promoção	2014	2015	2016	2017
Analista Executivo em Metrologia e Qualidade	50	19	39	14
Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade	0	0	0	4
Pesquisador Tecnologista em Metrologia e Qualidade	178	100	74	35
Técnico em Metrologia e Qualidade	1	8	8	18
Total Geral	229	127	121	71

Fonte: Planilha de controle interna Cogep/Secac – Serviço de Captação e Carreira

Evolução do Processo de Promoção e Progressão

Modalidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Progressões	363	472	556	421	426	402	400
Promoções	0	6	2	229	127	121	71
Total	363	478	558	650	553	523	471

Fonte: Planilha de controle interna Cogep/Secac – Serviço de Captação e Carreira

Remoção: As remoções no Inmetro podem ocorrer entre Diretorias diferentes (Unidades Principais - UP) ou dentro de uma mesma Diretoria (UP). Podem ocorrer de Ofício ou a Pedido do servidor. A solicitação da Remoção passa por uma análise da área de Gestão de Pessoas com o intuito de verificar se as atividades a serem exercidas na Unidade requisitante condizem com o Plano de Carreiras e Cargos do Inmetro e se há algum risco inerente à nova atividade. É uma atividade que atualmente ocorre sob demanda. As remoções entre Diretorias (externas à UP) dependem da aprovação do presidente do Inmetro.

Em 2017, novamente em função de alterações no Regimento Interno do Inmetro, houve impacto nas remoções em função de ajustes nas lotações dos servidores à nova estrutura.

Evolução das Remoções quanto à Motivação

Tipo de Remoção	2012	2013	2014	2015	2016	2017
De ofício	38	65	46	21	45	47
A pedido	31	22	16	17	37	30
TOTAL	69	87	61	38	82	77
De ofício	55%	75%	74%	55%	55%	61%
A pedido	45%	25%	26%	45%	45%	39%

Fonte: Planilha de controle interna Cogep/Secac – Serviço de Captação e Carreira

Evolução das Remoções quanto à Lotação dos Servidores

Tipo de Remoção	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Interna à UP	47	64	39	23	37	52
Externa à UP	22	23	23	15	45	25
TOTAL	69	87	61	38	82	77
Interna à UP	68%	74%	63%	61%	45%	68%
Externa à UP	32%	26%	37%	39%	55%	32%

Fonte: Planilha de controle interna Cogep/Secac – Serviço de Captação e Carreira

Concessão de Retribuição por Titulação (RT) e Gratificação por Qualificação (GQ): Essa atividade ocorre sob demanda, a partir do momento em que o servidor completa os requisitos necessários para o recebimento da RT (Nível Superior) ou GQ (Nível Intermediário).

Evolução das Gratificações por ano

Tipo de Gratificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Retribuição por titulação	115	74	26	29	20	32	27
Gratificação por qualificação	12	4	54*	15	4	29	1
Total	127	78	80*	44	24	61	28

Fonte: Planilha de controle interna Cogep/Secac – Serviço de Captação e Carreira

* Publicação do Decreto Nº 7.922/2013.

Tipo de Retribuição por Titulação Concedida

Retribuição por titulação	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Aperfeiçoamento/ Especialização	43	44	8	4	1	10	0
Mestrado	48	14	9	17	7	14	18
Doutorado	24	16	9	8	12	8	9
Total	115*	74*	26	29	20	32*	27
Aperfeiçoamento	13%	39%	31%	3%	5%	3%	0%
Especialização	24%	20%	0%	10%	0%	28%	0%
Mestrado	42%	19%	35%	59%	35%	44%	67%
Doutorado	21%	22%	35%	28%	60%	25%	33%

Fonte: Planilha de controle interna Cogep/Secac – Serviço de Captação e Carreira

*Impacto do ingresso de novos servidores com titulação através de concurso público

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro XXVII - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2017	12	O	15	482840000138	05/06/2017	04/06/2018			39	39			A
2017	11	O	9	5058935000142	03/04/2017	03/04/2018			2	2	1	1	A
2017	11	O	10	7213179000104	03/04/2017	03/04/2018			12	12	16	16	A
2017	11	O	11	8247960000162	03/04/2017	03/04/2018	2	2	9	9	30	30	A
2017	11	O	22	7213179000104	02/12/2017	01/12/2018	3	3	10	10	2	2	A
2017	9	O	17	9274298000100	08/06/2017	07/06/2018			4	4			A
2017	9	O	6	11677983000111	23/01/2017	indeterm.	4	4					A
2017	9	O	8	5058935000142	13/02/2017	13/08/2017	5	0					E
2017	9	O	7	12978986000158	22/05/2017	13/07/2018	75	75	12	12			P
2017	9	O	8	5703030000188	26/05/2017	25/05/2018	0	54	0	2			A
2017	9	O	9	40447088000109	01/06/2017	31/05/2018			22	19	1	2	A
2017	5	O	15	8491163000126	26/06/2017	25/06/2018			7	7	7	7	A
2017	2	O	20	7213179000104	01/12/2017	01/12/2018			11	11			A
2017	2	O	21	7213179000104	01/12/2017	01/12/2018			2	2			A
2016	11	O	10	482840000138	08/08/2016	07/08/2018		5	115	148	109	68	P
2016	11	O	21	87671384000152	30/12/2016	30/12/2018			39	39	9	9	P
2016	9	O	9	7056444000197	14/07/2016	14/07/2017	85	0	1	0			E
2016	9	O	5	19836922000161	02/01/2017	02/01/2019	1	1					P
2016	2	O	23	4970088000125	26/01/2016	25/01/2019			2	2			P
2016	1	O	11	3324949000135	05/10/2016	04/10/2018	92	13		79			P
2015	12	O	43	7454361000157	01/07/2015	30/04/2018	4			3			P
2015	12	O	100	87252938000187	27/11/2015	26/11/2018	5	9	4				P
2015	12	O	3	12441717000158	02/03/2015	02/03/2019	1	1					P

2015	2	O	34	15667913000133	03/11/2016	02/11/2018		15	14				P
2014	12	O	28	1436782000179	01/10/2014	30/09/2018			8	6		3	P
2014	11	O	7	11824188000109	21/03/2014	21/03/2017					21	0	E
2014	11	O	7	11824188000109	21/03/2014	21/03/2017			21	0			E
2014	11	O	10	15718607000189	19/08/2016	18/08/2018	1	1					P
2014	9	O	6	16099194000326	17/02/2014	16/02/2018			4	15	8		P
2014	8	O	24	16099194000164	18/08/2014	17/08/2018	47	39	16	10	1	1	P
2014	3	O	2	3684068000125	21/03/2014	21/03/2018					2	2	P
2014	3	O	1	473342000129	03/02/2014	03/02/2019					3	3	P
2014	1	O	12	3994920000160	23/03/2014	22/03/2019			12	18			P
2014	1	O	11	1863518000111	07/09/2014	07/09/2018	11	11					P
2013	12	O	1	97130207000112	01/03/2013	28/02/2017			35	0			E
2013	12	O	13	97130207000112	01/03/2013	28/02/2017			49	0			E
2013	3	O	51	94823408000107	04/07/2013	03/07/2018		1	5	4			P
2012	9	O	30	5703030000188	15/02/2012	14/02/2017	58	0	2	0			E
2012	3	O	220	5773964000196	04/12/2012	03/06/2018			4		23	22	P
2011	11	O	20	5942279000146	03/10/2011	01/04/2017			4	0			E
2011	11	O	37	87671384000152	04/10/2011	03/01/2017			48	0	11	0	E
2011	9	O	31	6308467000180	28/12/2011	28/12/2016	5	0					E

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Estágio

A contratação de estagiários no Inmetro segue a linha definida na lei 11.788/2008 que preconiza que o “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos (...)”. Há normativos internos para seleção dos estagiários e para gestão do programa como um todo. Atualmente o Inmetro conta com o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) como agente de integração. Cabe ressaltar que no ano de 2016, devido aos cortes orçamentários determinados pelo Governo Federal, não foram realizados processos seletivos para o ingresso de estagiários. Este fato reduziu significativamente a quantidade de vagas de estágio ocupadas no Inmetro e o montante de investimento nesta ação.

No do ano de 2017, ocorreu o ingresso de 19 estagiários do curso Técnico em Metrologia e Biotecnologia para realização do estágio obrigatório no Inmetro. É importante destacar que, as vagas do estágio obrigatório são oriundas de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Inmetro e a Secretaria Estadual de Educação-RJ.

Entretanto, também no ano de 2017 houve deliberação favorável a respeito da realização de processo seletivo para contratação de estagiários, sendo que 75 oportunidades foram preenchidas para estágio não obrigatório.

Diante do exposto, segue abaixo o quantitativo de estagiários ativos no ano de 2017.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	8	46	50	50	R\$ 245.374,49
1.1 Área Fim	7	28	28	26	R\$ 141.520,89
1.2 Área Meio	1	18	22	24	R\$ 103.853,60
2. Nível Médio	20	41	44	44	R\$ 103.608,92
2.1 Área Fim	19	28	28	28	R\$ 60.743,68
2.2 Área Meio	1	13	16	16	R\$ 42.865,24
3. Total (1+2)	28	87	94	94	R\$ 348.983,41

Fonte: Planilha de controle interna Cogep/Secac – Serviço de Captação e Carreira

Importante mencionar que o programa de estágio do Inmetro representa uma forma de inserção de jovens no mercado de trabalho, não só da região de Duque de Caxias, como também, de cidades próximas, como Petrópolis. Entende-se que o programa cumpre um papel social. Pelo gráfico “Despesa no Exercício”, nota-se considerável aumento no investimento realizado nesta ação ao se comparar com o ano de 2016.

Despesa no Exercício sobre o programa de estágio

Ano	2014	2015	2016	2017
Total Despesa	1.037.132,82	798.969,07	224.849,65	348.983,41

Cabe salientar que também foi realizado trimestralmente o acompanhamento de estágio, com palestras e atividades de desenvolvimento. Estas ações foram desenvolvidas pelo Inmetro em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Aliado a isso, os estagiários e seus supervisores preenchem relatórios periódicos de avaliação do estágio para que o acompanhamento da evolução do estágio no Inmetro seja constante.

Além dos dados solicitados, a área de Gestão de Pessoas busca identificar os motivos de desligamento dos estagiários como um dos insumos para monitorar o desempenho e a

atratividade do programa. Dentre os que se desligam, grande parte é devido à formatura e pelo próprio término da vigência do termo de compromisso.

Quantitativo de Estagiários desligados	
1° trimestre	8
2° trimestre	0
3° trimestre	0
4° trimestre	24
TOTAL	32

Irregularidades na Área de Pessoal

Aos resultados consolidados pela Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro em seu Relatório de Auditoria Anual de Contas n°201700440, no ano de 2016, sobre a prestação de contas apresentada pelo Inmetro, quanto a avaliação da gestão de recursos humanos em subitem 2.3, no que tange à medidas de prevenção ao nepotismo, em 2016, a Cogep instituiu termo para análise de vínculos familiares entre seus agentes públicos federais, tornando-se documento obrigatório no ato de posse, nos moldes de declaração For-Diraf-301, publicado em Janeiro de 2018. Tal documento, uma vez analisado visa prevenir e/ou corrigir eventuais desvios que possam ser identificados.

Em que pese ao planejamento de reposição de seu quadro funcional efetivo, principalmente tratando-se pelo envelhecimento de seu quadro de servidores, assim também apontado em relatório CGU, a Cogep toma ações anuais de solicitação de abertura de concurso público junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, ficando a cargo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sua efetiva autorização, não concedida desde último concurso Inmetro no ano de 2014.

Às demais avaliações, descritas de forma exaustiva, quanto à contratação de prestação de serviços terceirizados, em que pese a celebração do TAC n.º 183/2012 junto ao Ministério de Trabalho, temos a informar que a Cogep não possui o gerenciamento contratual/fiscalizador da referida prestação de serviços, cabendo informações pelas áreas delegadas, subordinadas à Diretoria de Administração e Finanças do Inmetro.

5.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

A estrutura para a gestão e o controle de bens do acervo patrimonial do Inmetro é estabelecida pela Diretoria de Administração e Finanças do Inmetro, sendo constituída pelo(a):

- Controle de bens móveis;
- Controle de bens imóveis;
- Inventário de bens patrimoniais;
- Auditoria Patrimonial nos Órgãos da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro (RBMLQ-I).

O acervo patrimonial do Inmetro inclui os bens adquiridos com recursos financeiros decorrentes do convênio de atividades delegadas na área de metrologia legal e de avaliação da conformidade entre o Inmetro e os Institutos de Pesos e Medidas. Os Estados de GO e RS são assistidos pelas Superintendências do Inmetro e o DF por uma das regionais localizadas em Brasília.

A gestão patrimonial é conduzida pela Divisão de Logística de Bens da Diretoria de Administração e Finanças do Inmetro por meio do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais Móveis (SISPATRI) e por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet). A Divisão mantém em seus arquivos toda a documentação que possa comprovar os dados dos bens imóveis do Inmetro inseridos no SPIUNet e dos bens móveis inseridos no SISPATRI.

5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro XXVIII - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017
BRASIL	AC	1	1
	RIO BRANCO	1	1
	AP	1	1
	MACAPÁ	1	1
	BA	4	4
	FEIRA DE SANTANA	1	1
	ITABUNA	1	1
	SALVADOR	1	1
	SIMOES FILHO	1	1
	CE	2	2
	MUCURIBE	1	1
	FORTALEZA	1	1
	GO	3	3
	ANÁPOLIS	1	1
	GOIANIA	1	1
	SENADOR CANEDO	1	1
	ES	2	2
	LINHARES	1	1
	VITÓRIA	1	1
	MA	1	1
	SÃO LUIS	1	1
	MG	7	7
	BELO HORIZONTE	1	1
	ARAGUARI	1	1
	CONTAGEM	1	1
	GOVERNADOR VALADARES	1	1
	JUIZ DE FORA	1	1
	UBERLÂNDIA	1	1

VARGINHA	1	1
MT	1	1
CUIABÁ	1	1
MS	3	3
CAMPO GRANDE SÃO MARTINHO	1	1
CAMPO GRANDE JARDIM AMERICA	1	1
CAMPO GRANDE JARDIM AMERICA 2	1	1
PI	2	2
PARNAÍBA	1	1
TERESINA	1	1
PB	2	2
MANGABEIRA	1	1
JAGUARIBE	1	1
PA	2	2
ANANINDEUA	1	1
BELEM	1	1
PE	2	2
CURADO	1	1
RECIFE	1	1
PR	4	4
ARAUCÁRIA	1	1
CURITIBA	1	1
CURITIBA	1	1
MARINGÁ	1	1
RN	3	3
NATAL	1	1
MACAÍBA	1	1
MOSSORÓ	1	1
RJ	1	1
XERÉM	1	1
RS	16	16
PELOTAS	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
PORTO ALEGRE - CENTRO	1	1
SANTA MARIA	1	1

	SANTO ANGÉLO	1	1
	SANTO ANGÉLO	1	1
	PASSO FUNDO	1	1
	PASSO FUNDO	1	1
	SP	6	6
	ARAÇATUBA	1	1
	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1	1
	SÃO PAULO - CENTRO	1	1
	SÃO PAULO - CENTRO	1	1
	SÃO PAULO - CENTRO	1	1
	SÃO PAULO - CENTRO	1	1
	SC	2	2
	ITAJAÍ	1	1
	SÃO JOSÉ	1	1
	RR	2	2
	BOA VISTA	1	1
	BOA VISTA	1	1
	Subtotal Brasil	67	67
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1		
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	67	67

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - Spiunet

Quadro XXIX - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
183023AC	139003825002	4	3	14.652,62	7/11/2016	1.267.854,60	0,00	0,00
183023AP	0601000695005	13	3	2.727.739,38	7/11/2016	21.470.452,21	0,00	0,00
183023BA	3515000945001	13	3	197.464,14	25/10/2016	8.862.743,90	0,00	987,50
183023BA	3597000295001	3	3	75.948,03	7/11/2016	1.582.621,05	0,00	987,50
183023BA	3849006935001	21	3	291.975,65	7/11/2016	3.129.749,03	0,00	987,50
183023BA	3913000275005	21	3	2.221.480,18	7/11/2016	8.591.596,37	0,00	987,50
183023CE	1389003875004	21	3	1.290.693,13	7/11/2016	29.227.691,51	0,00	48.424,00
183023CE	1389003885000	3	3	361.970,72	7/11/2016	9.699.305,31	0,00	48.424,00
183023GO	9221000275004	21	3	298.726,83	7/11/2016	2.104.804,08	0,00	0,00
183023GO	9373002235009	5	3	853.421,65	7/11/2016	20.159.959,37	0,00	0,00
183023GO	9753000055004	5	3	121.072,71	7/11/2016	15.253.954,14	0,00	0,00
183023MA	921005055008	13	3	567.678,12	7/11/2016	2.226.989,48	0,00	35.140,20
183023MG	4069000115001	5	3	33.867,10	7/11/2016	2.540.046,60	0,00	4.512,71
183023MG	4371000085006	21	3	913.425,17	7/11/2016	36.645.198,08	0,00	4.512,71
183023MG	4553000965000	21	3	32.880,55	7/11/2016	249.480,00	0,00	4.512,71
183023MG	4733000635009	5	3	546.662,91	7/11/2016	20.816.454,75	0,00	4.512,71
183023MG	5403002535006	21	3	939.123,56	7/11/2016	81.201.532,91	0,00	4.512,71
183023MG	5413000145003	5	3	64.783,55	7/11/2016	1.079.491,14	0,00	4.512,71
183023MS	9051001665000	5	3	2.022,00	7/11/2016	453.059,18	0,00	4.512,71
183023MS	9051001695006	21	3	131.261,97	7/11/2016	294.757,84	0,00	74,93
183023MS	9051003005007	5	3	436.595,28	7/11/2016	6.425.465,41	0,00	74,93
183023MT	9067002945002	5	3	231.815,78	7/11/2016	14.769.724,03	0,00	74,93
183023MG	4123004155006	21	3	133.638,81	7/11/2016	3.178.586,64	0,00	70.230,50

183023PA	415000215000	5	3	84.826,34	7/11/2016	71.886.797,85	0,00	184,50
183023PA	427007525009	3	3	1.534.425,69	7/11/2016	29.054.622,65	0,00	184,50
183023PI	1153000775005	21	3	40.004,67	7/11/2016	1.649.444,63	0,00	0,00
183023PI	1219001605002	21	3	1.331.697,63	7/11/2016	5.466.326,32	0,00	0,00
183023PB	2051002375007	3	3	2.073.407,78	7/11/2016	303.613.582,91	0,00	730,00
183023PE	2531007775000	3	3	3.790.220,60	7/11/2016	37.371.621,95	0,00	730,00
183023ES	5663000445006	21	3	47.512,40	7/11/2016	1.007.449,05	0,00	9.561,26
183023ES	5705002215007	21	3	1.449.921,64	7/11/2016	22.389.340,52	0,00	9.561,26
183023PR	7535002865001	21	3	644.670,15	4/11/2016	12.159.766,96	0,00	2.377,49
183023PR	7535004425009	21	3	258.660,33	4/11/2016	3.807.170,64	0,00	2.377,49
183023PR	7691000395005	5	3	71.717,15	4/11/2016	4.627.148,47	0,00	4.067,76
183023PR	7435000075007	21	3	378.843,63	4/11/2016	21.097.923,00	0,00	4.067,76
183023PB	2051001085005	21	3	1.524.848,69	4/11/2016	18.712.285,32	0,00	4.067,76
183023PE	2531007325005	3	3	24.975.788,00	4/11/2016	693.188.005,00	0,00	4.067,76
183023RN	1741000285002	21	3	345.254,78	4/11/2016	9.124.500,00	0,00	1.966,67
183023RN	1761003185003	21	3	337.311,52	4/11/2016	726.548,46	0,00	1.966,67
183023RJ	583300485009	13	3	6.360.566.546,76	4/11/2016	6.382.488.047,64	0,00	1.966,67
183023RS	8791000555004	21	3	196.970,15	4/11/2016	651.615,57	0,00	0,00
183023RS	8801004135000	21	3	327.928,69	4/11/2016	4.743.953,07	0,00	719,23
183023RS	8801005435008	21	3	93.161,57	4/11/2016	1.893.135,07	0,00	719,23
183023RS	8801005735001	21	3	823.208,42	4/11/2016	14.585.422,85	0,00	719,23
183023RS	8801005855007	21	3	920.666,41	4/11/2016	3.149.498,37	0,00	719,23
183023RS	8801006065000	21	3	414.749,80	4/11/2016	2.910.262,38	0,00	719,23
183023RS	8801006145003	21	3	78.458,47	4/11/2016	462.381,15	0,00	719,23
183023RS	8841003075003	21	3	186.323,12	4/11/2016	6.620.333,40	0,00	719,23
183023RS	8853000635001	21	3	1.239.000,00	4/11/2016	1.650.342,99	0,00	719,23
183023RS	8853000655002	21	3	204.750,00	4/11/2016	445.055,33	0,00	719,23
183023RS	8801008525008	21	3	526.400,00	7/11/2016	1.872.171,84	0,00	719,23

183023RS	8801008775004	21	3	1.900.000,00	7/11/2016	6.892.310,04	0,00	719,23
183023RS	8801008755003	21	3	650.000,00	7/11/2016	1.509.816,00	0,00	719,23
183023RS	8801008545009	21	3	273.600,00	7/11/2016	1.509.816,00	0,00	719,23
183023RS	8785000895005	21	3	535.000,00	7/11/2016	2.654.400,00	0,00	719,23
183023RS	878500875004	21	3	535.000,00	7/11/2016	2.654.400,00	0,00	719,23
183023RN	1759001115006	21	3	203.544,00	7/11/2016	7.352.721,68	0,00	719,23
183023RR	301004295002	21	3	122.100,00	7/11/2016	4.995.600,00	0,00	0,00
183023RR	301004315003	21	3	111.000,00	7/11/2016	4.995.600,00	0,00	0,00
183023SP	6155000075007	21	3	100.880,13	7/11/2016	1.486.830,41	0,00	70.448,69
183023SP	7097000205002	21	3	1.677.035,94	7/11/2016	22.630.381,35	0,00	70.448,69
183023SP	7107005695009	21	3	4.658.077,99	7/11/2016	7.096.473,00	0,00	70.448,69
183023SP	7107007885000	21	3	526.088,81	7/11/2016	4.964.468,61	0,00	70.448,69
183023SP	7107007925001	21	3	408.266,84	7/11/2016	3.986.850,00	0,00	70.448,69
183023SP	7107007905000	21	3	408.266,84	7/11/2016	4.050.639,60	0,00	70.448,69
183023SC	8161000545009	4	3	510.237,99	7/11/2016	2.873.618,54	0,00	18.077,29
183023SC	8327000665007	21	3	4.391.681,97	7/11/2016	6.184.637,07	0,00	18.077,29
Total				6.433.966.954,74		8.034.424.833,32	0,00	756.214,41
Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET								

5.2.2 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Quadro XXX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017
BRASIL	AL	1	1
	Arapiraca	1	1
	CE	3	3
	Sobral	1	1
	Caucaia	1	1
	Juazeiro do Norte	1	1
	MT	1	1
	Cuiabá	1	1
	MG	11	11
	Caratinga	1	1
	Patos de Minas	1	1
	Montes Claros	1	1
	Divinópolis	1	1
	Contagem	1	1
	Governador Valadares	1	1
	Juiz de Fora	1	1
	Pouso Alegre	1	1
	Uberaba	1	1
	Passos	1	1
	Curvelo	1	1
	RJ	4	4
	Rio Comprido	0	0
	Petrópolis	1	1
	Friburgo	1	1
	Volta Redonda	1	1
	Centro – RJ	1	1
	PB	1	1
	Campina Grande	1	1
	PA	1	1
	Santarem	1	1
	PR	2	2
	Curitiba	1	1
	Guarapuava	1	1
RS	4	4	
Passo Fundo	1	1	

	Cachoeira do Sul	1	1
	Santo Ângelo	1	1
	Caxias do Sul	1	1
	SC	3	3
	Tubarão	1	1
	Joinville	1	1
	Chapecó	1	1
	PE	1	1
	Caruaru	1	1
	TO	1	1
	Palmas	1	1
	SP	12	12
	São Paulo	1	1
	São Paulo	1	1
	São Paulo	1	1
	São Paulo	1	1
	São Paulo	1	1
	Guarulhos	1	1
	Santos	1	1
	Santo André	1	1
	Ribeirão Preto	1	1
	Presidente Prudente	1	1
	Marília	1	1
	Araraquara	1	1
	Subtotal Brasil	45	45
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	45	45

Quadro XXXI - Custos com Locação e Manutenção de Imóveis Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		CUSTOS COM LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017
BRASIL	AL	1	1
	Arapiraca	7.910,30	7.910,30
	CE	3	3
	Sobral	30.000,00	30.000,00
	Caucaia	6.000,00	6.000,00
	Juazeiro do Norte	33.000,00	33.000,00
	MT	1	1
	Cuiabá	86.505,36	86.505,36
	MG	11	11
	Caratinga	13.800,00	13.800,00
	Patos de Minas	15.600,00	15.600,00
	Montes Claros	43.200,00	43.200,00
	Divinópolis	33.954,18	33.954,18
	Contagem	47.331,67	47.331,67
	Governador Valadares	36.279,58	36.279,58
	Juiz de Fora	86.754,00	86.754,00
	Pouso Alegre	29.840,16	29.840,16
	Uberaba	48.000,00	48.000,00
	Passos	34.526,76	34.526,76
	Curvelo	36.000,00	36.000,00
	RN	0	0
	Natal	0,00	0,00
	RJ	4	4
	Itaipava	354.749,40	354.749,40
	Volta Redonda	151.739,76	151.739,76
	Friburgo	210.910,00	210.910,00
	Centro - RJ	540.000,00	540.000,00
	PB	1	1
	Campina Grande	25.800,00	25.800,00
	PA	1	1
	Santarem	54.000,00	54.000,00
	PR	2	2
	Curitiba	92.400,00	92.400,00
Guarapuava	28.836,00	28.836,00	
RS	4	4	
Uruguaiana	0,00	0,00	
Passo Fundo	54.343,32	54.343,32	
Cachoeira do Sul	27.267,12	27.267,12	

	Santo Ângelo	24.224,04	24.224,04
	Caxias do Sul	128.731,08	128.731,08
	SC	3	3
	Tubarão	66.000,00	66.000,00
	Joinville	69.796,32	69.796,32
	Chapecó	87.000,00	87.000,00
	PE	1	1
	Caruaru	9.360,00	9.360,00
	TO	1	1
	Palmas	360.000,00	360.000,00
	SP	12	12
	São Paulo - Rua Secundino Domingues	264.148,28	264.148,28
	São Paulo - Butantã	97.200,00	97.200,00
	Sorocaba	118.800,00	118.800,00
	São Paulo - Paulínia	121.368,00	121.368,00
	São Paulo - Vila Gumercindo	220.800,00	220.800,00
	Guarulhos	342.521,52	342.521,52
	Santos	81.600,00	81.600,00
	Santo André	53.424,00	53.424,00
	Ribeirão Preto	77.300,52	77.300,52
	Presidente Prudente	23.985,24	23.985,24
	Marília	66.000,00	66.000,00
	Jabaquara	0,00	0,00
	Araraquara	24.779,76	24.779,76
	Piracicaba	51.600,00	51.600,00
	Subtotal Brasil	4.417.431,37	4.417.431,37
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	4.417.431,37	4.417.431,37

5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

5.3.1 Principais aspectos da gestão de TI

a) Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI):

Em 11 de dezembro de 2017, através de portaria nº 351, do Presidente do Inmetro, e de acordo com a Instrução Normativa nº 4, de 11 de Setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, tornou pública a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, do Inmetro, para os períodos de 2017-2018, realizado pela Coordenação de Tecnologia da Informação do Inmetro.

Em consonância com o art. 2º, o PDTI poderá ser revisto, sempre que necessário a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinente. A íntegra do documento encontra-se disponível para consulta via internet no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/gestao/tecnologia_informacao.asp.

A portaria entrou em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando-se as disposições em contrário. O PDTI apresenta os principais projetos e métricas de TI para resultados do biênio 2017-2018.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas:

Em 22 de janeiro de 2016 foi publicada a Portaria nº 39, com o objetivo de “Formalizar Comitê Gestor de TI”. Este comitê, composto por 4 servidores da área de TI e 16 servidores de áreas clientes, atuou definindo algumas ações com o objetivo de reorganizar a TI do Inmetro. Como resultados principais espera-se um incremento positivo dos níveis de serviço, a otimização dos processos, segurança de dados/informações e a redução de custos.

Dentre as principais decisões a serem executadas no médio/longo prazos, destacam-se na planilha a seguir os resultados do ano:

AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – CTINF		
Plano	Unidades responsáveis	Ações
1. Propor e implementar novos processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas. Os produtos desses processos deverão ser objeto de controle de qualidade (QA). Esses processos e o controle de qualidade já deverão estar presentes nos Termos de Referência das próximas contratações.	Ctinf	Não foi realizado em função de indisponibilidade de recursos humanos e novas diretrizes no PDTI 2017-2018.
2. Apresentar Plano (análise de viabilidade técnica, análise de recursos, cronograma de atividades e custos) para a realocação de sistemas e equipamentos da unidade do RS para a unidade do RJ.	Ctinf e SurrS	Não foi realizado. Em 2017 foi adquirida nova ferramenta de storage que aumenta a capacidade de armazenamento de dados no Rio de Janeiro.
3. Apresentar Plano (análise de viabilidade técnica, análise de recursos, cronograma de atividades e custos) para a realocação de sistemas e equipamentos do IPEM-SP para a unidade do RJ. Responsabilidade.	Ctinf e IpeM-SP	Não foi realizado.
4. Iniciar a negociação centralizada de licenças Oracle.	Ctinf, SurrS e IpeM-SP	A SurrS manteve contrato iniciado em 15/01/2016 e que se encerrou em 28/08/2016. O Contrato 2/2017 foi assinado em 19/01/2017 e publicado em 20/01/2017 e se encontra em vigor.
5. Apresentar Plano (análise de viabilidade técnica, análise de recursos, cronograma de atividades e custos) para a implantação de um Centro de Dados em Xerém.	Ctinf	Processo SEI aberto com as informações: 0052600.106173/2017-21
6. Revisar, junto com as áreas clientes, os sistemas em produção ou em desenvolvimento - adequação, uso e qualidade – objetivando estabelecimento de prioridades na manutenção/desenvolvimento e outras ações necessárias.	Ctinf e demais áreas do Inmetro	Foi identificado que grande número de sistemas legados necessita de substituição, por estar em tecnologia defasada e não atender plenamente ao cliente. Em função de dificuldades de contratação, não havia equipe terceirizada no Inmetro a partir de junho de 2016 (o número de servidores na Ctinf é insuficiente para o desenvolvimento e manutenção dos 56 sistemas). Sendo assim, o serviço de manutenção evolutiva foi suspenso e ainda não foi retomado por falta de recurso e priorização dos mesmos. Somente incidentes urgentes estão sendo tratados, bem como a finalização de evoluções que estavam em andamento na interrupção dos serviços e as priorizações do presidente e do coordenador. Dentre as priorizações do presidente, em 06/07/17 foi criada pela portaria Inmetro 187 a comissão de trabalho para “centralização das atividades de controle e arrecadação das áreas finalísticas do Inmetro” e um dos problemas a serem tratados por essa comissão é a diversidade de canais de entrada para clientes externos e impossibilidade de rastreamento e de acompanhamento das solicitações. Atualmente, alguns serviços são solicitados por e-mail, telefone, carta e outros através de processos automatizados no Orquestra. O cliente que solicita serviços por e-mail ou telefone não consegue saber em que etapa a solicitação se encontra. Já o Inmetro não consegue acompanhar os prazos das tarefas e de toda a solicitação. Também fica prejudicado o controle quantitativo de demandas. Neste intuito, foi definida pelo grupo a diretriz para uniformizar e automatizar no orquestra os processos de serviços que estão sendo solicitados de outra forma. As diretorias Dimci, Dimel, Cgcre e Dconf, através dos

		integrantes do grupo, enviaram para a Ctinf seus processos de negócio que são solicitados por cliente externo (cidadão ou empresa) para que fosse estimado o esforço.
AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – CTINF		
Plano	Unidades responsáveis	Ações
7. Implantar o ambiente Oracle (Weblogic, SOA e BPM) nas instalações do RJ. Priorizar a instalação de homologação do Projeto Acredita.	Ctinf e SurrS	Não foi realizado.
8. Propor os procedimentos para a documentação dos sistemas legados e revisar os procedimentos de documentação existentes. Prioridade para o Sistema SGI.	Ctinf	Não houve encaminhamento de proposta de procedimentos encaminhada ou alinhada com a SurrS em 2017.
9. Apresentar a proposta de modelo de governança para a TI do Inmetro e da RBMLQ-I, que incluía a criação do Comitê de Tecnologia da Informação – organismo permanente do Inmetro, para estabelecer um alto nível de governança em TI. Sua composição e atribuições deverão ser definidas.	Presidência e Ctinf	<p>No dia 16 de janeiro de 2018 foi publicada a Portaria no 5 do Comitê de TI, com as seguintes funções:</p> <p>I – acompanhar a formulação de propostas de políticas, objetivos, estratégias, investimentos e prioridades de tecnologia da informação e de serviços digitais;</p> <p>II – acompanhar critérios de priorização corporativa de atendimento às demandas inerentes a tecnologia da informação e serviços digitais;</p> <p>III – examinar as demandas inerentes a tecnologia da informação e serviços digitais e formular proposta de priorização corporativa com base em critérios técnicos e objetivos;</p> <p>IV – formular e apresentar à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação proposta de necessidades de TI e metas para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação;</p> <p>V – acompanhar e avaliar, sistematicamente, a implementação da Governança de Tecnologia da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e a execução orçamentária, bem assim a situação de gestão, uso e resultados inerentes a tecnologia da informação e serviços digitais no âmbito do Inmetro;</p> <p>VI – promover a publicidade e transparência das iniciativas, alocação de recursos, investimentos e resultados inerentes a tecnologia da informação e serviços digitais;</p> <p>VII – submeter às áreas usuárias de TI do Inmetro matérias inerentes a TI e serviços digitais que requeiram apreciação ou manifestação daquelas;</p> <p>VIII – classificar as informações constantes dos planos inerentes à tecnologia da informação;</p> <p>IX – requerer às unidades do Inmetro informações que considerar necessárias à realização de atividades do CGTI;</p> <p>X – expedir portaria, ordem de serviço e manifestação na respectiva área de atuação, bem como praticar demais atos administrativos necessários ao funcionamento ou exercício das competências do CGTI; e</p> <p>XI – desenvolver outras atividades inerentes à finalidade do Comitê.</p> <p>Parágrafo único. Os planos de que trata este artigo serão publicados no Portal Inmetro, respeitando-se a classificação quanto a confidencialidade das informações.</p>

AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – CTINF		
Plano	Unidades responsáveis	Ações
10. Apresentar proposta e implementar uma nova sistemática de suporte a sistemas, que subsidie a melhora na relação com os clientes e na gestão de demandas de sistemas.	Ctinf	Com a ausência de equipe de apoio a partir de junho de 2016 o serviço de manutenção evolutiva foi suspenso e ainda não foi retomado por falta de recurso e priorização dos mesmos. Somente incidentes urgentes estão sendo tratados, bem como a finalização de evoluções que estavam em andamento na interrupção dos serviços.
11. Propor sistemática de gestão centralizada de aquisição de equipamentos e de contratação de serviços no âmbito do Inmetro e RBMLQ-I.	Ctinf, Cored e Diraf	Será reavaliado no Comitê de TI
12. Para os sistemas legados e novos sistemas, propor e implementar melhorias nos atuais processos de Administração de Dados.	Ctinf	Não foi realizado em função de indisponibilidade de recursos humanos e novas diretrizes no PDTI 2017-2018.
13. Propor e implementar sistemática de controle de licenças de software no âmbito do Inmetro e da RBMLQ-I.	Ctinf e Diraf	Será reavaliado no Comitê de TI
14. Definir padrões gerais de interoperabilidade.	Ctinf	Foi iniciado, porém não foi finalizado por falta de recursos humanos internos ao Inmetro e contratados.
15. Definir padrões de Sistemas, Software Básico, Arquiteturas/Infraestruturas de TI para o Inmetro, suas Superintendências e os órgãos da RBMLQ-I, de acordo com métricas bem definidas para o serviço a serem prestados.	Ctinf e Cored	Foi iniciado, mas não finalizado. Inicialmente o trabalho está sendo feito com sistemas do Inmetro RJ e posteriormente discutiremos com as superintendências. Foi desenvolvido um guia de programação, com as melhores práticas e recomendações, e está sendo adotada a integração contínua para verificar se alterações ou novas funcionalidades não criam defeitos em projetos já existentes, além de: <ul style="list-style-type: none"> • automatizar o processo de mudanças e diminuir a quantidade de falhas humanas, • garantir o controle de versão • implantar testes automatizados • coletar automaticamente métricas para servirem de indicadores da codificação As ferramentas utilizadas são: SVN, jenkins e Sonar. Inicialmente foram abordados os novos projetos e os já desenvolvidos em tecnologia mais recente. Atualmente estamos estudando o que pode ser aplicado para os sistemas legados para posteriormente criar um guia formalizar o conhecimento.
16. Rever processos e práticas para garantir conformidade com o que é estabelecido pelos órgãos de controle para a TI de instituições do governo federal.	Ctinf e Profe	Foi publicado em Portaria nº 351, de 11 de dezembro de 2017 o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2017-2018, disponível no site www.inmetro.gov.br/gestao/pdf/Portaria-351-PDTI-2017-2018.pdf
17. Propor e implementar uma política de Segurança de Dados/Informações.	Ctinf	http://www.inmetro.gov.br/gestao/pdf/posic-inmetro-2015.pdf Revisão até Dezembro/18. Com a aquisição (em andamento) da nova solução de firewall teremos mudanças na infraestrutura que impactarão na política atual.

AÇÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – CTINF		
Plano	Unidades responsáveis	Ações
18. Propor um programa de treinamento para os servidores de TI.	Ctinf	Proposta de treinamento para 2018 para os servidores 1) Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação (GCTI) Curso ENAP EAD sem custos. Aguardar abertura de turma. 2) Introdução à Segurança de Redes Segurança Estimativa: R\$ 1.500,00 / aluno 3) Tratamento de Incidentes de Segurança Estimativa: R\$ 2.000,00 / aluno
19. Rever o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).	Ctinf	Foi publicado em portaria nº 351, de 11 de dezembro de 2017 o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2017-2018 , disponível no site www.inmetro.gov.br/gestao/pdf/Portaria-351-PDTI-2017-2018.pdf . Em 16 de janeiro de 2018 foi publicada a Portaria nº 5 do Comitê de TI

c) Principais Sistemas de Informação:

Sigla/Sistema	Área	Sistema	Tecnologia
SINMAC/ACIDENTE DE CONSUMO	DCONF	Controle de Acidente de Consumo	ASP.NET, framework 4.0, MVC 3, SQL-Server 2000
CADORG	CGCRE	Sistema de Acreditação	Asp 3.0, Javascript, XML, Html, Delphi 5 (para criação dos componentes), CristalReport (para criação dos relatórios)
CONFIN	DIRAF	Consolidador Financeiro	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
CONTAC	DPLAN	Controle de acesso	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Java script e ASP Mail (envio de email).
CREDENCIAMENTO RBC/RBLE	CGCRE	Sistema de Credenciamento RBC/RBLE	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
CUSTOS	DPLAN	Sistema de custos	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR	DCONF	Declaração de Conformidade do Fornecedor	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Java script, ASP Mail (envio de e-mail), SQL Server e T-SQL para elaboração das SPs.
EXTRAÇÃO SIAFI	DPLAN	Sistema de extração do SIAFI	Visual Basic 6.0
MERCOSUL	CAINT	Articulação Internacional - MERCOSUL	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Adobe PDF (geração dos relatórios), Java script e ASP Mail (envio de email).
PLANEST	DPLAN	Sistema de Acompanhamento e Execução do Planejamento Estratégico	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM, Crystal Reports, Java script e ASP Mail (envio de email).
PONTO FOCAL	CAINT	Articulação Internacional - Ponto Focal	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Adobe PDF (geração dos relatórios), Java script e ASP Mail (envio de email).
PONTO FOCAL	CAINT	Alerta Exportador	ASP clássico
PORTAL SBM	DITEC	Inovação	PHP + ASPnet
PORTAL DA INOVAÇÃO	DITEC	Portal da Inovação	Wordpress
PORTAL DO CONSUMIDOR	DCONF	Portal do Consumidor	Asp 3.0, AspNet, Html, Java script e ASP Mail (envio de e-mail), ASP Upload (upload de arquivos).
PORTALRBMLQ	CORED	Portal do Relacionamento RBMLQ-I	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Java script, ASP Mail (envio de email), SQL Server e T-SQL para elaboração das SPs
PRODCERT	DCONF	Produtos Certificados	Html, Asp, JavaScript, Delphi 5.0
RECEITA	CORPORATIVO	Sistema de Receita	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000

Sigla/Sistema	Área	Sistema	Tecnologia
REGISTRO DE OBJETOS	DCONF	Sistema de Consulta de Registros de Objetos	ASP.NET, framework 2.0, SQL-Server 2000
SAC	OUVID	Sistema de Atendimento ao Cliente	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), Java script.
SIADI	COGEP	Sistema de Avaliação de Desempenho Individual	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Adobe PDF (geração dos relatórios), Java script e ASP Mail (envio de email).
SICASE	CGCRE	Sistema de Cadastro de Avaliadores e Especialistas	Asp 3.0, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+) e Java script.
SIDOQ	GABIN	Sistema de Controle de Documentos da Qualidade	Asp 3.0, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), Java script e ASP Mail (envio de e-mail), ASP Upload (upload de arquivos).
SIGED	DCONF	Sistema de Gestão de Demandas	Asp 3.0, XML, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Java script, ASP Mail (envio de email) e ASP Upload (upload de arquivos) .
SIL	DPLAN/CICM A	Sistema de Legislação	Delphi, Asp, Java Script, XML, Html
SIPLAN	DPLAN	Sistema de Planejamento Orçamentário	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
SITAD	ARQUIVO/ PROTOCOLO	Sistema de Tramitação e Acompanhamento de Documentos	Asp 3.0, Html, Visual Basic 6.0 (para criação dos componentes COM+), COM +, Crystal Reports (geração dos relatórios), Java script e ASP Mail (envio de e-mail).
SRH	DIRAF	Sistema de Recursos Humanos	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000 e Crystal Reports 8.5
UO	DPLAN	Estrutura organizacional de acordo com o Regimento Interno	Visual Basic 6.0 SP3 e SQL-Server 2000
WP-BTI	DITEC	Inovação	WordPress
WP-COPI	DITEC	Inovação	WordPress
WP-DITEC	DITEC	Inovação	WordPress
WP-EXTRANET	DITEC	Inovação	WordPress
WP-NCI	DITEC	Inovação	WordPress
WP-PALETRAS	DITEC	Inovação	WordPress
WP-PROPOSTAS	DITEC	Inovação	WordPress
WS-GRU	CTINF	WebService	Asmx web service
WS-EXPORTAREGISTRO	CTINF	WebService	Web.API
Ws-PRODCERT	CTINF	WebService	WCF

Sigla/Sistema	Área	Sistema	Tecnologia
WS-REGISTRO	CTINF	WebService	WCF
WS-SIPLAN	CTINF	WebService	WCF
SITE INMETRO	GABIN	Site	ASP clássico
INTRANET	GABIN	Site	ASP clássico

Áreas: GABIN - Gabinete da Presidência; DCONF - Diretoria de Avaliação da Conformidade; DIRAF - Diretoria de Administração e Finanças; DITEC - Diretoria de Inovação e Tecnologia; CGCRE - Coordenação-Geral de Acreditação; CORED – Coordenação-Geral da RBMLQ-I; CAINT – Coordenação-Geral de Articulação Internacional; CTINF - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

d) Plano de capacitação do pessoal de TI:

Entre servidores e colaboradores, 345 pessoas foram capacitadas para utilização do Sistema SEI. Outras capacitações não foram realizadas em função de restrições orçamentárias.

e) Quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI:

INMETRO - Rio de Janeiro	Quantidade
Servidores	
- Analistas executivos de metrologia e qualidade	8
- Pesquisadores tecnologistas em metrologia e qualidade	6
- Cargo em comissão	1
Auxiliares administrativos terceirizados (1 especializado)	4
Total:	19

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado:

Infraestrutura em Sistemas de Automatização de Processos (SBPM) – Orquestra, com seguintes processos implementados: Manutenção de Sistemas, Gestão de Processos do Orquestra, Atualize, Solicitação para Infra, Planejamento e Execução da Compra e Execução do Contrato.

g) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade:

No contrato de manutenção do Sistema de Automatização de Processos (SBPM) – Orquestra com a empresa CRYO, há um servidor (gestor da área e do contrato) qualificado para mitigar eventual dependência tecnológica da empresa terceirizada.

h) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Reestruturação das práticas de Segurança de TI

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Garantir atualizações periódicas e suporte especializado para as solução de AntiVírus e Antispam	Soluções de segurança de antivírus e antispam para servidores e estações implantadas e configuradas	Execução	100%	Definir soluções, realizar aquisições, configurar e implantar solução.	jul/15	50%	Somente antivírus em 2017. Não foi adquirido antispam.
Garantir segurança de perímetro para prevenção, detecção e tratamento de ameaças avançadas e ataques de dia-zero.	Soluções de segurança de perímetro UTM (Unified Threat Management) implantados e configurados	Execução	1	Definir soluções (Nota Técnica, Termo de Referência), realizar aquisições, configurar e implantar solução de UTM (Unified Threat Management) e NGFW (Next Generation Firewall)	jul/16	0%	Não adquirido
Garantir segurança de perímetro para prevenção, detecção e tratamento de ameaças avançadas e ataques de dia-zero.	Soluções de segurança de perímetro NGFW (Next Generation Firewall) implantados e configurados	Execução	1	Definir soluções (Nota Técnica, Termo de Referência), realizar aquisições, configurar e implantar solução.	jul/16	0%	Não adquirido
Aumentar capacidade de armazenamento e segurança do backup Institucional visando atender novas demandas dos laboratórios e crescimento dos dados armazenados.	Solução de backup adquirida e implantada e funcionando e política de retenção de informações publicada, com gravação em disco e replicação entre os sites RC e Xerém.	Execução	1	Desenvolver projeto básico para solução de backup, adquirir, instalar, alinhar a política de backup com a necessidade de retenção de informações da instituição.	mar/16	0%	Não adquirido
Tornar mais eficiente a avaliação e tratamento dos incidentes de segurança através de correlacionamentos e consolidações de registros, logs e eventos.	Solução de SIEM (Security Information and Event Management) adquirido e implementado	Execução	100%	Desenvolver adquirir a solução de SIEM, instalar e configurar.	nov/15	0%	Não adquirido
Atender demandas e ações de segurança necessárias aos dados corporativos visando mitigar riscos de evasão e indisponibilidades	Equipe de segurança capacitada	Execução	100%	Realizar capacitações de equipe em segurança	jul/16	0%	Não tem equipe de segurança e não houve treinamento

Mitigar riscos de incêndio nos Datacenters	Solução de Controle de Incêndio adquirida e implementada	Execução	100%	Adquirir e implementar a Solução de Controle de Incêndio nos datacenters do Rio Comprido e Xerém	jul/16	0%	Não adquirido
Expandir repositórios para armazenamento seguro das fitas de backup	Repositórios para armazenamento seguro das fitas de backup adquiridos	Execução	100%	Aquisição de 02 (dois) cofres específicos para armazenamento de cartuchos de backup	jul/16	0%	Não adquirido

Prover soluções de telecomunicação para agilizar processos e estimular a inovação

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Prover soluções para videoconferência para trabalho colaborativo	02 salas de videoconferência (RC e Xerém) adquiridas e implantadas	Unidade	2	Adquirir e implantar duas novas salas de videoconferência para ao ambiente do Inmetro	dez/16	100%	Realizado por outra área. A CAINT adquiriu 2 equipamentos de videoconferência, mas instalou ambos no RC
Preparação de projeto básico de recursos de comunicação de dados redundante	Projeto básico de comunicação de dados pronto.	Execução	100%	Desenvolver projeto básico de comunicação de dados que reflita as necessidades de comunicação do Inmetro	dez/16	100%	Processo de contratação da RNP em andamento
Realizar nova contratação de serviços de telefonia móvel		Execução	100%	Realizar nova contratação de serviços de telefonia móvel	jul/15	0%	Serviço atualmente fora do escopo da CTINF

Atualização da infraestrutura de serviços básicos de TI para usuário final

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Documentar parque de software e hardware instalados	Software adquirido e implantado	Execução	100%	Adquirir nova solução de inventário para ao ambiente do Inmetro	dez/15	0%	Não adquirido
Manutenção do ambiente de atualização contínua do inventário de hardware e software	Processo de atualização contínua de inventário de hardware e software	Execução	100%	Definir processo de atualização contínua de inventário de soluções de hardware e software do ambiente dos usuários finais.	jul/16	0%	Não adquirido solução de inventário
Evolução dos sistemas operacionais e aplicativos corporativos (licenciamento)	Software para ambiente de servidores atualizado	Execução	100%	Aquisição de licenciamento de Banco de Dados, Servidores, Exchange e demais softwares necessários a evolução do ambiente.	dez/15	0%	Licenças não adquiridas
Projeto de outsourcing de impressão	Projeto de outsourcing de impressão realizado	Execução	100%	Levantamento, especificação, contratação e implantação de solução de outsourcing de impressão.	dez/15	100%	Realizado em 2017
Atualização do parque de software de apoio a atividades de escritório	Software de apoio a atividades de escritório atualizado	Execução	100%	Levantar necessidades de atualização, realizar aquisições e implantar novas soluções.	dez/15	0%	Não realizado e licenças não adquiridas
Atualização do parque de hardware de apoio a atividades de escritório		Execução	100%	Levantar necessidades de atualização, realizar aquisições e implantar novas soluções.	jul/15	50%	Previsão de término em Março/18

Melhoria da Infraestrutura do Datacenter envolvendo parte física e lógica

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Consolidar dados e informações corporativas visando mitigar riscos de evasão e perda.	Solução de <i>storage</i> adquirida e implantada	Execução	100%	Adquirir e implantar solução de <i>storage</i> para o Datacenter do Rio Comprido e Xerém	dez/16	10%	Processo de aquisição tramitando em 2017
Atualização tecnológica dos sistemas de infraestrutura (sistema operacional, banco de dados, virtualização) e disponibilização para o ambiente de sistemas	Sistemas de infraestrutura constantes do planejamento para o período do PDTI atualizados	Execução	100%	Adquirir, instalar e disponibilizar soluções de infraestrutura tecnológica atualizada, envolvendo o software VMWARE, atualização dos bancos de dados e sistemas operacionais).	dez/15	0%	Não adquirido
Ampliar parque de servidores	Servidores adquiridos e implantados	Execução	100%	Adquirir e implantar infraestrutura ampliada de servidores	dez/16	0%	Não adquirido

Desenvolvimento de projeto para aumento da disponibilidade e garantia de continuidade com contingência e redundância

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Aumentar disponibilidade de rede e capacidade de tráfego de dados visando atender novas estruturas, projetos e aumento de colaboradores	Projeto de switches de 10Gbe planejado, adquirido e implementado	Execução	100%	Adquirir e implementar switches com tecnologia rede 10Gbe e aplicar redundância dos switches de núcleo	out/16	50%	Switches de núcleo dos Data Centers implementados com 10GB e redundantes. Falta switches core dos prédios de Xerém (03 unidades)

Expandir e aumentar disponibilidade do serviço de rede Wireless	Novos Aps adquiridos e implantados	Execução	100%	Adquirir e implementar novos APs (access points), substituindo também os atuais equipamentos 3COM.	dez/16	100%	Ok. Solução 3com foi desativada e substituída pela solução da Extreme
Prover cabeamento de rede para atender demanda dos novos projetos, aumento do corpo funcional e conectividade 10 GBe.	Cabeamento adquirido e instalado	Unidade	200	Adquirir serviços para instalação de cabeamento de rede (UTP/Fibra)	dez/16	0%	Não adquirido
Aumentar disponibilidade dos serviços de T.I. mantidos no Datacenter de Xerém visando preparação de ambiente de contingência (site backup)		Execução	1	Implementar solução de sala segura, com redundâncias elétricas e de refrigeração.	dez/15	0%	Não adquirido

Aprimoramento nos canais de comunicação com CTINF para reporte de incidentes e requisições no Service Desk

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Definir normas de trabalho e utilização dos serviços ao Service Desk	Normas de trabalho e de utilização dos serviços do Service Desk aprovados internamente	Execução	60%	Definir normas de trabalho e de utilização dos serviços do Service Desk conforme o regras de contratação e gestão vigentes	jul/15	100%	Realizado na gestão passada, com a nova contratação precisará ser revisto.
Definir novo TR para contratação dos serviços de Service Desk		Execução	100%	Definir o TR com plano de trabalho definido	jul/15	100%	TR preparado, está em avaliação gerencial.

Manutenção dos serviços contínuos de infraestrutura de TI

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Manter suporte de energia para o Datacenter Rio Comprido	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	100%	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	0%	Não contratado
Prover certificados Digitais – Site seguro e e-mail	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	100%	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	100%	Realizado em 2017. Validade de 3 anos.
Prover infraestrutura de links de comunicação RNP	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	100%	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	0%	Processo de contratação da RNP em andamento
Operacionalizar a contratação de equipe de manutenção dos serviços de infraestrutura	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	100%	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	0%	Aguardando aprovação gerencial.
Objetivo	Indicador	Tipo Indicador (exec, unid.)	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado

Desenvolvimento do Novo Portal do Inmetro – Portal do Consumidor (Fase 1) e Comissões Técnicas (Fase 1)

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Disponibilizar ferramenta de Gestão de Conteúdo para projetos web	Nota técnica publicada com a escolha da ferramenta para o projeto.	Execução	1	Definir ferramenta, publicar nota técnica.	jul/15	0%	Projeto do novo site suspenso por falta de contrato equipe de apoio e reiniciado em outubro/17
	Ferramenta instalada, configurada e disponível para desenvolvimento.			Instalar, configurar e disponibilizar para desenvolvimento.			
Realizar planejamento do Portal do Inmetro – Fase 1 (Portal do Consumidor)	Documentos de escopo, cronograma de fases, definição da equipe e análise de riscos publicada.	Execução	1	Definir Escopo da fase	dez/15	0	Houve mudança da necessidade. Incorporado no portal do Inmetro.
				Desenvolver projeto e análise de requisitos			
				Definir módulos prioritários			
				Desenvolver sistema			
				Implantar sistema			

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Desenvolvimento de Portal de Comissões Técnicas	Portal desenvolvido	Execução	1	Definir escopo da fase	mar/15	0	Houve mudança da necessidade. Incorporado no portal do Inmetro.
				Desenvolver projeto e análise de requisitos	jul/15		
				Definir módulos prioritários	dez/15		
				Desenvolver sistema	jul/16		
				Implantar sistema	set/16		

Implantação da Solução Integrada para Gestão de Recursos Humanos

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Inserir Sistema SIGRH no processo padrão de publicação e manutenção	Fase 1 no P112	Execução	100%	Colocar fase 1 manutenção no P112	jul/15	100%	A parte que foi feita está em produção
Desenvolver projeto SIGRH fase 2	Escopo da fase 2 definido	Execução	30%	Definir escopo da fase	mar/15	0%	O projeto ficou parado por falta de equipe e houve mudança da necessidade.
				Desenvolver Projeto e análise de requisitos	jul/15		
				Definir módulos prioritários	dez/15		
				Desenvolver sistema	jul/16		
				Implantar sistema	set/16		
Desenvolver projeto SIADI do SIGRH	Escopo da fase SIADI definido	Execução	30%	Definir escopo da fase	mar/15	30%	Esta fase do projeto foi concluída, mas o projeto como um todo foi cancelado por solicitação da área requisitante, pois tinham dúvida sobre sua utilização.
				Desenvolver projeto e análise de requisitos	jul/15		
				Definir módulos prioritários	dez/15		
				Desenvolver sistema	jul/16		
				Implantar sistema	set/16		

Projeto de Interoperabilidade para os Serviços de Metrologia do Inmetro (2ª fase)

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Desenvolvimento Sistema	Sistema desenvolvido	Execução	100%	Definir escopo da fase	mar/15	0%	Meta descontinuada em função da mudança da gestão.
				Desenvolver projeto e análise de requisitos	dez/15		
				Definir módulos prioritários	fev/16		
				Desenvolver sistema	mar/16		
				Implantar Sistema	out/16		

Sistema de Aquisição de Materiais de Referência Certificados

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Planejar Fase 1	Fase 1 planejada	Execução	100%	Definir escopo da fase	mar/16	0%	O projeto obteve mudança no escopo em implementação como fluxo da ferramenta BPMS em 2017.
				Desenvolver projeto e análise de requisitos	jul/16		
				Definir módulos prioritários	set/16		
				Desenvolver sistema	nov/16		
				Implantar sistema	dez/16		

Sistema Integrado de Controle de Acesso

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Realizar Fase 1	Fase 1 planejada	Execução	100%	Definir escopo da fase	mar/16	0%	O projeto ficou parado em função da falta de contrato de prestação de serviços
				Desenvolver projeto e análise de requisitos	jul/16		
				Definir módulos prioritários	set/16		
				Desenvolver sistema	nov/16		
				Implantar sistema	dez/16		

Sistema de Aprimoramento de Qualidade de Serviços para o Cidadão (SERVIR) - 2ª fase

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Realizar Fase 2	Fase 1 planejada	Execução	100%	Definir escopo da fase	mar/16	100%	Realizado
				Desenvolver projeto e análise de requisitos	jul/16		
				Definir módulos prioritários	set/16		
				Desenvolver sistema	nov/16		
				Implantar sistema	dez/16		

Sistema Registro de Objetos da DCONF - versão 4

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Realizar versão 4	Fase 1 planejada	Execução	100%	Definir escopo da fase	mar/16	100%	Realizado
				Desenvolver projeto e análise de requisitos	jul/16		
				Definir módulos prioritários	set/16		
				Desenvolver sistema	nov/16		
				Implantar sistema	dez/16		

Planejamento para Migração dos Sistemas legados

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Migrar sistemas prioritários para a nova infraestrutura de banco de dados, servidores, ambientes virtuais.	Migração realizada	Contínuo	100%	Identificar sistemas prioritários para migração do legado		100%	Realizado
				Identificar dependências entre os sistemas			
				Avaliar os impactos das mudanças			
				Identificar as funcionalidades e as bases de dados integradas que já foram disponibilizadas por outros sistemas			

Inserir sistemas finalizados em 2014 no processo automatizado de manutenção corretiva e evolutiva.

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Inserir Sistema de Certificações ISO 9000 e ISO 14001 (Certifiq) no processo padrão de manutenção	Fase 1 do Sistema no Sistema de Manutenção Automatizada	Execução	100%	Colocar fase 1 manutenção no P112	mar/15	100%	Realizado
Inserir Sistema Servir fase 1 no processo padrão de manutenção	Fase 1 do Sistema no Sistema de Manutenção Automatizada	Execução	100%	Colocar fase 1 manutenção no P112	mar/15	0%	Sistema descontinuado.
Inserir Processo de Anuência de Produtos Importados – Plano Brasil Maior	Fase 1 do Sistema no Sistema de Manutenção Automatizada	Execução	100%	Colocar fase 1 manutenção no P112	mar/15	100%	Realizado
Inserir Sistema SIGRH fase 1 no processo padrão de manutenção	Fase 1 do Sistema no Sistema de Manutenção Automatizada	Execução	100%	Colocar fase 1 manutenção no P112	mar/15	100%	Item repetido com o 2.4

Definir um modelo de comunicação digital para fornecimento de serviços ao cidadão

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Definir um modelo de comunicação digital para fornecimento de serviços ao cidadão	Diagnóstico das propriedades digitais do Inmetro	Execução	100%	Diagnóstico das propriedades digitais do Inmetro	mar/16	0%	Item definido pela gestora anterior, consideramos que corresponda ao item 2.0 já respondido que não foi implementado
	Definir escopo de atuação			jul/16			
	Definir plano de ação			set/16			
	Projeto básico			nov/16			
	Implantar Solução			dez/16			

Manutenção dos serviços contínuos de sistemas de TI em produção

Objetivo	Indicador	Tipo Indicador	Meta	Ações	Prazo	Realizado	Benefício / Resultado
Prover manutenção corretiva e evolutiva ao legado de cerca de 50 sistemas institucionais disponíveis no INMETRO.	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	100%	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	50%	Atividade realizada parcialmente porque a CTINF ficou sem contrato de terceirização da equipe responsável pelas manutenções de 06/16 a 07/17.
Operacionalizar a contratação de equipe de manutenção dos serviços de infraestrutura.	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	100%	Contrato viabilizado e mantido	Serviço contínuo	100%	Meta repetida com Necessidade de TI, realizado.
Definir padrões e normas de desenvolvimento de sistemas na instituição de forma a garantir interoperabilidade entre os sistemas do INMETRO e conformidade com as diretrizes do MPOG/SLTI.		Serviço contínuo		Padrões e Normas definidos	Serviço contínuo	0%	A meta teve que ser revista por falta de equipe para prestação do serviço.
Promover/Garantir a presença online do Inmetro.		Serviço contínuo		Presença Online do Inmetro garantida	Serviço contínuo	50%	Atividade realizada parcialmente porque a CTINF ficou sem contrato de terceirização da equipe responsável pelas manutenções de 06/16 a 07/17.

PROJETO	DEMANDANTE	RESULTADO ESPERADO	PRAZO	ORÇAMENTO
SEI	Gabin	Processo Eletrônico Nacional	Julho/2018	0
NOVO PORTAL INMETRO	Dicom/Ctinf	Site	Dezembro/2018	0

5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quadro XXXII - Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.	http://www.inmetro.gov.br/gestao/pla-no-de-logistica-sustentavel.asp	
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.	http://www.inmetro.gov.br/gestao/pla-no-de-logistica-sustentavel.asp	

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso ao cidadão

A Ouvidoria do Inmetro possui vários canais por meio dos quais os usuários dos serviços prestados pelo Instituto, bem como os consumidores dos produtos e serviços regulados podem entrar em contato para fazer reclamações e denúncias, enviar elogios e críticas ou pedir informações. Esses canais estão assim disponibilizados:

- Formulário eletrônico disponível no site do Inmetro em: <<http://www.inmetro.gov.br/ouvidoria/ouvidoria.asp>>;
- Discagem telefônica gratuita pelo 0800 285 1818;
- Atendimento presencial na sede localizada na R.: Santa Alexandrina, nº 416 – Casa Anexa, Rio Comprido, RJ – CEP 20.261-232;
- Atendimento a correspondências enviadas à sede do Rio Comprido/RJ;
- Atendimento via página do *Facebook* do Inmetro; e
- Atendimento às demandas registradas pelos cidadãos no site Reclame Aqui.

6.1.1 Tratamento das Demandas

O tratamento das manifestações registradas na Ouvidoria é realizado utilizando o *software* SAC - Sistema de Atendimento ao Cidadão. Esse sistema possibilita o registro, a análise, o envio às áreas responsáveis pela atividade e o acompanhamento das manifestações dos cidadãos até a sua solução, gerando relatórios e gráficos estatísticos. Os prazos de atendimento estão estabelecidos em Normas Inmetro e estão assim discriminados: três dias úteis, para pedidos de informações e quinze dias úteis para reclamações, críticas e denúncias.

Visando padronizar as perguntas e respostas mais frequentes, a Ouvidoria desenvolveu uma base de questões com mais de mil assuntos mais frequentes. Essa base fica disponível no *Software* SAC, para uso do Grupo de Atendimento da Ouvidoria e da Central de Teleadendimento (*Call Center*). Destaca-se que a mesma é monitorada sistematicamente, visando maior controle na atualização, bem como no fornecimento de respostas bem formuladas e de fácil entendimento aos cidadãos. A Ouvidoria também disponibiliza em: <<http://www.inmetro.gov.br/ouvidoria/faqs.asp>>, um FAQ para consulta às perguntas mais frequentes.

A Ouvidoria também gerencia o tratamento das denúncias e reclamações das Representações do Inmetro nos Estados, através do Sistema Integrado de Ouvidorias na RBMLQ-I (Sior). Esse sistema consiste em uma rede de Ouvidorias públicas implantadas nos órgãos delegados e Superintendências do Inmetro e alinhadas à Ouvidoria do Inmetro, em conceito e metodologia. Os ouvidores da RBMLQ-I comunicam-se, em tempo real e em nível nacional, com a Ouvidoria do Inmetro pelo software SAC - Sistema de Atendimento ao Cidadão.

Com o Sior é possível monitorar o tratamento dos atendimentos feitos ao cidadão usuário dos serviços prestados pelo Inmetro em todo país, garantindo mais qualidade e agilidade nas respostas às demandas com foco na proteção e respeito ao cidadão. Em 2016, o Sior foi premiado no IV Concurso de Boas Práticas da CGU na categoria “Aprimoramento das Atividades de Ouvidoria”. Todo o processo de atendimento e suporte realizado pela Ouvidoria do Inmetro, está padronizado por Normas Inmetro que integram o Sistema de Gestão da Qualidade do Instituto, a saber:

01	Manual da Qualidade	MQ-Ouvid-001
02	Manutenção da Base de Dados do SAC	NIG-Ouvid-007
03	Classificação de Informação	NIG-Ouvid-009
04	Requisitos de Gestão das Atividades de Controle e Suporte ao Call Center	NIG-Ouvid-010
05	Capacitação e Formação Continuada em Ouvidoria	NIG-Ouvid-011
06	Requisitos de Gestão das Manifestações à LAI	NIG-Ouvid-012
07	Gestão das Manifestações Registradas nas Ouvidorias do Inmetro e do Sior	NIG-Ouvid-013
08	Gestão da Carta de Serviços ao Usuário do Inmetro e das Manifestações ao Simplifique	NIG-Ouvid-014
09	Requisitos de Gestão do SGQ-Ouvid	NIT-Ouvid-004
10	Diretrizes para a Implantação e Implementação das Ouvidorias na RBMLQ-I	DOQ-Ouvid-001
11	Formulário de Atendimento Presencial	FOR-Ouvid-001
12	Termo de Confidencialidade da Ouvidoria	FOR-Ouvid-005
13	Termo de Classificação de Informação (TCI)	FOR-Ouvid-006

6.1.2 Dados Gerenciais

A Ouvidoria disponibiliza na internet em: <<http://www.inmetro.gov.br/ouvidoria/relatoriosmensais.asp>> relatórios mensais e semestrais que sintetizam dados quantitativos e relatórios anuais que consolidam análises relativas às diferentes áreas. De modo geral, apresentamos alguns números:

Evolução Anual dos Atendimentos

2015	2016	2017
43.363	41.629	34.789

Tempo de resposta	%
Imediatos	54
Finalizados (1 a 15 dias)	26
Finalizados (+ de 15 dias)	13
Em andamento (+ de 15 dias)	7

Total de atendimento por tipo	Quantidade (2017)
Informação	28.070
Reclamação	1.702
Denúncia	4.799
Sugestão	143
Crítica	54
Elogio	21
Total:	34.789

Os dados gerenciais são avaliados e encaminhados, sistematicamente, às áreas técnicas envolvidas, visando subsidiá-las em suas atividades.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Em cumprimento ao Decreto 9.094/2017, o Inmetro publicou a sua Carta de Serviços ao Cidadão, cujo objetivo é informar quais os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos e os padrões de atendimento estabelecidos. Através da Carta de Serviços, o cidadão poderá obter, de forma clara e ágil, informações sobre os canais de acesso e prazos para obtenção dos serviços bem como os compromissos assumidos pela instituição com o atendimento. A Carta de serviços do Inmetro é atualizada, anualmente, pela Ouvidoria e está disponível para consulta em: <http://www2.inmetro.gov.br/cartadeserviços/>.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Inmetro realiza, desde 1996, pesquisas de opinião com o objetivo de contribuir para o cumprimento de sua missão. Os resultados das pesquisas são utilizados para aprimorar processos, produtos e serviços disponibilizados aos clientes internos e à sociedade.

No que se refere às pesquisas externas, destacam-se aquelas que fornecem indicadores do Contrato de Gestão. Atualmente, são elas: (i) a pesquisa de imagem junto à população brasileira; (ii) a pesquisa de imagem junto aos participantes das comissões técnicas de regulamentação metrológica e de avaliação da conformidade; (iii) a pesquisa de satisfação com os serviços de calibração e ensaio e (iv) a pesquisa de satisfação com o serviço de apreciação técnica de modelos.

Cabe destacar que são realizadas pesquisas para avaliar os principais serviços do Inmetro. A Divisão de Gestão Corporativa - Dgcor se responsabiliza por todas as etapas da pesquisa, desde a coleta de dados até a entrega dos resultados. Estes poderão ser observados no capítulo 3, sub capítulo 3.4.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Neste item, destaca-se a Lei de Acesso à Informação, n.º 12.527/2011, cuja responsabilidade pelo monitoramento é da Ouvidora do Inmetro. Essa Lei foi criada para regulamentar o Direito Constitucional ao acesso à informações nos Três Poderes da Federação. Quando não encontrada uma informação pública no site do Inmetro, o cidadão pode requerê-la por meio do e-SIC – Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão, disponível em: < <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema>>.

O número de manifestações registradas no sistema e-SIC vem crescendo a cada ano. Em 2015, foram registradas 118 demandas, em 2016, 159 demandas e, em 2017, 183 demandas. Atualmente, cerca de 10% das demandas registradas no e-SIC têm sido objeto de recursos.

Em dezembro de 2017, a Ouvidoria do Inmetro aderiu ao sistema e/OUV/Simplifique que, a partir de 2018, vai receber reclamações específicas sobre a burocracia nos serviços públicos ofertados pelo Inmetro.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

O saldo da conta 6.2.1.2.0.00.00 - Receita Realizada, em 31/12/2017, foi de R\$ 896.356.292,83 e representa os valores brutos arrecadados via Guia de Recolhimento da União - GRU, sendo R\$ 161.376.702,37 na fonte 0100, R\$ 624.485.476,93 na fonte 0174, R\$ 4.234.528,18 na fonte 0250, R\$ 2.061.490,00 na fonte 0263 e R\$ 104.198.095,35 na fonte 0280 nas seguintes naturezas de receita:

Receita Arrecada por Natureza e Fonte SOF

Fonte SOF	Natureza Receita		Saldo R\$ (Item Informação)
0100	11210111	TAXAS INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZACAO-PRINC.	156.744.408,42
	11210113	TAXAS INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZACAO-DIV.AT	4.321.520,47
	19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	4.497,30
	19221211	RESTIT.DEP.DE SENTENCAS JUD.Ñ SACADOS-PRINC.	3.556,11
	19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL	152,20
	71210111	TAXAS INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZACAO-PRINC.	302.567,87
0174	11210111	TAXAS INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZACAO-PRINC.	365.736.971,64
	11210112	TAXAS INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZ.-MUL.JUR.	166.040,25
	11210113	TAXAS INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZACAO-DIV.AT	10.083.571,83
	11210114	TX.INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZ.-DIV.AT.-MUL.JUR.	14.232,79
	19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	198.712.725,12
	19100112	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-MUL.JUR	17.760,85
	19100113	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-DIV.AT.	49.016.895,64
19100114	MULTAS PREV.EM LEG.ESPECIFICA-DIV.AT-MUL.JUR.	31.285,32	

	71210111	TAXAS INSPECAO,CONTROLE E FISCALIZACAO-PRINC.	705.993,49
0250	13100111	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	489.289,60
	13220011	DIVIDENDOS-PRINCIPAL	99,36
	16100111	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	1.868.391,76
	16100112	SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR.	111,93
	16100312	SERV.DE REGIST.,CERTIF.E FISCALIZ.-MUL.JUR.	2.158,87
	19100111	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-PRINC.	1.492.991,55
	19100112	MULTAS PREVISTAS EM LEGISL.ESPECIFICA-MUL.JUR	32,50
	19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	74.891,86
	19210111	INDENIZ.P/DANOS CAUSADOS AO PATR.PUB.-PRINC.	8.929,78
	19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	259.483,82
	19220600	RESTITUICAO DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	488,00
	19220611	RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES-PRINC.	4.339,60
19229911	OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL	33.319,55	
0263	22130011	ALIENACAO DE BENS MOVEIS E SEMOVENTES-PRINC.	2.061.490,00
0280	13210011	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	104.109.169,30
	16400111	RETORNO DE OP., JUR.E ENC.FINANCEIROS-PRINC.	88.926,05
TOTAL			896.356.292,83

7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Inmetro obedece aos dispositivos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T 16.9 e NBC T 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nº 1.136 e 1.137, ambas de 21 de novembro de 2008.

Os procedimentos adotados para a depreciação dos ativos da autarquia, foram baseados nas orientações contidas na Macrofunção 020330, da STN, que dentre outros assuntos, determinou os prazos de vida útil, valores residuais e taxas de depreciação. As informações utilizadas pelo Inmetro estão disponíveis no quadro a seguir:

Prazos de vida útil, valor residual e taxa de depreciação

Conta Contábil	Título	Vida útil (anos)	Valor residual	Taxa de Depreciação Anual
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%	6,67%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%	10,00%
123110103	APAR., EQUIP. E UTENS. MED., ODONT., LABOR. E HOSP.	15	20%	6,67%
123110104	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%	10,00%
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%	10,00%
123110106	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%	5,00%
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%	10,00%
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%	6,67%
123110109	MÁQUINAS FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%	10,00%

123110112	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%	20,00%
123110115	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%	3,33%
123110118	EQUIPAMENTOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	20	10%	5,00%
123110119	EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROT. VIG. AMBIENTAL	10	10%	10,00%
123110120	MAQ., EQUIP. UTENSÍLIOS AGRI/AGROP. E RODOVIÁRIOS	10	10%	10,00%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%	10,00%
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%	10,00%
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%	20,00%
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%	10,00%
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%	10,00%
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%	10,00%
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	0%	10,00%
123110403	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%	20,00%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%	10,00%
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO (NÃO SOFRE DEPRECIÇÃO)	0	0%	0,00%
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%	6,67%
123110503	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%	6,67%
123110900	ARMAMENTOS	20	15%	5,00%
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%	10,00%
123119910	MATERIAL DE USO DURADOURO	4	10%	25,00%
123119999	OUTROS BENS MÓVEIS	10	10%	10,00%

Mensalmente é realizado o registro da depreciação mensal de todos os bens da autarquia adquiridos a partir do ano de 2010. Para os bens adquiridos antes desse ano, a autarquia está realizando gradativamente sua reavaliação, com a mensuração do valor justo. Para as contas contábeis cujos bens já sofreram a mensuração ao valor justo, a depreciação passou a ser feita a partir da data da reavaliação.

A metodologia utilizada para realizar a avaliação e a mensuração de Ativos e Passivos no âmbito do Inmetro é a definida pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.10, aprovada pela Resolução CFC nºs 1.137, de 21 de novembro de 2008, de acordo com os seguintes critérios e procedimentos:

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Créditos e dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção ou de construção.

Os gastos de distribuição, de administração geral e financeiros são considerados como despesas do período em que ocorrem.

Se o valor de aquisição, de produção ou de construção for superior ao valor de mercado, é adotado o valor de mercado.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Quando houver deterioração física parcial, obsolescência, bem como outros fatores análogos, é utilizado o valor de mercado.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período.

Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito é considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.

No caso de transferências de ativos, o valor a atribuir é o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.

Reavaliação e redução ao valor recuperável

A fim de se obter o valor justo do bem, que se constitui em uma avaliação inicial que atribuirá o novo custo para fins contábeis, em substituição aos valores anteriormente registrados pela contabilidade, foi constituída uma Comissão de Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Bens, na qual utilizou uma metodologia que foi adaptada após estudos de referência bibliográfica; da Macrofunção 020330; e de um modelo utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, tendo em vista que a legislação vigente não contempla uma metodologia específica para avaliação do ativo imobilizado. Mais detalhes estão disponíveis na Nota Explicativa do Imobilizado, “Capítulo 9. Anexos - Declarações de Integridade, Balanços e Outros”.

Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

Em relação ao impacto causado pela Reavaliação/Redução a Valor Recuperável e a Depreciação, sobre o resultado apurado no exercício de 2017, de acordo com os critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, temos um impacto negativo de R\$ 14.240.908,86 (quatorze milhões duzentos e quarenta mil novecentos e oito Reais e oitenta e seis centavos), conforme discriminado a seguir:

Aumento da VPD	
Depreciação de Bens Móveis (333110100).....	14.000.063,18
Depreciação de Bens Imóveis (333110200).....	240.942,61
Subtotal.....	14.241.005,79
Aumento da VPA	
Reavaliação de Bens Imóveis (461110200).....	96,93
Subtotal.....	96,93
Impacto.....	(14.240.908,86)

De forma acumulada, no fechamento do exercício, temos a composição líquida do patrimônio da autarquia, discriminado na tabela 01:

Imobilizado – Composição

	R\$
	31/12/2017
Bens Móveis	185.641.107,96
(+) Valor Bruto Contábil	259.806.273,43
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(60.724.302,53)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(13.440.862,94)
Bens Imóveis	7.370.214.497,83
(+) Valor Bruto Contábil	7.371.079.905,05
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	(865.407,22)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-
Total	7.555.855.605,79

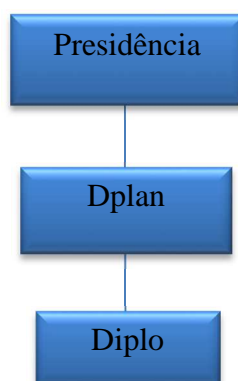
Fonte: SIAFI 2017 e 2016, Balanço Patrimonial 2017.

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Desde de 4 de dezembro de 2017, com a publicação da Portaria nº 345, a Divisão de Planejamento Orçamentário (Diplo) passou a ser responsável por executar, até a revisão do regimento interno do Inmetro, as seguintes atividades:

- ✓ planejar, coordenar, gerenciar, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das ações relativas aos custos do Inmetro;
- ✓ assessorar as unidades principais no estabelecimento da política de preços dos serviços e produtos;
- ✓ gerenciar as informações dos custos departamentais, abrir, alterar e desativar centros de custos do Inmetro;
- ✓ orçar os custos dos serviços e produtos;
- ✓ elaborar estudos sobre o custo do Inmetro.

Desta forma, o Inmetro passou a ter a seguinte estrutura hierárquica na sistemática de apuração de custos no âmbito da autarquia:



O Inmetro possui um sistema de custos denominado de SISCUS, que é alimentado mensalmente a partir de extração de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, além de valores provisionados com base nos valores de serviços contratados prestados a pagar. Este sistema apura o custo mensal por departamento, o que nos permite orçar o custo dos serviços prestados diretamente por esta UG.

Este sistema gera relatórios gerenciais que são disponibilizados na Intranet para uso dos interessados.

7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº4.320/64 e notas explicativas

Os demonstrativos a que se refere este subitem foram incluídos no “Capítulo 9. Anexos - Declarações de Integridade, Balanços e Outros”.

8. DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve determinação ou recomendação exarada no exercício de 2017, não havendo portanto qualquer pendência para tratamento.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

A CGU realizou em 2017 análise das contas do Inmetro referente ao exercício 2016. Após a realização do trabalho emitiu Parecer com 30 recomendações. Considerando o passivo de 22 recomendações, remanescentes de exercícios anteriores, o Inmetro tem hoje 52 recomendações que requerem posicionamento quanto ao tratamento.

Internamente, o Parecer e as recomendações foram divulgados pela Auditoria Interna (Audin) a todos os envolvidos e estabelecido prazo para manifestação de ações a serem implementadas.

A Audin está em pleno momento de lançamento das ações no Sistema Monitor, da CGU, objetivando a apresentação de respostas e a competente atualização do Plano de Providências Permanente do Inmetro. O nosso prazo para a conclusão desse lançamento é o final de março de 2018. Como também é o prazo limite para a apresentação do Relatório de Gestão no sistema e-Contas, naturalmente essa atualização não será finalizada em tempo hábil. Assim, registramos que tão logo o PPP seja devidamente preenchido no Sistema Monitor, geraremos um arquivo atualizado e o disponibilizaremos na página do Inmetro na Internet <https://www.inmetro.gov.br/acessoainformacao/auditorias.asp>.

8.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Quadro XXXIII - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
0	0	0	0	0	0	0	0	0

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993

O cronograma de pagamento das obrigações observa as disposições do Art. 5º da Lei 8.666/93, obedecendo as liberações das autorizações mensais dos recursos financeiros destinados ao Inmetro pelos órgãos superiores.

O Inmetro cumpre rigorosamente o cronograma de desembolso, controlando por meio de sistema as entradas das notas fiscais/faturas, cujo pagamento fica sujeito a existência de saldo financeiro, e posterior liberação por parte do ordenador de despesas.

A seguir, a programação orçamentária e financeira e o detalhamento mensal do cronograma de desembolso:

LIMITE FINANCEIRO INMETRO - 2017 - DECRETO 9.018, de 30 março 2017.

LIMITES DE PAGAMENTO E RESTOS A PAGAR DO INMETRO (LPRF/FINANCEIRO):

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO 2017		
CONTA CONTABIL 822220400		
CONTA CORRENTE	MÊS	VALOR R\$
289102 01744282020 C 3 400	FEV	34.950.000,00
289102 01744282020 C 3 400	MAR	37.000.000,00
289102 01744282020 C 3 400	MAI	24.722.000,00
289102 01744282020 C 3 400	JUN	30.000.000,00
289102 01744282020 C 3 400	JUL	35.000.000,00
289102 01744282020 C 3 400	AGO	35.000.000,00
289102 01744282020 C 3 400	SET	38.000.000,00
289102 01744282020 C 3 400	OUT	47.780.000,00
289102 01744282020 C 3 400	NOV	54.740.000,00
289102 01744282020 C 3 400	DEZ	201.437.716,00
289102 01744282020 C 3 412	FEV	50.000,00
289102 01744282020 C 3 412	OUT	5.000,00
289102 01744282020 C 3 414	SET	182.000,00
289102 01744282020 C 3 414	OUT	215.000,00
289102 01744282020 C 3 414	NOV	260.000,00
289102 01744282020 C 3 400	DEZ	2.796.676,00
TOTAL FONTE 174 R\$		542.138.392,00
CONTA CORRENTE FONTE 250		8.203.277,42
TOTAL (174+250) R\$		550.341.669,42

9. ANEXOS (DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE, BALANÇOS E OUTROS)

- 9.1 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Anexo I
- 9.2 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas - Anexo II
- 9.3 Declarações de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Anexo III
 - a) sobre as informações de execução física e financeira das ações da LOA; e
 - b) sobre as informações para o monitoramento do PPA.
- 9.4 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial - Anexo IV
- 9.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI - Anexo V
- 9.6 Balanços Financeiros - Anexo VI
- 9.7 Nota Explicativa (Imobilizado) - Anexo VII

Anexo I



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do INMETRO estão devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Duque de Caxias, 19 de janeiro de 2018.

SUELY GASPARINO LOPES

CPE: 582.096.387-34

Chefe da Divisão de Administração de Pessoas



Anexo II



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do INMETRO obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a esta Divisão de Administração de Pessoas - DAPES para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Duque de Caxias, 19 de janeiro de 2018.



SUELY GARCINO LOPES

CPT: 582.096.387-34

Chefe da Divisão de Administração de Pessoas



Comissão Geral de Desempenho e Avaliação de Pessoal - Cgdep
Divisão de Administração de Pessoas - Dapes
Fidelino, Av. N. S. dos Gonzes, 58 - Via Operária - CEP 25291-030 - Duque de Caxias - RJ
Telefone: (21) 2479-5433 - Ramal 3333 - Fax: 2478-9256
14001 - Caixa-PEI - Blo. 08 - Apr. Agorá - Pg. 6170
Número de Ordem INM-CadR-029

Anexo III - a) LOA



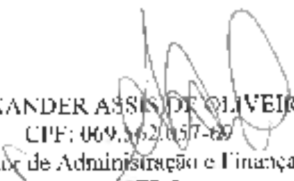
Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizadas no SIOOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2018.


ALEXANDER ASSIS DE OLIVEIRA
CPF: 069.362.057-69
Diretor de Administração e Finanças
INMETRO



Diretoria de Administração e Finanças - DINF
Endereço: Av. Santa Sabina dos Campos, 50 - Nova - Duque de Caxias - CEP: 25.250-000
Telefone: (0XX21) 2679-1000 - Brasil, 011-0103 - e-mail: dinf@inmetro.gov.br
MCM-Caixa-007 - Av. 06 - Apr. Santa - Pa. 1100
Número de Registro SIC 0016-011

Anexo III - b) PPA



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2018.


ALEXANDER ASSIS DE OLIVEIRA
CPF/069.562.057-69
Diretor de Administração e Finanças
INMETRO



Diretoria de Administraco e Financas - Unif
Endereço: Av. Nossa Senhora da Conceico, 50 - Varadim - Boque do Colado - CEP: 25.150-000
Telefone: (051) 211267-000 - Ramal: 2675-1812 - e-mail: diraf@inmetro.gov.br
MIDI-Catão 007 - Versão: 04/10/2014 - Pg. 01/01
Não de Origem: NIC-Go-09

Anexo IV

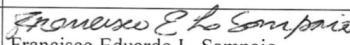


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC
 INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO
 Avenida Nossa Senhora das Graças nº 50 – Prédio 20 - 2º andar – Xerém – CEP: 25250-020 – Duque de
 Caxias – RJ
 E-mail: secon@inmetro.gov.br – Tel.: (21) 2679-9287 – Fax: (21)2145-3358

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO			183023
<p>A análise das restrições dos registros contábeis do Inmetro é realizada pelo Serviço de Contabilidade (Secon) do Inmetro, por meio da transação > Conconfcon no Sistema Siafi, de acordo com os procedimentos descritos na macrofunção 02.03.15 do Manual SIAFIWeb. O registro da Conformidade dos Registros de Gestão do Inmetro é de realizado pelo Chefe do Secon.</p> <p>Após a análise das equações de auditores com desequilíbrio na UG do Inmetro e de suas Superintendências são feitos os lançamentos de acerto das contas contábeis que deram origem ao desequilíbrio, seguindo as orientações da Setorial Contábil do Mdic.</p> <p>O Secon registra a Conformidade Contábil por meio da transação >Atuconfcon do Sistema Siafi.</p> <p>No exercício de 2017, foram registradas as restrições contábeis abaixo discriminadas, com as pendências nos meses discriminados:</p>			
Mês	REST.	TITULO	GRUPO
JANEIRO	612	DIVERG. ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. RESP. SUP.	211
	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
	696	OUTROS - CONTROLES CREDORES	280
	772	DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	299
FEVEREIRO	612	DIVERG. ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. RESP. SUP.	211
	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
	696	OUTROS - CONTROLES CREDORES	280
	772	DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	299
MARÇO	612	DIVERG. ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. RESP. SUP.	211
	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
	681	REGULARIZACAO INDEVIDA VALORES RECEBIDOS GRU	221
	696	OUTROS - CONTROLES CREDORES	280
	713	SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	262
	754	SALDOS ALONG/INDEVIDOS- DEMONST.DISPONIBILID.	299
	758	SDO ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.RECEITAS - BO	262
	772	DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	299
ABRIL	612	DIVERG. ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. RESP. SUP.	211
	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
	681	REGULARIZACAO INDEVIDA VALORES RECEBIDOS GRU	221
	696	OUTROS - CONTROLES CREDORES	280
	713	SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	262
	737	UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR	299
	754	SALDOS ALONG/INDEVIDOS- DEMONST.DISPONIBILID.	299
	758	SDO ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.RECEITAS - BO	262
MAIO	612	DIVERG. ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. RESP. SUP.	211
	674	SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
	696	OUTROS - CONTROLES CREDORES	280
	712	OUTROS - RECEITA	262
	713	SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	262
	737	UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR	299
	772	DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	299
	JUNHO	612	DIVERG. ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. RESP. SUP.
674		SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
696		OUTROS - CONTROLES CREDORES	280
713		SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	262

	737 UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR	299
	758 SDO ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.RECEITAS - BO	262
	772 DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	299
JULHO	612 DIVERG. ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. RESP. SUP.	211
	674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
	696 OUTROS - CONTROLES CREDORES	280
	713 SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	262
	737 UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR	299
	758 SDO ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.RECEITAS - BO	262
	772 DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	299
AGOSTO	743 DESEQUILIB.ENTRE TOTAIS DO ATIVO E PASSIVO	299
	744 DESEQUILIBRIO ENTRE AS CLASSES	290
	749 DEMAIS INCOERENCIAS - DVP (DEM.VAR.PATRIM)	290
	758 SDO ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.RECEITAS - BO	262
	772 DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	299
SETEMBRO	712 OUTROS - RECEITA	262
	713 SLDOS ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.DE RECEITAS	262
	737 UTILIZACAO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUACAO CPR	299
	758 SDO ALONG/INDEV. CONTAS TRANS.RECEITAS - BO	262
	772 DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	299
OUTUBRO	674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
	679 DIVERGENCIA DIVIDA EXTERNA CP	221
NOVEMBRO	674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
	723 'NE' INDICADAS INSC RP X CONTROLE POR EMPENHO	263
DEZEMBRO	612 DIVERG. ADIANT. SUPR. FUN X CONTR. RESP. SUP.	211
	674 SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	221
	723 'NE' INDICADAS INSC RP X CONTROLE POR EMPENHO	263
	744 DESEQUILIBRIO ENTRE AS CLASSES	290
	772 DEMAIS INCOERENCIAS - DDR	299

No final do exercício de 2017, as restrições contábeis que permaneceram foram justificadas por meio da Declaração do Contador.

Local	Duque de Caxias	Data	05 de março de 2018.
Contador Responsável	 Francisco Eduardo L. Sampaio	CRC n.º	85.228-O

Anexo V



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO
Avenida Nossa Senhora das Graças n° 50 – Prédio 20 - 2º andar – Xerém – CEP: 25250-020 – Duque de
Caxias – RJ

E-mail: secon@inmetro.gov.br – Tel.: (21) 2145-3025 – Fax: (21)2145-3358

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código do Órgão:	
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO		30203	
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete, e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanco Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Registro de Dívida Ativa da Autarquia: As informações constantes no Sistema SIAFI encontram-se divergentes em relação ao Sistema de Gestão Integrada do INMETRO – SGI;</p> <p>b) Reavaliação de Bens da Autarquia;</p> <p>c) Relatório de Bens Patrimoniais,</p> <p>d) Conta a Pagar Credores Nacionais.</p> <p>Justificativas para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2017.</p> <p>a) Registro de Dívida Ativa da Autarquia: o Serviço de Contabilidade ainda não recebeu as informações pertinentes e atualizadas sobre os créditos a receber e a Dívida Ativa, apesar da implantação do Sistema SGI nos órgãos da RBMLQ-I. Os técnicos de informática que desenvolvem o Sistema de Gestão Integrada do Inmetro – SGI ficaram de finalizar em 2018 um novo módulo de Dívida Ativa com as informações consolidadas a fim de que possa ser feito o registro da Dívida Ativa.</p> <p>b) O trabalho da Comissão de Reavaliação concluiu o trabalho, em relação com as contas com prazo definido, sendo que as demais contas, a comissão de reavaliação, ainda está com os trabalhos em andamento.</p> <p>c) Relatório de Bens Patrimoniais: até o momento a Comissão própria de Inventário do exercício de 2017 não concluiu o Relatório de Bens Patrimoniais, o que ocasionou a impossibilidade de realizar a conciliação com o Balanço de 2017.</p> <p>d) Verificamos que a conta 213110400 - Contas a Pagar Cred. Nacionais - apresentou em 2017, saldo com valores de anos anteriores que ainda não foram baixados. Informamos que estaremos corrigindo em 2018.</p> <p>Justificativa (s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2017:</p> <p>0020 – MATERIAIS EM TRÂNSITO: o valor ficou pendente em 2017, por que foi lançado em 31/12 e o material só foi recebido pela UG 183025 em 9/01/18 por meio da 2018NL00001;</p> <p>0298 – CONFERÊNCIA ENTRE ATIVO E PASSIVO EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS: valores pendentes, referentes a 2012NL001739 e 2012NL001249. Em jan/18 esta equação foi regularizada pela 2018NL000001, 2018NL000002, 2018NL000003, 2018NL000004;</p> <p>0696 – DDR A UTILIZAR EXTRAORÇAMENTÁRIA: valores pendentes, referentes a 2012NL001739 e 2012NL001249. Em jan/18 esta equação foi regularizada pela 2018NL000001, 2018NL000002, 2018NL000003, 2018NL000004.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Duque de Caxias	Data	28 de janeiro de 2018.
Contador Responsável	 Francisco Eduardo Leitão Sampaio	CRC n.º	85.228-O

Anexo VI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSION
05/03/2018

PÁGINA
1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	30203 - INSTIT. NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINIST. DA INDUSTRIA, COM EXTERIOR E SERVIÇOS

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	
Receitas Orçamentárias	870.643.271,79	807.166.612,28	Despesas Orçamentárias	830.236.621,18	850.721.366,19	
Ordinárias	161.376.702,37	1.288,99	Ordinárias	203.251.185,81	205.534.693,06	
Vinculadas	734.979.599,46	807.838.579,48	Vinculadas	626.985.335,37	645.186.662,14	
Alienação de Bens e Direitos	2.061.490,00	296,55	Educação	11.500,00	861.562,06	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	732.918.100,46	807.838.292,90	Seguridade Social (Exceto RGPS)	77.967.890,15	49.486.389,96	
(-) Deduções de Receita Orçamentária	-25.713.021,13	-673.056,16	Operação de Crédito		41.134,89	
			Alienação de Bens e Direitos	1.410.000,00		
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	547.575.945,22	594.797.575,21	
Transferências Financeiras Recebidas	890.537.138,04	1.009.446.328,12	Transferências Financeiras Concedidas	966.702.714,23	749.453.823,84	
Resultantes de Execução Orçamentária	852.586.262,32	323.582.426,39	Resultantes de Execução Orçamentária	166.207.555,33	63.145.652,93	
Repasse Recebido	827.186.776,23	260.436.773,46	Sub-repasse Concedido	25.399.486,06	63.145.652,93	
Sub-repasse Recebido	25.399.486,06	63.145.652,93	Repasse Devolvido	140.806.093,24		
Independentes de Execução Orçamentária	37.950.675,72	685.862.901,73	Independentes de Execução Orçamentária	799.495.158,90	686.308.170,91	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	86.186,71	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	86.186,71	1.650,24	
Demais Transferências Recebidas	533.911,05	-	Demais Transferências Concedidas	1.028.723,30	9.829,55	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	37.330.775,96	685.862.901,73	Movimento de Saldos Patrimoniais	798.380.246,80	686.296.891,12	
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-	
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-	
Reccebimentos Extraorçamentários	7.046.002,72	16.740.866,62	Despesas Extraorçamentárias	10.066.250,04	63.823.400,73	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	26.269,66	6,58	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	1.136,50	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.818.891,48	16.056.052,27	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.912.019,53	63.549.269,41	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	146.744,43	216.525,99	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	94.219,28	216.793,01	
Outros Reccebimentos Extraorçamentários	53.277,15	486.280,96	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.011,23	56.181,81	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		0,02	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.011,23		
Restituições a Pagar	42.239,96	14.589,70	Demais Pagamentos		56.181,81	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.999,17	-				
Arrecadação de Outra Unidade	9.038,00	451.691,26				
Saldo do Exercício Anterior	1.114.183.273,24	964.828.846,78	Saldo para o Exercício Seguinte	1.076.461.200,25	1.114.183.273,24	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.114.183.273,24	964.828.846,78	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.076.461.200,25	1.114.183.273,24	
TOTAL	2.862.466.665,70	2.796.181.653,00	TOTAL	2.862.466.665,70	2.796.181.653,00	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINIST. DA INDUSTRIA, COM.EXTERIOR E SERVIÇOS

EMISSÃO 05/03/2018 PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	835.351.858,00	835.351.858,00	868.581.781,70	33.229.923,70
Recetas Tributárias	-	-	537.470.048,74	537.470.048,74
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	537.470.048,74	537.470.048,74
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recetas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receta Patrimonial	120.220.898,00	120.220.898,00	104.596.558,25	-15.622.340,74
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	587.353,00	587.353,00	480.289,80	-96.063,40
Valores Mobiliários	119.833.548,00	119.833.548,00	104.106.268,88	-15.524.277,34
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Recetas Patrimoniais	-	-	-	-
Receta Agropecuária	-	-	-	-
Receta Industrial	-	-	-	-
Recetas de Serviços	484.955.003,00	484.955.003,00	1.983.784,93	-483.291.238,07
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	484.955.003,00	484.955.003,00	1.577.022,38	-483.377.980,64
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	86.742,57	86.742,57
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Recetas Correntes	230.178.958,00	230.178.958,00	224.846.408,77	-6.328.546,23
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	163.062.384,00	163.062.384,00	224.584.838,89	61.472.472,89
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	278.209,00	278.209,00	284.573,08	8.364,08
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Recetas Correntes	86.807.383,00	86.807.383,00	-	-86.807.383,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	2.061.490,00	2.061.490,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	2.061.490,00	2.061.490,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	2.061.490,00	2.061.490,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Recetas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINIST. DA INDUSTRIA, COM.EXTERIOR E SERVIÇOS

EXERCÍCIO	PERÍODO
2017	Anual
EMISSÃO	PÁGINA
05/03/2018	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	ESPECIFICAÇÃO	2017	2018
ATIVO CIRCULANTE	1.861.296.846,86	3.145.977.228,93	PASSIVO CIRCULANTE	6.406.895,96	6.056.318,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.076.461.200,25	1.114.183.273,24	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	54.680,92	54.680,92
Créditos a Curto Prazo	2.370,26	2.370,26	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Clientes	2.370,26	2.370,26	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.163.630,32	5.929.370,37
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.815.998,81	2.028.323.232,76	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição e Outros Entes	-	-
Estoque	3.020.273,54	3.468.350,67	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	190.564,72	72.298,86
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.804.564.637,21	7.877.854.422,27	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	237.899.387,24	237.899.387,27	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	237.824.107,12	237.824.107,12	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	237.824.107,12	237.824.107,12	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	75.250,12	75.250,12	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	0,13	Provisões a Longo Prazo	-	-
Estoque	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Permanentes	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	6.406.895,96	6.056.318,16
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2018
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	8.879.456.582,11	11.017.775.331,86
Imobilizado	7.568.866.605,79	7.630.483.796,38	Resultado do Exercício	63.773.637,06	1.886.888.722,55
Bens Móveis	185.641.107,86	229.059.325,34	Resultados de Exercícios Anteriores	11.017.775.331,05	8.821.093.020,17
Bens Móveis	259.806.273,43	273.337.529,08	Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.202.093.586,03	509.963.586,33
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-80.724.302,53	-44.278.203,74	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-13.440.862,94	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.879.456.582,11	11.017.775.331,86
Bens Imóveis	7.370.214.497,83	7.401.424.431,04			
Bens Imóveis	7.371.079.905,05	7.402.048.895,65			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-865.407,22	-624.464,61			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	10.808.674,16	9.471.308,52			
Softwares	10.741.093,29	9.402.727,63			
Softwares	10.741.093,29	9.402.727,63			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 05/03/2018

PÁGINA 1

SUBTÍTULO 30203 - INSTIT. NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 28000 - MINIST. DA INDUSTRIA, COM. EXTERIOR E SERVIÇOS

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-29.671.131,88	162.628.421,89
INGRESSOS	1.799.318.941,32	1.817.296.897,88
Receitas Derivadas e Originárias	868.581.781,70	807.186.762,81
Recosta Tributária	537.470.048,74	489.004.317,22
Recosta de Contribuições	-	-
Recosta Patrimonial	489.388,96	538.388,90
Recosta Agropecuária	-	-
Recosta Industrial	-	-
Recosta de Serviços	1.663.764,93	1.437.846,72
Remuneração das Disponibilidades	104.109.189,30	130.529.400,07
Outras Receitas Derivadas e Originárias	224.849.409,77	205.856.809,90
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	890.737.159,62	1.010.130.135,07
Ingressos Extrorçamentários	148.744,43	218.525,99
Restituições a Pagar	42.239,98	14.589,70
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.999,17	-
Transferências Financeiras Recebidas	890.537.138,04	1.009.445.328,12
Arrecadação de Outra Unidade	9.038,00	451.891,28
DESEMBOLSOS	-1.788.990.073,20	-1.864.668.476,29
Pessoal e Demais Despesas	-381.548.227,47	-363.179.036,19
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-79.525.913,99	-88.875.530,20
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-149.415,24	-170.624,67
Cultura	-	-
Direitos de Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
05/03/2018

PÁGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	30203 - INSTIT. NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINIST. DA INDUSTRIA, COM EXTERIOR E SERVIÇOS

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.809.636.628,70	3.000.316.763,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	539.321.959,97	-
Impostos	-	-
Taxas	539.321.959,97	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.068.754,47	470.931.749,85
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.068.754,47	470.931.749,85
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	111.726.230,29	142.751.813,94
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Moeda	32.169,60	99.270,72
Variações Monetárias e Cambiais	7.496.148,82	12.123.143,15
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	104.109.169,30	130.529.409,07
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	98.742,57	-
Transferências e Delegações Recebidas	882.751.709,29	1.013.025.414,22
Transferências Intragovernamentais	800.537.138,04	1.009.445.328,12
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.314.571,25	3.580.086,10
Valorização e Ganhos <i>o</i> Ativos e Desincorporação de Passivos	5.634.420,17	960.063.743,70
Reavaliação de Ativos	96,93	956.522.071,44
Ganhos com Alienação	-784.100,00	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.396.424,07	1.903.069,55
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.999,17	1.636.802,71
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	258.136.654,51	413.544.042,69
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	99,36	-
Operações de Autoridade Monetária	-	-

Anexo VII



Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON
Coordenação-Geral de Contabilidade e de Custos da União – CCONT
Gerência de Elaboração das Demonstrações Contábeis – GEDEC

Modelos de Notas Explicativas

Nota 01 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, apresentou um saldo de **R\$ 7,6 bilhões** relacionado ao imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2017 e 2016.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH%
Bens Móveis	185.641	229.060	-18,96%
(+) Valor Bruto Contábil	259.806	273.338	-4,95%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(80.724)	(44.278)	37,14%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(13.441)	-	-100,00%
Bens Imóveis	7.370.215	7.401.425	-0,42%
(+) Valor Bruto Contábil	7.371.080	7.402.049	-0,42%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	(865)	(624)	38,62%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	7.555.856	7.630.485	-0,98%

Fonte: SIAFI 2017 e 2016, Balanço Patrimonial 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 30203 - INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA, em 31/12/2017 totalizavam R\$ 186 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis - Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	103.959	104.220	-0,25%
Bens de Informática	29.807	27.170	9,71%
Móveis e Utensílios	11.129	12.659	-12,09%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	4.612	4.624	-0,26%
Veículos	6.455	7.574	-14,77%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	2.312	2.302	0,43%
Bens Móveis em Almoxarifado	60	60	0,00%
Armamentos	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	-	-	-
Demais Bens Móveis	101.472	114.729	-11,56%
Depreciação / Amortização Acumulada	(80.724)	(44.278)	37,14%
Redução ao Valor Recuperável	(13.441)	-	100,00%
Total	185.641	229.060	-18,96%

Fonte: SIAFI 2017 e 2016, Balanço Patrimonial 2017.

Versão: 1.0.0

Atualizada em:

27/03/2017